

WILLIAM DOS SANTOS MADELA

O ENSINO DA ÉTICA MILITAR:

a influência do comportamento e atuais valores adquiridos nas relações sociais

Trabalho de Conclusão de Curso – monografia –
apresentado ao Departamento de Estudos da
Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de
Política e Estratégia

Orientador: CMG (RM1) Marcelo Alcides
Albuquerque da Costa

Rio de Janeiro

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

WILLIAM DOS SANTOS MADELA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M272e Madela, William dos Santos

O ensino da ética militar: a influência do comportamento e atuais valores adquiridos nas relações sociais / CMG William dos Santos Madela. – Rio de Janeiro: ESG, 2022.

132 f.: il.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo Alcides Albuquerque da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2022.

1. Sistema de Ensino Naval (SEN). 2. Ética. 3. Valores militares. 4. Formação militar. 5. Marinha do Brasil. I. Título.

CDD – 359.1

A Deus por clarear meus pensamentos e orientar minha derrota.

A minha esposa Leticia pelo apoio, suporte e atenção de uma vida e, em especial, neste período de elaboração deste trabalho.

A minha mãe pelo amor e carinho, mesmo fisicamente ausente.

Ao meu pai pela simplicidade na vida e riqueza de entusiasmo com minha carreira.

AGRADECIMENTOS

Ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra que profissionalmente conduziu este curso, colaborando para o crescimento dos meus conhecimentos e a melhoria da minha capacidade de percepção das características e compreensão de nossa nação, com vistas a influenciar e cooperar para o engrandecimento do Brasil.

Ao meu orientador CMG (RM1) Marcelo Alcides Albuquerque da Costa, por todo o empenho, cooperação, paciência e amizade com que me conduziu para singrar as derrotas deste trabalho.

Aos meus colegas Estagiários da Turma Bicentenário da Independência.

Aos Contra-Almirantes Alexander Reis Leite e Ricardo Gomes pela minha indicação para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE).

Aos amigos do Centro de Instrução Almirante Alexandrino e da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, onde exerci os cargos de Imediato e Comandante, respectivamente, por terem me assessorado com lealdade e profissionalismo quando por lá servia, e pelo apoio, incentivo e contribuição na confecção deste trabalho.

Aos Comandantes e Tripulação das Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará e Espírito Santo pela contribuição na construção deste trabalho.

Ética nada mais é que reverência pela vida.

Albert Schweitzer

RESUMO

O ensino das competências comportamentais, realizado pelo Sistema de Ensino da Marinha, tem entre seus objetivos contribuir para a qualificação Ética e a difusão dos Valores Militares, às Praças da Marinha do Brasil, por meio de um Itinerário Formativo que orienta os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento a que são submetidos todos os militares. O objetivo deste estudo é verificar se o Itinerário Formativo das Praças, com suas capacidades, referências e currículos, está sendo efetivo no ensino da Ética e dos Valores Militares, para o entendimento pleno da hierarquia e disciplina e do cumprimento de ordens, pelos egressos de seus cursos, frente aos valores adquiridos nas relações sociais fora do ambiente militar. A metodologia adotada comportou como método científico o hipotético-dedutivo, visando realizar uma pesquisa quanto aos fins do tipo exploratória e explicativa, e quanto aos meios de investigação do tipo pesquisa de campo, documental e bibliográfica, além da experiência do autor como Oficial Superior da Marinha do Brasil que serviu em Organizações Militares do Sistema de Ensino Naval. Também esteve na pauta a conceituação de ética e a consideração das características da profissão militar, sua moral, ética e valores, assim como uma breve reflexão sobre as relações sociais dos jovens no século XXI. O Sistema de Ensino Naval foi explorado mediante a sua evolução histórica, a influência sofrida com a Gestão de Pessoas por Competências adotada pela Marinha, e a adoção da Pedagogia das Competências para a formatação, implementação e consolidação do Novo Itinerário Formativo das Praças. Com destaque para o ensino por meio das competências técnico profissionais e competências comportamentais, esta última, é o foco deste trabalho. Para entender a qualidade desta transformação é necessária a análise do docente, elemento orientador de todo o processo, no universo de sua capacitação, avaliação e valorização, além dos relatos daqueles militares que recebem o integrável do Sistema de Ensino, o recurso humano que será empregado nos Navios e Organizações Militares da Marinha por todo o país. A conclusão do trabalho indica que a manutenção da capacitação do pessoal que compõe a Marinha, por meio do Sistema de Ensino Naval, valoriza a meritocracia e a formação continuada, sempre cultivando um elevado estado motivacional dos jovens militares, e considera ainda, a bagagem e a influência que o indivíduo recebe das relações sociais e do mundo ao seu redor. Relatórios avaliativos pós-escolar têm proporcionado ao Setor do Ensino melhorias evolutivas nos seus cursos, e também relata que, apesar da necessidade constante de ajustes, os estabelecimentos de ensino vêm cumprindo o ensino da ética e dos valores, e que os jovens militares, conscientemente, estão cumprindo a hierarquia e disciplina.

Palavras-chave: Sistema de Ensino Naval (SEN); Ética; Valores Militares; Formação militar; Marinha do Brasil.

ABSTRACT

The teaching of behavioral competences, carried out by the Teaching System of the Navy, has among its objectives to contribute to the qualification of Ethics and the diffusion of Military Values, to sailors, corporals, sergeants and non-commissioned officers of the Brazilian Navy, through a Training Itinerary that guides the training courses, specialization and improvement to which all military are submitted. The objective of this study is to verify if the Formative Itinerary of the Military, with its capacities, references and curricula, is being effective in the teaching of Ethics and Military Values, for the full understanding of the hierarchy and discipline and the fulfillment of orders, by the graduates of their courses, in view of the values acquired in social relations outside the military environment. The methodology adopted included the hypothetical-deductive scientific method, aiming to carry out a research regarding the purposes of an exploratory and explanatory type, and regarding the means of investigation such as field, documentary and bibliographic research, in addition to the author's experience as a Superior Officer of the Brazilian Navy who served in Military Organizations of the Naval Education System. Also on the agenda was the conceptualization of ethics and the consideration of the characteristics of the military profession, its morals, ethics and values, as well as a brief reflection on the social relations of young people in the 21st century. The Naval Education System was explored through its historical evolution, the influence suffered by the People Management by Competencies adopted by the Navy, and the adoption of the Pedagogy of Competencies for the formatting, implementation and consolidation of the New Training Itinerary of the Military. With emphasis on teaching through professional technical skills and behavioral skills, the latter is the focus of this work. In order to understand the quality of this transformation, it is necessary to analyze the teacher, a guiding element of the entire process, in the universe of their training, evaluation and valorization, in addition to the reports of those military who receive the integrable of the Education System, the human resource that will be employed in Naval Ships and Military Organizations throughout the country. The conclusion of the work indicates that the maintenance of the qualification of the personnel that make up the Navy, through the Naval Education System, values meritocracy and continued education, always cultivating a high motivational state of young sailors, and also considers the baggage and the influence that the individual receives from social relationships and the world around him. Post-school evaluative reports have provided the Education Sector with evolutionary improvements in its courses, and also reports that, despite the constant need for adjustments, educational establishments have been complying with the teaching of ethics and values, and that young military consciously are complying with hierarchy and discipline.

Keywords: Naval Education System; Ethic; Military Values; Military training; Brazilian Navy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Rosa das Virtudes da Marinha do Brasil.....	30
Figura 2	Alameda das Virtudes.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Aptidão para a Carreira
AED	Ação Estratégica de Defesa
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
C-Ap	Cursos de Aperfeiçoamento
C-ApA	Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Praças
C-ASEMSO	Curso de Assessoria em Estado-Maior para Suboficiais
C-Espc	Curso de Especialização
C-Esp-HabSG	Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento
C-Esp-HabSO	Curso Especial de Habilitação para Promoção a Suboficial
C-FCB	Curso de Formação de Cabos
C-FMN	Curso de Formação de Marinheiros para Ativa
CIAA	Centro de Instrução Almirante Alexandrino
CIAW	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CN	Colégio Naval
CNE	Conselho Nacional de Educação
CoAC	Comissão de Avaliação Curricular
ComCA	Comando do Corpo de Alunos
ComCia	Comandante de Companhia
DE	Diretoria Especializada
DEnsM	Diretoria de Ensino da Marinha
DICA	Direito Internacional dos Conflitos Armados
EAD	Escala de Avaliação de Desempenho
EAM	Escola de Aprendizes-Marinheiros
EAMSC	Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégia de Defesa
EIC	Especialização Inicial Continuada
EN	Escola Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira

FEB	Força Expedicionária Brasileira
GPC	Gestão de Pessoas por Competências
MB	Marinha do Brasil
MN	Marinheiro
OEA	Organização de Estados Americanos
OGSA	Ordenança Geral para o Serviço da Armada
OM	Organização Militar
OMOT	Organização Militar Orientadora Técnica
OND	Objetivo Nacional de Defesa
OU	Ordem Unida
NEO	Número do Elemento Organizacional
PAEC	Programa de Acompanhamento da Especialização Continuada
PCQD	Plano de Capacitação e Qualificação de Docentes
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PGI	Plano Geral de Instrução
PlaDis	Plano de Disciplina
PoEnsM	Política de Ensino da Marinha
PQS	Programa de Qualificação em Serviço
QTPA	Quadro Técnico de Praças da Armada
RAPE	Relatório de Avaliação Pós-Escolar
RC	Referencial de Competência
RotA	Roteiro de Avaliação
RTTP	Relação das Tarefas Técnico-Profissionais
SEN	Sistema de Ensino Naval
SisAPE	Sistema de Avaliação Pós-Escolar
SOP	Serviço de Orientação Pedagógica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TE	Técnica de Ensino
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMFT	Tabela Mestre de Força de Trabalho
TTC	Tarefa por Tempo Certo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema.....	12
1.2	Objetivo Final.....	13
1.3	Objetivos Intermediários	13
1.4	Delimitação do Estudo.....	14
1.5	Relevância e Justificativa do estudo.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3	METODOLOGIA.....	21
4	A PROFISSÃO MILITAR, SUA ÉTICA E VALORES.....	23
4.1	A Profissão Militar e sua Evolução.....	23
4.2	O Estudo da Ética e a Sociedade.....	25
4.3	Ética e Valores da Profissão Militar.....	28
5	RELAÇÕES SOCIAIS NO SÉCULO XXI.....	34
6	O SISTEMA DE ENSINO NAVAL.....	41
6.1	Evolução Histórica do Ensino Naval.....	42
6.2	Itinerário Formativo das Praças da Marinha do Brasil.....	45
6.2.1	Gestão de Pessoas por Competência.....	46
6.2.2	A Pedagogia das Competências.....	49
6.2.3	Implementação e Consolidação do Itinerário Formativo.....	51
6.3	Ensino das Competências Comportamentais.....	56
7	O DOCENTE.....	61
7.1	Capacitação e Qualificação de Docentes.....	63
7.2	Avaliação dos Docentes.....	64
7.3	Valorização da Docência.....	65
8	O RELATO DOS COMANDANTES E CHEFES	67
8.1	A Avaliação Pós-Escolar.....	67
8.1.1	A Análise dos RAPE da EAMSC.....	68
8.1.2	A Análise dos RAPE do CIAA.....	70
8.2	Pesquisa direta nas Escolas, Navios e OM.....	72
8.2.1	A Análise das Respostas dos Docentes das EAM.....	72
8.2.2	A Análise das Respostas dos Docentes do CIAA.....	74
8.2.3	A Análise das Respostas dos Chefes nos Navios e OM.....	76

9	CONCLUSÃO.....	78
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE A – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA H/2015 – EAMSC.....	86
	APÊNDICE B – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA I/2016 – EAMSC.....	88
	APÊNDICE C – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA J/2017 – EAMSC.....	90
	APÊNDICE D – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA K/2018 – EAMSC.....	92
	APÊNDICE E – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA L/2019 – EAMSC.....	95
	APÊNDICE F – ANÁLISE DO RAPE DA TURMA M/2020 – EAMSC.....	98
	APÊNDICE G – ANÁLISE DO RAPE - CURSOS - ANO 2017 - CIAA....	100
	APÊNDICE H – ANÁLISE DO RAPE - CURSOS - ANO 2018 - CIAA....	102
	APÊNDICE I – ANÁLISE DO RAPE - CURSOS - ANO 2019 - CIAA.....	104
	APÊNDICE J – ANÁLISE DO RAPE - CURSOS - ANO 2020 - CIAA.....	106
	APÊNDICE K – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS EAM.....	107
	APÊNDICE L – QUESTIONÁRIO APLICADO NO CIAA.....	114
	APÊNDICE M – QUESTIONÁRIO APLICADO NOS NAVIOS/OM.....	122
	ANEXO A – CÓPIA DO CAPÍTULO 2 DA NORMA DENSM-2002.....	130

1 INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional de Defesa (END) anota: “A carreira militar, dado o seu caráter universal, exprime o conjunto da sociedade brasileira, e deverá, portanto, manter seu acesso facultado a todas as classes sociais.” (BRASIL, 2020, p. 44).

O contingente militar da Marinha do Brasil (MB) é formado por um extrato heterogêneo da sociedade. Os jovens que optam por servir a Pátria já trazem valores intrínsecos às experiências já vividas nas relações sociais do seu cotidiano.

Segundo Damasceno e Nobre (2013, p. 44):

O reconhecimento de que o espaço-tempo juvenil constitui-se num ambiente rico em interações, no qual ocorre um fervilhamento de ações e relações, principalmente entre os próprios jovens, caracterizadas como "relações entre pares e não pares", manifestações da sua cultura da experiência vivida, de sua convivialidade.

Desde à admissão é necessário o ensino ou transformação de valores, moldando o indivíduo com os princípios e ética própria ao exercício da profissão militar. No momento atual em que vivemos isso pode ser um grande desafio.

Segundo Farias e Crestani (2017, p. 52):

Nos dias atuais, as tecnologias digitais têm ocupado um papel importante na vida das pessoas. Com o avanço da internet vieram várias mudanças para a sociedade, e essa relação continua a modificar maneiras de pensar, agir, nos mais variados aspectos do comportamento humano.

Por conseguinte, a bagagem pré-estabelecida pode dificultar a compreensão e aceitação do aprendizado da ética, dos valores e do ensino militar-naval, influenciando o comportamento social a bordo das Organizações Militares (OM). A transformação de valores deverá objetivar o entendimento da hierarquia e disciplina e do cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais.

1.1 Problema

No âmbito do ensino das competências comportamentais no Itinerário Formativo das Praças da MB, de que forma o comportamento social e os atuais valores adquiridos nas relações sociais influenciam ou prejudicam o aprendizado da

ética militar e dos valores militares, para o entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento de ordens em ambientes administrativos e operacionais?

1.2 Objetivo Final

Segundo, Vergara (2004, p. 21) descreve “Problema é uma questão não resolvida, é algo pelo qual se vai buscar resposta, via pesquisa.” Em termos de objetivo, “Se o problema é uma questão a investigar, o objetivo é um resultado a alcançar. O objetivo final, se alcançado, dá resposta ao problema.” (VERGARA, 2004, p. 25).

O objetivo final desta pesquisa é verificar se o Itinerário Formativo das Praças da MB, com suas referências, currículos e material didático, está sendo efetivo no ensino da ética e dos valores militares, para o entendimento pleno da hierarquia e disciplina e do cumprimento de ordens, frente aos valores adquiridos nas relações sociais dos militares fora do ambiente militar.

1.3 Objetivos Intermediários

“Os objetivos intermediários são metas de cujo atingimento depende o alcance do objetivo final.” (VERGARA, 2004, p. 25).

Como objetivos intermediários serão realizadas as seguintes atividades:

- Analisar o atual comportamento social, valores e princípios adquiridos nas relações sociais do indivíduo em ambiente extra MB, e sua possível influência no aprendizado da ética e dos valores militares.
- Analisar o cumprimento do Itinerário Formativo das Praças da MB, desde sua admissão na Força Naval, até a execução do Curso Especial de Habilitação para Sargentos.
- Analisar a preparação do educador, instrutor ou docente para o ensino da ética e dos valores militares.
- Analisar os relatos dos Comandantes ou Chefes dos militares, pós formação, sob a ótica do aprendizado e entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais.

1.4 Delimitação do Estudo

Segundo Vergara (2004, p. 30):

Delimitação do estudo refere-se à moldura que o autor coloca em seu estudo. É o momento em que se explicitam para o leitor o que fica dentro do estudo e o que fica de fora. Já que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica, por outro, não se pode analisá-la em seu todo; logo, cuida-se apenas de parte dessa realidade.

O estudo ficará restrito à análise do ensino da ética e dos valores militares nos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento das Praças da MB, e as possíveis influências do ambiente externo, no que diz respeito aos valores adquiridos pelos militares na sociedade, e da realizável necessidade de transformação destes valores para àqueles cultuados na MB. Pesquisar normas, publicações e artigos científicos, examinar a Expressão Psicossocial do Poder Nacional e a END no tocante ao emprego da Força nas ações de Defesa Nacional.

O trabalho pretende abordar o cumprimento do Itinerário Formativo das Praças da MB, incluindo a análise de currículos e material didático aplicado, bem como a qualidade e preparação dos instrutores relacionados ao ensino dos temas. E ainda, a correlação do resultado do aprendizado no comportamento das Praças nas OM, após a realização dos cursos, no tocante à hierarquia e disciplina e no cumprimento de ordens nos ambientes administrativos e operacionais.

Não serão estudados Itinerários Formativos de outras Forças Armadas e Forças Auxiliares do Brasil ou estrangeiras, bem como cursos de carreira, especiais ou expeditos relacionados a outros postos ou graduações.

Ressalta-se a necessidade da delimitação do estudo em virtude da exiguidade do tempo, e da análise do ensino considerando somente a cultura organizacional da Força Naval.

1.5 Relevância e Justificativa do Estudo

Segundo Vergara (2004, p. 32):

Relevância do estudo é a resposta que o autor do projeto dá à seguinte indagação do leitor: em que o estudo é importante para a área na qual você está atuando, ou para a área na qual busca formação acadêmica, ou para a

sociedade em geral? Em outras palavras, nessa seção o autor justifica seu estudo, apontando-lhe contribuições de ordem prática ou ao estado da arte na área.

A pesquisa demonstra a importância da construção de conhecimentos no aprendizado da ética e dos valores morais intrínsecos ao militarismo, de modo que o militar conheça e aplique os conhecimentos adquiridos no exercício das suas atribuições profissionais e em atendimento às missões constitucionais.

O militar deverá estar sempre pronto para contribuir com as tarefas e propósitos da Força, com capacidade de desenvolver alto grau de compromisso com os trabalhos e seus resultados, de modo a tomar as providências necessárias para atingir os resultados previstos. Além disso, lidar com situações que mobilizam emoções sem se deixar suplantar por elas, mantendo uma postura esperada, sem perder a capacidade de raciocinar e agir de forma lógica e coerente, segundo os padrões esperados.

Na END o Objetivo Nacional de Defesa (OND) II preconiza assegurar a capacidade de defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas, e decorrente desta, a Estratégia de Defesa (ED) 6 que trata da capacitação e dotação de recursos humanos descreve que: “leva em conta o adequado preparo dos efetivos, mantidos em elevado estado motivacional e de comprometimento com os objetivos de suas correspondentes organizações.” (BRASIL, 2020, p. 66).

Portanto é esperado que exista no militar a capacidade de rever ou alterar suas opiniões e conceitos em face de novos dados, ideias ou pontos de vista, sempre a observar as disposições que fundamentam o organismo militar com foco no cumprimento do dever e com base na hierarquia e disciplina, sem traços de dúvida quanto ao comportamento a ser cultivado, sem distrações pregressas e valores enviesados e discordantes aprendidos antes do ingresso na vida militar, e na vida cotidiana, e que podem contribuir com o fracasso da missão.

Com base no pontuado acima, conclui-se como pertinente o tema escolhido sob a luz dos aspectos relacionados à contribuição para os objetivos dos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) no campo do conhecimento da Defesa do nosso país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Vergara (2004, p. 35):

Denomina-se referencial teórico o capítulo do projeto que tem por objetivo apresentar os estudos sobre o tema, ou especificamente sobre o problema, já realizados por outros autores. Faz, portanto, uma revisão da literatura existente, no que concerne não só ao acervo de teorias e as suas críticas, como também a trabalhos realizados que as tomam como referência.

Como base para a delimitação do referencial teórico desta pesquisa será importante considerar a origem dos Estados modernos e de suas Forças Armadas.

Na maior parte de sua história a Idade Média¹ foi constituída de reinos, ducados e principados, onde o poder era exercido pelos senhores feudais, portanto não era observado um poder político administrativo centralizado na figura de um único soberano, contudo apenas no último terço daquele período que o poder foi centralizado na figura de um rei.

Cai a suserania e surge a soberania; é criada uma estrutura burocrática administrativa; leis gerais; é criado um sistema tributário; idioma nacional; moeda unificada; força militar para proteger e manter a soberania nacional e a ordem. (MORAIS, 2011, p. 6).

A existência das Forças Armadas, bem como sua missão, remonta a formação dos Estados-Nação², demarcando a importância de uma classe profissional de homens formados com base nos mais distintos e nobres valores, com a tarefa de proteger as sociedades dos inimigos externos e seus diversos interesses.

¹ A Idade Média é assim chamada dentro de uma periodização, estipulada pelos historiadores, que a determina entre os anos de 476 e 1453. O que marca o início da Idade Média é a destituição de Rômulo Augusto do trono romano, em 476, e o que determina seu fim é a conquista de Constantinopla pelos otomanos, em 1453. Durante a Alta Idade Média, século V ao século X, a Europa passava pelas transformações derivadas da desagregação do Império Romano e o feudalismo estava em formação. A Baixa Idade Média, século XI ao século XV, foi o período auge do feudalismo e no qual a Europa começou a sofrer transformações oriundas do renascimento urbano e comercial.
Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/idade-media.htm>. Acesso em: 9 jul. 2022.

² A ideia de Estado-nação nasceu na Europa em finais do século XVIII e inícios do século XIX. Provém do conceito de "Estado da Razão" do Iluminismo. A Razão passou a ser a força constituidora da dinâmica do Estado-nação. A ideia de pertencer a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, a uma nação. O Estado-nação afirma-se por meio de uma ideologia, uma estrutura jurídica, a capacidade de impor uma soberania, sobre um povo, num dado território com fronteiras, com uma moeda específica e também o serviço de forças armadas próprias.
Fonte: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$estado-nacao#](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$estado-nacao#). Acesso em: 9 jul. 2022.

Considerando a Expressão Militar do Poder Nacional, verifica-se o que a Constituição Federal de 1988 descreve sobre a Defesa Nacional:

Art. 21. Compete à União:

XXVIII - **defesa** territorial, **defesa** aeroespacial, **defesa** marítima, **defesa** civil e mobilização nacional. [...]

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares e organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa** da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988).

A Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa, são os documentos condicionantes de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. A END no OND II e ED-6 recomenda, nas suas Ações Estratégicas de Defesa (AED) 29 e 32, manter os efetivos adequadamente preparados e valorizar a meritocracia e a formação continuada. E também, a MB registra a Política de Ensino da Marinha que estabelece o objetivo do ensino naval.

A necessidade de aprendizagem e transformação do indivíduo passou pelos estudos sobre o Desenvolvimento Humano e Moral do teórico Jean Piaget³.

A base para a absorção de conhecimento do homem é o desequilíbrio entre o sujeito e o objeto em questão. A partir desse desconforto, o indivíduo busca a normalização da situação, dando início a um novo processo de aprendizagem. Esse equilíbrio ocorre a partir de duas vertentes do processo de aprendizagem: a assimilação e a acomodação. (PALANGANA, 2015).

Complementando os estudos de Piaget o teórico Lawrence Kolberg⁴ também fez seus experimentos com jovens, com perguntas nas quais eles teriam que apresentar respostas segundo suas próprias observações morais.

³ Jean William Fritz Piaget, psicólogo, biólogo e filósofo, nasceu em Neuchâtel, Suíça, em 9 de agosto de 1896. É mundialmente conhecido por seu trabalho sobre a inteligência e o desenvolvimento infantil, sendo base para inúmeros estudos em psicologia e pedagogia até os dias atuais. Na maior parte de sua carreira, Piaget interagiu com crianças, observando e estudando os processos de desenvolvimento na infância, fundando, assim, a Epistemologia Genética e a Teoria do Conhecimento. Fonte: <https://www.infoescola.com/biografias/jean-piaget/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

⁴ Lawrence Kohlberg era um psicólogo americano nascido em Nova York, em 25 de outubro de 1927, e falecido em 19 de janeiro de 1987, em Massachusetts. Ele estudou na Universidade de Chicago. Em 1968, Kohlberg mudou-se para a Universidade de Harvard, onde fundou o “Centro de Desenvolvimento Moral e Educação”, e onde ele conduz uma análise mais profunda de suas idéias sobre o desenvolvimento da moralidade e da autonomia. Fonte: <https://maestrovirtuale.com/lawrence-kohlberg-biografia-deste-psicologo-americano/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

Kolberg apresentava aos sujeitos da pesquisa uma sequência de histórias ou dilemas morais hipotéticos destinados a colocar o indivíduo diante de um conflito entre a conformidade habitual a regras ou à autoridade em oposição a uma resposta utilitária ou de bem maior. (FINI, 1991, p. 62)

A formação dos militares está eivada de valores, e é essencial que neste processo educacional e de transformação da vida civil para a militar não sejam perdidos os princípios do cidadão que valoriza o bem comum e o senso de democracia, porém o espírito militar deverá permear o caráter desses indivíduos. O ensino militar está lastreado em competências técnicas e comportamentais, sendo a ética, a moral e o civismo os norteadores dos valores humanísticos desta formação.

Para o conceito de ética o Dicionário Houaiss registra: “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade” (2001, p. 1270). Na tradição filosófica, a ética é normalmente considerada um pensamento sobre os valores determinantes, para muito adiante das normas sociais, dando os conceitos do permitido e do proibido. A ética possui sentidos subjetivos, pois relaciona o indivíduo com valores e normas. Este pensamento sobre ética, moral e valores remonta as teorias filosóficas de Aristóteles na sua obra “Ética a Nicômaco”, estudada por diversos estudiosos como Jean-Louis Labarrière⁵.

Portanto valores que devem atravessar todo o comportamento dos cidadãos que optam pela carreira das armas e que ingressam nos quadros da MB. Valores estes que também estão listados na Constituição Federal, na legislação infralegal e nas Normas internas da Força Naval, de maneira a imprimir como obrigação de conduta aos militares.

Art. 32. Todo cidadão, após ingressar em uma das Forças Armadas mediante incorporação, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los. (BRASIL, 1980).

⁵ Jean-Louis Labarrière, nascido em 8 de maio de 1953, ex-aluno da École Normale Supérieure de Saint-Cloud (1975), Doutor em filosofia e ciências sociais. Lecionou nas Universidades de Paris-VIII Saint-Denis, Paris-X Nanterre e Paris IV-Sorbonne e no Écoles Normale Supérieures. Foi professor na Universidade de Genebra e professor visitante nas Universidades de Montreal e São Paulo. Foi secretário-geral da Sociedade Europeia de Filosofia Antiga. Sua pesquisa em filosofia antiga se concentra principalmente em duas áreas principais: 1) a questão da diferença entre homem e animal na antiguidade, inaugurada por sua tese "A inteligência e a vida dos animais em Aristóteles"; 2) o problema da *franásia*, "imaginação, representação, aparência", baseado em Aristóteles. Fonte: https://www-centreleonrobin-fr.translate.google/membres/chercheurs/labarri%C3%A8re-jean-louis?_x_tr_sch=http&_x_tr_sl=fr&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 17 jul. 2022.

O comportamento social e a herança dos valores adquiridos nas relações sociais, diante de uma sociedade cada vez mais dissonante dos valores morais pregados na MB, podem influenciar no aprendizado da ética e dos valores militares.

O elemento humano que compõe a força produtiva e útil da MB precisa estar em constante aperfeiçoamento para o desempenho de suas funções. É nesse sentido que valores que funcionam como norte de conduta facilitam a convergência entre os desejos individuais e as demandas do bem comum. Nesse ínterim, embora surjam conflitos no seio da sociedade, no âmbito militar haverá regras, legislação e valores para que os militares possam ordenar sua conduta de forma positiva. (BELCHIOR, 2022).

Durante a formação continuada da carreira, a Praça passa por atividades que visam o desenvolvimento das competências comportamentais, e que possui como símbolo a Rosa das Virtudes, desenho similar à rosa dos ventos, que expressa nos seus vetores os valores de suma importância para atividade militar.

O Estatuto dos Militares, no Art. 14 escreve: “A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas.” (BRASIL, 1980). Porém tais conceitos e os valores da Rosa das Virtudes contrastam com a precariedade da sociedade atual, rarefeita em valores éticos e morais, influenciando negativamente as novas gerações, principalmente os nascidos a partir de 1995, alvo prioritário deste trabalho.

O Sistema de Ensino Naval (SEN)⁶ investe na estratégia do ensino por competências, para realizar a transformação dos jovens que são admitidos na MB, desenvolvendo a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes, conferindo ao indivíduo a capacidade de executar as atividades com eficácia e eficiência. Neste processo o pressuposto teórico é a Pedagogia das Competências.

Frequentemente, as noções fundamentais foram estudadas na escola, mas fora de qualquer contexto. Permanecem então “letras mortas”, tais como capitais imobilizados por não se saber investir neles conscientemente. É por essa razão; e não por recusa aos saberes; que convém desenvolver competências a partir da escola, ou seja, relacionar constantemente os saberes e sua operacionalização em situações complexas. Isso vale tanto para cada disciplina quanto para sua inter-relação. (PERRENOUD, 1999)

⁶ A Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, descreve no Art. 3º A Marinha mantém o Sistema de Ensino Naval - SEN, destinado a capacitar o pessoal militar e civil para o desempenho, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização, nos termos desta Lei.

O novo projeto pedagógico prevê uma formação direcionada às atividades práticas, quando a instituição de ensino ou de instrução leciona o técnico e o comportamental, em uma relação simbiótica entre a teoria e a prática, proporcionando uma aprendizagem completa, preparando o aluno para o saber e, principalmente, para o fazer. Desta forma colaborando para um melhor desenvolvimento do indivíduo.

Porém, a falência de valores de toda ordem está presente em boa parte da população, nas instituições públicas e privadas. A falta de políticas públicas no campo psicossocial, particularmente numa educação de qualidade; aliada à globalização com novos e complexos antagonismos com abordagens econômicas, políticas e sociológicas; e as milhares de informações que chegam por meio das mídias modernas, com rasas qualificações em fatos e ricas em opiniões, moldam na juventude a formação de uma identidade cultural caótica nos valores. E se ainda combinarmos os preceitos do multiculturalismo, valorizando os diversos grupos que compõem a humanidade, as minorias, os diferentes, e contrariando a padronização, tudo isso poderá contribuir para a destruição da ordem, da hierarquia e da disciplina.

3 METODOLOGIA

“O leitor deve ser informado sobre o tipo de pesquisa que será realizada, sua conceituação e justificativa à luz da investigação específica.” (VERGARA, 2004, p. 46).

As citações realizadas nos itens acima são alguns dos referenciais teóricos que formarão um conjunto de publicações a serem consultadas, verificadas e apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso ao término da pesquisa.

O trabalho será desenvolvido, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica que apresentará, de forma detalhada, as características da profissão militar, a ética e os valores intrínsecos a esta atividade, com foco na sua relevância e nos aspectos relacionados à Defesa e às Expressões Militar e Psicossocial do Poder Nacional.

Destacar também o ensino das competências comportamentais no Itinerário Formativo das Praças da MB, e se o conflito entre os atuais valores cultuados pela juventude e os valores destacados na Rosa das Virtudes influenciam no tocante ao aprendizado da ética e dos valores militares. E para isto será considerada a necessidade de aprofundar o estudo da aprendizagem e transformação do indivíduo para o entendimento pleno da hierarquia e disciplina por meio de pesquisa bibliográfica.

A análise das referências, currículos e material didático empregados nos cursos conduzidos no Sistema de Ensino Naval (SEN) será fundamental para verificar se as unidades de ensino aplicadas são efetivas na compreensão dos militares, na transformação dos valores externos para aqueles característicos da profissão militar, e por consequência, na contribuição para o cumprimento pleno de ordens em ambientes administrativos e operacionais. E para a consecução deste objetivo continuará a ser realizada a pesquisa documental nas diversas normativas da MB que tratam da Política de Ensino, da Liderança, dos Referenciais de Competências Técnicas e Comportamentais, e de Currículos e Normas do SEN.

Em seguida realizar-se-á uma análise da preparação do educador, instrutor ou docente para o ensino da ética e dos valores militares baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Inclusive, realizar a análise dos relatos dos docentes sob a ótica de autoavaliação para exercer a docência, e a percepção sobre os discentes

e seus comportamentos, sob a forma de pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados serão tratados de forma qualitativa.

Por derradeiro será necessário realizar a análise dos relatos dos Comandantes ou Chefes dos militares, pós formação, sob a ótica do aprendizado e entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais, sob a forma de pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados serão tratados de forma qualitativa.

É importante destacar a experiência profissional do autor deste trabalho, pois exerceu cargos e funções no Setor de Ensino da MB. Como Coordenador de Atividades Extracurriculares do Corpo de Aspirantes da Escola Naval trabalhou diretamente com a dimensão psicossocial da formação dos Oficiais combatentes da Marinha. No cargo de Comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) foi responsável pela implementação do Novo Itinerário Formativo de Praças naquela Escola, em 2017, além de coordenar todas as atividades da formação dos Aprendizes e Grumetes. Na Diretoria de Ensino da Marinha exerceu assessoria no Programa de Qualificação para o Serviço, etapa do Itinerário Formativo executada a bordo dos meios navais. Quando foi Imediato do Centro de Instrução Almirante Alexandrino contribuiu para a implementação do Novo Itinerário Formativo de Praças, junto ao Curso de Especialização, em 2020, com a mesma turma que havia iniciado o processo em 2017, além do assessoramento à Superintendência de Ensino daquele Centro e aos diversos assuntos afetos à formação e ao ensino nos cursos ministrados.

Todos os dados da pesquisa serão coletados em trabalhos científicos, legislação vigente e Normas da MB devidamente publicados e referenciados de acordo com o Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da Escola Superior de Guerra, edição 2021. (ESG, 2021).

A intenção será utilizar como Método Científico o hipotético-dedutivo, e realizar uma pesquisa quanto aos fins do tipo exploratória e explicativa, e quanto aos meios de investigação do tipo pesquisa de campo, documental e bibliográfica.

4 A PROFISSÃO MILITAR, SUA ÉTICA E VALORES

A profissão militar possui características singulares que atravessam séculos de existência e que se mantêm até os tempos de hoje. Porém desafios constantes na atualidade colocam sempre à prova a aplicação, aos militares do século XXI, da ética e dos valores tradicionais, tão caros para a manutenção da essência do militarismo, e que entram em choque com os valores emanados pela sociedade dos tempos presentes.

4.1 A Profissão Militar e sua Evolução

A profissão militar se remete ao início da civilização, em Roma, em seus exércitos, quando foi criado o soldo aos legionários destacados para os confins do Império, dando forma ao início da profissionalização dos militares. Porém há de se considerar civilizações anteriores onde a guerra era tema presente no cotidiano daquelas nações, e que também possuíam homens obstinados a defender seus povos. Assim como nas formações militares da Idade Média, a serviço de senhores feudais pela Europa. “Todavia, o primeiro grande marco evocado é a criação, no século XVII, do exército nacional de Maurício de Orange, que muitos especialistas consideram o primeiro esboço da Instituição Militar.” (VAZ, 2001, p. 51). Soldados, que inicialmente eram mantidos com sentimento de honra e fidelidade ao seu “senhor”, e que a partir deste momento possuíam emprego e pagamento remunerado regular, e que nos intervalos entre as contendas militares realizavam treinamentos para se manterem sempre prontos para a ação, e com possibilidades à ascensão ao oficialato profissional. No decorrer dos séculos os militares foram sendo reconhecidos como classe profissional e organizados como instituição permanente dos Estados. Já no século XX, com a evolução dos armamentos e mudança nas estratégias e táticas da guerra, foram aperfeiçoadas as Escolas e Academias militares e fortalecida a conscrição, já existente desde o início dos tempos.

Já nos anos 1950 do século XX e intensificados a partir dos anos 1970, a profissionalização dos militares tornou-se mais decisiva no mundo. Pois nas guerras deste período ficou claro o sucesso dos exércitos com tropas profissionais, mais especializadas e com números cada vez menores de homens. Contando, cada vez mais, com o uso de tecnologias que necessitam de estudos técnicos prévios à

aplicação nos campos de batalha, assim como nos mares e ares, com maior sucesso nos empreendimentos diante de forças armadas com predominância da conscrição não profissional. Ficava cada vez mais claro para os decisores das classes políticas, que mantinham interesse em estabelecer um controle civil sobre as forças armadas, assim como para os chefes militares e da opinião pública que a guerra é para ser realizada por profissionais especializados, com requisitos de eficiência e eficácia a serem atingidos e sob constante supervisão e avaliação.

No Brasil a partir dos anos 1970 o militar da ativa deixou a política partidária e voltou-se para os intramuros e sua profissionalização como técnico da guerra. O Presidente da República Marechal Castello Branco⁷, à época, estabeleceu uma série de medidas administrativas para reorganizar a carreira militar no Brasil. A Constituição de 1967, no parágrafo único do art. 145, estabeleceu as condições de elegibilidade dos militares a cargos eletivos na República, e caso eleito, estava prevista a exclusão do serviço ativo, ou ser transferido para a reserva ou reformado.

A profissão militar é exercida por vocação onde se destacam como bases primárias o dever, a hierarquia, a disciplina e o sacrifício da própria vida. Aditivadas de organização específica calcada no treinamento, planejamento, na aquisição de conhecimentos técnicos especializados, tudo isso em prol das operações de treinamento ou reais. A união dos militares com o sentimento de espírito de corpo contribui para o sucesso da profissão e das atividades exercidas. É uma carreira de Estado, que possui o monopólio da força exercido pela classe militar, e que possui sua burocracia administrativa própria, especializada, hierarquizada e sistematizada.

Peculiaridades da classe tornam os militares únicos dentro das sociedades, principalmente quando se destacam suas rigorosas práticas regulamentares, como a da continência, dos sinais de respeito, o culto explícito aos símbolos nacionais, o orgulho no entoar dos hinos e canções, o cultivo da disciplina rígida, o reconhecimento pelo utilizar de insígnias e a distinção entre postos e graduações e, acima de tudo, a valorização da meritocracia, dentre outras e mais diversas práticas, que determinam

⁷ Humberto de Alencar Castello Branco nasceu em Fortaleza no dia 20 de setembro de 1897. Foi político e militar. Chefiou entre 1944 e 1945, a Seção de Operações do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial. Presidente do Brasil entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967. Morreu, em 18 de julho de 1967, quando o avião do Exército Brasileiro (EB) em que viajava, foi atingido pela asa de um jato da FAB (Força Aérea Brasileira) que realizava um voo de instrução nas proximidades da Base Aérea de Fortaleza.
Fonte: https://www.ebiografia.com/castelo_branco/. Acesso em: 9 jul. 2022.

as condições incontestas para a formação e conservação da existência do militar tradicional e profissional.

Atualmente nas forças armadas brasileiras coexistem dois tipos bem distintos de membros, os militares profissionais de carreira compostos pelos Oficiais e Praças oriundos das escolas militares, com vínculo definitivo com a Instituição, ou, os Oficiais e Praças voluntários, oferecidos para servir por um período máximo de oito anos, que são admitidos sem passarem pela formação tradicional nas escolas militares e não possuem qualquer vínculo de caráter definitivo à organização militar (OM) onde está lotado.

É dever do militar, independente da origem, ou do valor do soldo que recebe, a proteção da Nação, do seu povo, do seu território e de uma forma geral da sociedade e da sua forma de vida. O Oficial das Forças Armadas sempre possuiu uma imagem austera, profissional, dedicado à missão e ao bem comum, com desinteresse pela política partidária e que era percebido pela sociedade como alguém dificilmente manipulável. Com o decorrer dos anos, este estereótipo foi sumindo e evoluindo com o aumento da percepção da sociedade e da política ao seu redor, mas se mantendo apartidário, para o bem da própria instituição.

As Forças Armadas não negam, nem sequer discutem, as missões que lhes são designadas. Além do tradicional emprego na defesa da pátria, incluem-se, atualmente, com legitimidade, a atribuição de missões ligadas a garantia da lei e da ordem interna, a guerra híbrida, a guerra cibernética, o combate ao narcotráfico, à imigração ilegal e ao terrorismo, ao apoio a defesa civil por ocasião de desastres naturais e à assistência humanitária, ou ainda às ações de estabilização e apoio à paz.

Cabe ao militar exercer com sacerdócio, disciplina, respeitando a hierarquia, e com caráter rígido, com ética e moral consistentes da sua profissão as missões que lhes forem atribuídas. E na sua vida privada e em meio a sociedade, não se deixar influenciar pela modernidade da nova vida interligada e conectada em redes sociais, e ser o exemplo de cidadão e cumpridor de seus deveres familiares e civis.

4.2 O Estudo da Ética e a Sociedade

Desde muito tempo, podemos registrar que há vários séculos, a definição de ética vem sendo perseguida por filósofos e estudiosos do tema.

Na tradição filosófica, a ética é estimada como uma reflexão sobre os valores essenciais ou fundamentais, diante das normativas sociais conhecidas. A ética é tratada majoritariamente de modo objetivo, contudo permite um espaço para a subjetividade, pois trata do humano e suas relações com a moral, os valores e as normas.

De fato, a reflexão sobre a moral remonta à Antiguidade. Entre os mais célebres filósofos gregos, recordemos que Aristóteles (384-322 a.C.), em sua *Ética a Nicômaco*, se indaga sobre a articulação entre o desejo subjetivo e o bem. Nesse plano, a virtude moral orienta o homem à “preferência razoável”, isto é, para a capacidade de escolher certo (“isto é melhor do que aquilo”), com prudência e na justa medida. (PLAISANCE, 2010, p. 16).

É possível registrar que Aristóteles⁸ define o homem como um ser político sempre em busca da felicidade, no íntimo da comunidade e dentre os demais homens. A amizade torna-se foco principal na sua filosofia moral e que ainda estabelece uma relação essencial entre o político e o ético. E traz ainda o engrandecimento da meritocracia, pedra fundamental da *Ética da Virtude*, relatando que fazer o certo é ser merecedor, é perseguir o mérito, cujas tradições, por meio das virtudes e valores, descrevem o que é o certo. Contudo no pensamento moderno a razão sempre se destaca como vetor a ser seguido, tanto nas teorias científicas, quanto na prática com o valor moral e suas bases estabelecidas, imposta para toda a sociedade e aplicada a cada indivíduo.

Immanuel Kant⁹ enuncia: “Age de tal modo que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”. (TONETTO, 2013, p. 188). Assim, para Kant, a ética não reduz o ser humano a um simples meio passível de exploração, mas sim como pessoa a ser respeitada e que possui um fim em si mesmo. Todavia com a evolução das relações sociais é possível perceber que deve ser feito um esforço por

⁸ Nascido na cidade de Estagira, pertencente ao Império Macedônico, no ano de 384 a.C., Aristóteles foi considerado o mais importante filósofo da Grécia, ao lado de Platão. Viveu em Atenas, o que possibilitou que conhecesse o pensador que se tornaria seu mestre: Platão. Estudou na academia de Platão durante muitos anos até se tornar professor da instituição. Aprofundou-se nos estudos platônicos sobre o ser e sobre a essência das coisas, sobre a dialética, sobre a política e sobre as ideias socráticas. Também estudou ética e aprofundou seus estudos em ciências da natureza.

Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/aristoteles.htm>. Acesso em: 9 jul. 2022.

⁹ Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão, fundador da “Filosofia Crítica” - sistema que procurou determinar os limites da razão humana. Sua obra é considerada a pedra angular da filosofia moderna. Fonte: https://www.ebiografia.com/immanuel_kant/. Acesso em: 9 jul. 2022.

parte dos indivíduos em manter a cordialidade com reciprocidade para a manutenção do bem comum.

Este conceito sempre foi muito debatido e estudado, contudo, não foi ultrapassado, apesar de desgastado, principalmente na construção em prol da sociedade e suas relações.

Na atualidade, frente a degradação das relações humanas, desde a família, célula da sociedade, até a formação da municipalidade, vemos a perda de respeito ao próximo, atos de violência sem razão aparente, observamos os frutos da deterioração ética das pessoas e de seus respectivos relacionamentos. Portanto urge a necessidade de entender este fenômeno de retrocesso, ou da própria perda da ética, e perseguir a reestruturação ou resgate dos valores éticos e morais, e sua contribuição para fazer prosperar novamente um meio social saudável nos dias presentes. Essa recuperação passa pela educação formal das crianças, jovens e adultos nas escolas, pelas igrejas e nos serviços sociais, determinados pelo poder público, diretamente junto às famílias, buscando desta forma o desenvolvimento social e humano.

A moral resultante do respeito mútuo e das relações de cooperação pode caracterizar-se por um sentimento diferente, um sentimento do bem, mais interior à consciência e, então, o ideal da reciprocidade tende a tornar-se inteiramente autônomo. (PIAGET, 1996, p. 5).

Na educação, os meios são tão indispensáveis quanto seus fins, quando se trata da moral. Se a obtenção da liberdade ou autonomia consciente dos valores for o motivo do ensino da moral, está óbvio que não poderá acontecer por meio da coação, ou seja, formar alunos como cidadãos que pensam e priorizam valores, que patrocinam uma vida em plena justiça e felicidade, faz parte da escola criar situações em que essas opções, reflexões e críticas sejam sempre requisitadas e normalmente realizadas. “Não se ensina cooperação como um valor sem a prática da cooperação, não se ensina justiça, sem a reflexão sobre modos equilibrados de se resolverem conflitos; não se ensina tolerância sem a prática do diálogo.” (MENIN, 2002, p. 97).

Contudo é preciso que a coletividade perceba a importância e cultive o estudo da ética. Esse tema contém um grande volume de obras, mas possui espaços importantes a serem preenchidos.

Cabe ressaltar que, em um contexto educacional para crianças, o ensino de ética não poderia ser muito aprofundado em termos teóricos e

epistemológicos, quando comparamos com a educação de jovens e adultos, em que se pretende maior desenvolvimento de reflexão e criticidade sobre valores e hábitos. (NUNES-NETO; CONRADO, 2021, p. 3).

A ética não percebe somente teoria em seus estudos, mas de maneira principal a reflexão, no campo prático, tendo as ações humanas com significado ético não só pelo conhecimento, mas sobretudo pelos valores. A ética está presente nos seres humanos, ainda enquanto impera a animalidade e a barbárie, e que, com certeza nesse estado, se torna impossível a própria convivência. É preciso evoluir como ser humano e sociedade. E a ética, neste contexto, e sob a ótica do escritor Clovis de Barros-Filho, percebeu-se que:

Precisamos evoluir muito para chegar no patamar de uma sociedade ética, sem percebermos que não é bem assim. A ética é a inteligência compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência com todas as condições materiais que são as nossas. (CORTELLA; BARROS-FILHO, 2015).

Uma sociedade em evolução tem a necessidade de possuir cidadãos capazes de instruir ou mesmo transmitir valores e juízos morais e éticos aos demais. O ponto focal não é mais a ética concebida de forma genérica, mas o sujeito ético, aquele que exercendo suas virtudes busca a correção e a felicidade. Foi neste último sentido que a tradição filosófica mais trabalhou sobre a ética. São agentes morais capazes de transformar pessoas de forma clara, cultivando hábitos positivos, estabelecendo os conceitos de certo e errado, com educação e treinamento, cultivando em cada ser humano virtudes necessárias para uma boa conduta e, conseqüentemente, para uma boa vida com sabedoria e felicidade.

4.3 Ética e Valores da Profissão Militar

Na sociedade brasileira, notadamente a partir da última década, o fenômeno da polarização ideológica entre os espectros da direita e esquerda, acirrou a guerra de narrativas, amplificadas pela disseminação das notícias falsas, ou conhecida pelo termo popularizado "*fake news*", sendo a *internet* o seu principal meio de propagação. Este acirramento ideológico, caracterizados pelas diversas pautas trazidas por ambos os espectros, é apenas um dos diversos fenômenos que impulsionam as pessoas para a absorção de influências difusas, induzindo

negativamente sobre o comportamento social, ético e moral, vulnerabilizando a própria coesão nacional, característica psicossocial da nossa sociedade. Este comportamento transborda para o meio militar, pois o segmento faz parte desta mesma sociedade, que inundado destas influências está propenso a sofrer com a possível degradação dos valores éticos e morais que são cultivados a séculos. Portanto, com esta moldura em um quadro de falta de valores, é necessário que os sujeitos éticos entrem em atividade com mais força, justificando na formação dos novos militares uma transformação tão eficaz que possa impedir a relativização da ética e moral, impedindo que tais influências desinformem ou distorçam o padrão cultivado pelas Forças Armadas e que não comprometam os seus integrantes e a própria Defesa Nacional.

Toda profissão tem a característica de desenvolver seu próprio padrão, e que se presta a determinar o desempenho das pessoas que a exercem, bem como o seu código de ética peculiar, para manter sua eficiência e eficácia mediante aquilo que é esperado pelo seu operador. Porém, o empenho aplicado para desenvolver um código de ética próprio deve estar sob a avaliação e às dificuldades impostas da moral objetiva já existente. A ética militar, como a de qualquer outra atividade ou profissão serve a um público especial ou específico, e sua expressão deve ser operativa e útil para tal público-alvo. Partimos do princípio de que a ética é um conceito objetivo, todavia a ética profissional, principalmente a militar, não pode se dissociar do código moral e valores caros que regem a humanidade, pelo contrário deverá ter conceitos e valores mais rígidos. Como a ética sempre é expressa com um fim bem definido, a ética militar tem em um dos seus principais objetivos promover o desenvolvimento moral do indivíduo militar. Devido a esta característica a ética deve ser ensinada ou apresentada pelo sujeito ético de modo que lhes proporcione, com clareza e facilidade, a oportunidade de internalizá-la.

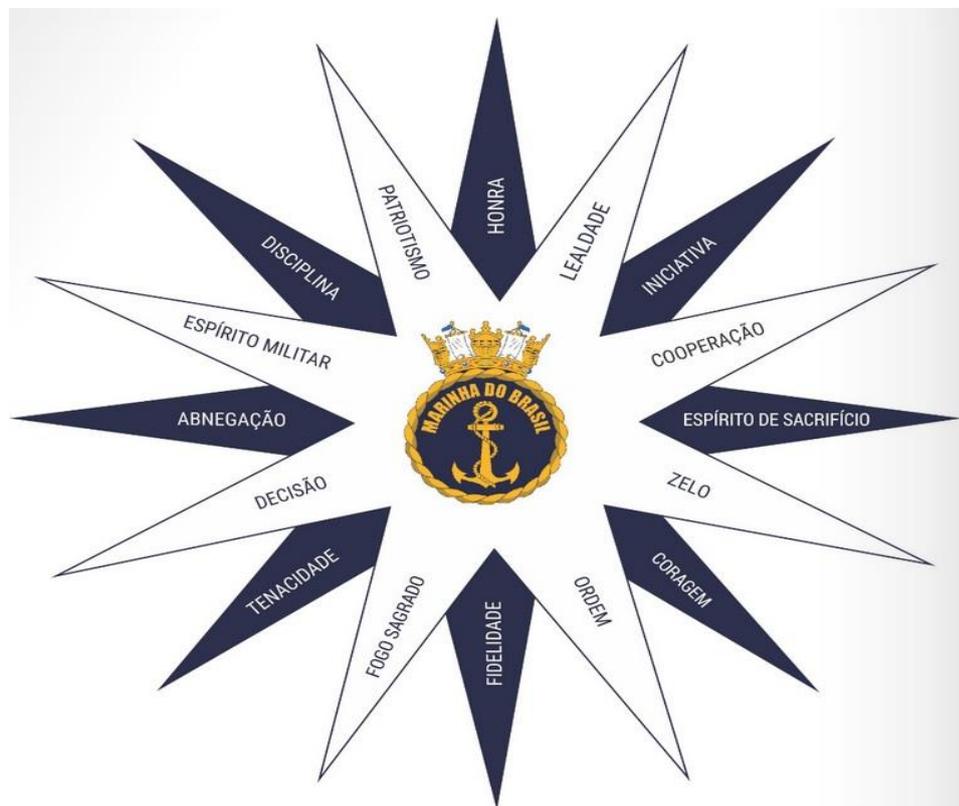
É impositivo que o cultivo das virtudes militares seja desenvolvido desde o primeiro dia em que o candidato à profissão militar se apresenta nas escolas de formação, para o ingresso em uma vida totalmente diferente de toda a experiência já vivenciada. A Marinha do Brasil descreve a importância das virtudes e valores para a instituição de uma forma ímpar:

Os valores organizacionais representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta de colaboradores, gerentes e autoridades ligadas a uma instituição. Tais valores, na Marinha do Brasil, estão traduzidos por intermédio

do conjunto de princípios e costumes expressos na “Rosa das Virtudes”. Mais do que uma simples declaração, os valores são revelados pelas reações que a instituição demonstra diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. (BRASIL, 2022).

Tradicionalmente, essas virtudes podem ser demonstradas pela honra, que é considerada a máxima expressão de virtude, sempre ombreada pela lealdade, iniciativa, cooperação, espírito de sacrifício, zelo, coragem, ordem, fidelidade, fogo sagrado, tenacidade, decisão, abnegação, espírito militar, disciplina e patriotismo. O culto às virtudes deve ter o poder de desenvolver no novo militar um julgamento crítico de responsabilidade e cumprimento do dever moral. Na MB as virtudes são registradas graficamente na Rosa das Virtudes (vide figura 1) que as apresenta de modo didático e contribuindo para o entendimento pleno dos militares. E ainda, faz um paralelo com a Rosa dos Ventos, que é um instrumento de navegação, onde traz os principais pontos de orientação, ou seja, a Rosa das Virtudes apresenta-se como orientadora da conduta dos militares, sendo a expressão máxima representativa dos valores, da moral e da ética cultivados dentro da Força Naval Brasileira.

Figura 1 - Rosa das Virtudes da Marinha do Brasil



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>

Os valores discriminados sob forma de virtudes na Rosa das Virtudes compõem textos das mais diversas legislações nacionais, implícita ou explicitamente, como a Constituição Federal de 1988, e também na legislação infralegal, como leis, leis complementares e decretos, principalmente àquelas que regem os direitos e deveres dos militares e Forças Auxiliares. Portanto, haverá sempre uma expressiva parcela destes valores coadunando com a essência das legislações existentes.

Os valores da Rosa das Virtudes não são valores expressos e categóricos a serem encontrados na legislação infralegal que rege a atuação das forças armadas, mas sim, valores quase que espiritualmente vão permear toda e qualquer atividade das Forças Armadas, uma vez que dizem respeito a toda a sua atuação, principal ou subsidiária. (BELCHIOR, 2022).

A Rosa das Virtudes¹⁰ é um símbolo já consolidado e de amplo conhecimento no meio naval e que evidencia os valores que devem permear a conduta dos militares. Em diversas Organizações Militares da MB sua representação está presente sob a forma de quadros, pinturas em paredes, adesivos e até mesmo seus valores descritos sob forma de placas em ruas e alamedas (vide figura 2) reforçando e deixando permanentemente na memória dos militares a importância do culto a tais princípios.

Figura 2 – Alameda das Virtudes



Fonte: Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Marinha do Brasil.

¹⁰ Oficialmente publicada em 1954, no livreto “Nossa Voga”, a Rosa das Virtudes expressa as qualidades essenciais daqueles que navegam pelos mares. A Rosa, composta por 16 valores que, quando perfeitamente assimilados, garantem a boa condução da instituição e o cumprimento de sua missão. É transmitida aos futuros militares durante o período de adaptação à vida militar naval, quando os então adaptandos recebem o “Nossa Voga” e são instruídos a respeito de sua importância. Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cn/node/684>. Acesso em: 9 jul. 2022.

O itinerário formativo das Praças da MB, principalmente nos cursos iniciais da carreira, deve ser de elevada qualidade, tanto no ensino das competências técnicas quanto, e destacadamente, das competências comportamentais, já que estes elementos serão os militares que irão guarnecer e num futuro próximo supervisionar, chefiar e liderar as pequenas frações de homens no exercício de tarefas administrativas e operacionais. Essa formação ética profissional militar deve evidenciar a necessidade de se desenvolver um pensamento crítico moral, ético e de valores, em conjunto com a atitude responsável, já que as Praças, cada vez mais na atualidade, assumem responsabilidades técnicas e de liderança de pessoas, com muito mais intensidade e quantidade, quando comparados a tempos atrás.

É importante conceituar pensamento crítico:

O pensamento criativo é um processo cognitivo que apoia aspectos divergentes e convergentes da resolução de problemas e da tomada de decisões. Pensar de forma criativa fornece um meio de identificar a existência de um problema e, portanto, ajuda na sua definição. Também leva à formulação de várias alternativas e a uma gama de opções nesse componente divergente. Por meio do emprego do pensamento crítico, as alternativas são analisadas e avaliadas quanto à sua eficácia e à sua adequação para resolver o problema. (ALLEN; GERRAS, 2010, p.32)

Indivíduos distintos apresentam, coerentemente, visões ou percepções de mundo distintas, assim como ética e determinados valores morais. Quando citamos à formação ética profissional militar é indispensável que haja a promoção do desenvolvimento ético e moral dos militares, pois, este sempre deverá ser o Norte, com o fito de padronizar formas e condutas, de modo que a instituição militar possa aproveitar ao máximo a qualidade de seus homens. Para facilitar a implementação desta ética, é preciso acreditar:

Não obstante, a meta final da nossa ética profissional militar é que os soldados não simplesmente ajam de acordo com esses princípios, mas que os internalizem. Por internalizar, entende-se que os integrantes da profissão acreditem, verdadeiramente, que esses princípios sejam moralmente corretos e justos. Ao considerá-los justos, buscarão entendê-los melhor e conformar suas ações a eles. (IMIOLA, 2010, p. 35).

Enfim, é sempre muito custoso criar e manter um senso de responsabilidade nos militares, cultivar preceitos éticos e morais reinantes na profissão militar, principalmente em Praças com formação inicial expedita. O aperfeiçoamento metodológico e continuado contribuirá cada vez mais para a

melhoria da formação ético profissional. Estabelecer esse aprendizado como prioridade pode ser estratégico para a MB, assim como para as Forças Armadas e Auxiliares, pois o comportamento dos militares nas diversas atividades administrativas e operativas desvela-se como um fator imprescindível, e que caso não o mostre, pode afetar a imagem da instituição.

A representação das virtudes de forma gráfica, lúdica e permanente destaca para o militar quanto o seu comportamento deve ser abraçado por princípios que deveriam, sob uma ótica otimista e cidadã, ser valorizados na sociedade como um todo. Desta forma o militar tem a possibilidade de contribuir com a assimilação da educação, em todos os níveis, o entendimento da cultura e das tradições do povo brasileiro, proporcionando a conquista do desenvolvimento e bem-estar social dos indivíduos que compõem a sociedade, assim como faz na transformação do cidadão quando ingressa no sacerdócio da vida militar. Desta forma o militar, após o pleno entendimento destes valores e da sua importância, pode até ser um disseminador de virtudes, como sujeito ético semeando valores universais, morais e éticos, cooperando com a melhor formação do indivíduo e da coletividade brasileira.

5 RELAÇÕES SOCIAIS NO SÉCULO XXI

Nos dias atuais, as Forças Armadas da maioria das nações da civilização ocidental estão encarando o enorme desafio, em um mundo cada vez mais suscetível a alterações, em manter valores tradicionais no seio de suas tropas. É unânime e certo afirmar que tais valores estão sendo contestados diariamente, principalmente pelos jovens militares. Estudiosos das virtudes, do comportamento humano e seus valores, e filósofos denominam esta fase de não aceitação das tradições, de “Pós-Modernidade”.

A partir dos anos 1970 a estrutura familiar começou a mudar no Brasil. Muitas mulheres buscaram aliar a maternidade e as funções domésticas, com a inserção no mercado de trabalho, o que representou um avanço importante no papel das mulheres na sociedade. Porém isso trouxe alguns conflitos, posto que o homem deveria assumir parte desse papel doméstico, contudo essa evolução não ocorreu adequadamente e nem na mesma proporção. Os conflitos tornaram-se mais comuns e com eles o divórcio, bem como o número de famílias reconstituídas e de casais que se formam com a união estável.

Dividida entre um ideal imaginário de família nuclear e as várias configurações de família (famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias homoparentais), a família contemporânea sofre um processo contínuo de reinvenção de si mesma, embora persista como o centro de referência para a delimitação da subjetividade e também como alvo prioritário de cuidado das políticas públicas. Tais famílias nos colocam diante de múltiplas questões, uma delas a contemporânea, cada vez mais insistente na agenda de discussão dos profissionais da saúde, da assistência, da educação e da justiça: como vai e para onde vai a família? (MOREIRA; BEDRAN; CARELOS, 2011, p. 164).

Estas mudanças na constituição das famílias, sem a sociedade ter amadurecido suficientemente, aliada às condições sociais e econômicas desfavoráveis determinou um contexto de fragilidade social na formação ética das crianças e adolescentes na atualidade brasileira.

Neste ambiente de mutação e desencanto, alguns novos valores emergem no Ocidente. Podem ser citados os mais característicos: a instantaneidade, o individualismo, o hedonismo e o narcisismo, novos arranjos familiares e falta de representação política. (BOËCHAT, 2017, p. 93).

O fenômeno tecnológico da comunicação trazido pela *internet* e que influencia diretamente nas relações econômicas, políticas e sociais da coletividade humana mundial deve sofrer uma análise mais aprofundada sobre seu impacto sobre as pessoas, e sua formação moral, ética e de valores. Destacando também que a principal característica desse novo homem da pós-modernidade é o individualismo. Além disso, descobrir como manter os valores militares em uma época de transformações cada vez mais rápidas, e com o apoio rarefeito e sem sucesso da tradicional formação familiar.

As conexões familiares, comumente diminuídas nos dias de hoje, estão sendo substituídas pela tecnologia, por meio de computadores, celulares, *tablets*, *internet* etc., haja vista que a rotina diária de muitas famílias tem o diálogo como um evento raro, em virtude da ausência dos provedores do sustento que muitas vezes delegam a criação de seus filhos a terceiros, trazendo com isso grande prejuízo na educação e na formação ética deles.

A Gavaldon (1997, p.15) descreve que “a educação é saber se comportar e aprender; é a transmissão dos usos dos costumes da sociedade em que se vive, sendo que a transmissão é levada pelos mais velhos aos mais novos”. Provavelmente este não é o método de passar o conhecimento, costumes e tradições que impera em boa parte nas relações familiares nos dias de hoje. Porém é responsabilidade dos pais ou tutelares ensinar os principais valores éticos e morais aos filhos, pois é no seio da estrutura familiar que a criança e o adolescente deverão aprender as primeiras noções de disciplina e regras sociais. Segundo Araújo (2005, p. 143) “cabe aos pais a autonomia de gerenciar regras e valores na educação de seus filhos, este papel é intransferível, mesmo que diante da conjectura familiar”. Inclusive, considerando a Expressão Psicossocial do Poder Nacional, verifica-se o que a Constituição Federal de 1988 descreve sobre a Ordem Social, no seu Art. 229: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”

Portanto apesar das dificuldades e complexidades da vida contemporânea, a família deverá se manter como base da educação do indivíduo, moldando o seu comportamento no ambiente familiar e preparando-o para o desafio da vida em sociedade na fase adulta, e sempre assentada em valores morais e éticos.

A Constituição Federal de 1988 descreve sobre a Ordem Social, no seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Em comunhão com a família, a escola tem papel fundamental na formação e desenvolvimento do caráter do indivíduo e futuro cidadão da sociedade brasileira.

Dessa forma, escola e família devem manter conexões colaborativas, de modo que impulsionem conjuntamente a formação do povo brasileiro. A escola tem responsabilidade na educação formal dos indivíduos. Segundo Mahoney (1999, p. 10):

A escola é um desses grupos e sua responsabilidade é muito grande, pois representa, como a família, um instrumento, um recurso indispensável ao desenvolvimento da criança, pois influencia toda a sua personalidade, penetrando em todo o seu cotidiano. Ao entrar na escola a vida da criança passa a girar principalmente ao redor dela: seus horários, seu lazer, suas amizades etc.

É neste ambiente que se conecta o ser humano à diversas e múltiplas áreas do conhecimento, às competências comportamentais e técnicas, quando o aluno aprenderá formalmente disciplinas exatas e humanas, assim como regras e valores. É na escola que se inicia o convívio social com outros indivíduos, assimilando a diversidade cultural, étnica, religiosa, comportamental e modos de vida.

Essa assimilação se dá com mais força na adolescência que é um período de transição, em que o indivíduo está passando de jovem sob a tutela dos pais, a adulto que poderá se tornar independente.

Isso porque, na adolescência, o sujeito não é mais tão dependente dos pais de sua infância. O adolescente torna-se questionador devido ao afrouxamento desses modelos identificatórios. Isso quer dizer que, ao crescer, a criança começa a enxergar a insuficiência dos pais, e a identificação cega com os progenitores começa a vacilar. Isso é imperativo para a emancipação do sujeito. Será em virtude dessa constatação que o adolescente terá a possibilidade de separar-se dos pais da infância e encontrar seu próprio jeito de ser. (MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011, p. 459).

É nesse momento que se constrói a personalidade que o ser humano levará para o resto da vida, ou seja, sua identidade. E numa época de instabilidade no seu equilíbrio emocional, no encontro da sua maturidade sexual, e tudo arrastado dentro da moldura do seu crescimento corporal, que acontece de forma expedita. Tudo isso geram conflitos de várias ordens no processo de autoaceitação. Em aditivo a essas

transformações, vem a necessidade de afirmação junto aos grupos de relacionamento e a inserção cultural e social. No período da adolescência as relações sociais mudam de caráter, pois existem, com mais intensidade, os impulsos e sentimentos.

A adolescência traz significativas mudanças no campo da percepção e da autoimagem, e da adesão a novos grupos e a identificação de seus pares favorecem a busca da aceitação, esse movimento é explícito a partir dos meios de comunicação utilizados pelos adolescentes, redes sociais representam a ferramenta atual de interação, as redes sociais apresentam a possibilidade de ampliar as formas de comunicação e ainda produzir e compartilhar informações online, o processo de interação social mediado pelo computador, permite o imediatismo e uma ruptura de barreiras na comunicação. (LIMA, 2012, p. 41).

Para o adolescente as novas tecnologias dão a possibilidade do desenvolvimento de relações sociais, criando um espaço de convivência, com a chance de diálogo, demonstrando diversos sentimentos sem ser reprimido. Desenvolve seu comportamento nas redes sociais em busca de aceitação, popularidade e seu modo de apresentação para a sociedade.

O Estatuto da Juventude descreve no Art. 22. Inciso VII: “Promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.” E no Art. 26.: “O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.” (BRASIL, 2013). A análise da lei permite constatar que é garantido e incentivado o acesso dos jovens à criação de conteúdos e às tecnologias da informação e comunicação.

É importante registrar que todo este movimento de interação social online molda o caráter, a moral e a ética do indivíduo, pois nada disso está dissociado do comportamento da vida conectada em rede. A modernidade das relações entre os jovens transparece que existe dificuldade para entender o conceito da palavra ética, às vezes gerando uma crise na sua compreensão, porém destaca-se que: “A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ético é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar.” (CORTELLA, 2017). Ou seja, baseado neste conceito, os participantes das redes sociais criam uma nova ética do relacionamento, com fulcro nos sentimentos das experiências vividas.

Da mesma forma que se acrescentam amigos na sua agenda, se desfazem amizades com idêntica velocidade, e tudo isto sem grandes traumas. O fenômeno da

instantaneidade aparece com as novas alterações ao redor do mundo, com uma cadência acelerada e produzindo uma forte descontinuidade nas organizações existentes. Atualmente as pessoas e suas ideias não necessitam de intermediação da mídia tradicional, autoridades políticas e demais atores formais da sociedade. A transmissão de ideias, instantaneamente, influencia muitas pessoas diretamente. Portanto causam ações nas relações, muitas delas fluidas, com alto grau de fragilidade nos laços sentimentais. Os jovens interpretam diferentes papéis, usando muitas vezes do anonimato, e buscam partilhar relações com pessoas de mesmos interesses, ou seja, da mesma “bolha social”¹¹.

Além das variáveis da família e da escola, a diminuição das relações com a religião e a igreja, e possivelmente na perda da fé em Deus, combinada e amplificada com a capacidade que a ciência moderna tem de, através desse excesso tecnológico, gerar um sentimento de vazio na alma, conflitando com o existencial nos indivíduos, o caminho que o homem trilhou para preencher este buraco foi para dentro de si próprio. Assim, os valores coletivistas são superados pelos do hedonismo, numa busca incessante pelo prazer, do narcisismo, e seu amor exagerado por si mesmo e do individualismo, com seu egoísmo característico.

Na análise da vida virtual versus vida real a maior parte dos adolescentes enxerga a função das redes sociais como um modo de distração do cotidiano e de entretenimento. Contudo as mídias sociais solidificam estes valores na valorização ao eu próprio, quando a aparência de felicidade e sucesso se tornam mais importantes do que a verdade em si. Esta nova realidade traz dificuldade para a construção de militares com virtudes necessárias para o exercício da atividade.

Outro papel importante é por ser um local onde os jovens têm liberdade de expressão, a possibilidade da socialização sem amarras, e acesso a informações livremente. Segundo Farias e Crestani (2017, p. 66):

Para estes adolescentes as redes sociais apresentam como benefícios: trazer conhecimento e informação de forma rápida; oportunidade de conhecer e interagir com muitas pessoas distantes e fazer amizades; facilitar a

¹¹ A ideia de uma bolha representa uma demarcação de espaço para se proteger e se distanciar do ambiente externo. Dessa forma, uma bolha social é entendida como um grupo de pessoas que se unem por interesses semelhantes e acabam por excluir a participação de quem tem pensamentos contrários. Assim, a bolha é algo que limita as relações e, de certa forma, protege o grupo, mantendo um equilíbrio. Fonte: <https://psicologiadockhorn.com/blog/o-que-e-a-bolha-social-e-como-ela-pode-impactar-na-minha-vida/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

comunicação; e ser lugar de expressão sem julgamento. E as desvantagens destacadas por eles são: distanciamento e isolamento social na vida real; o vício; exposição da vida pessoal; sem limites para o que é dito e visto; e a existência de pessoas perigosas que fazem uso maldoso das redes sociais.

Sem sombra de dúvidas, a realidade tecnológica entranhada na vida da juventude influencia deveras o comportamento deles na sociedade, assim como suas moral e ética.

Os sonhos e os planos para o futuro fazem parte da vida do ser humano, e mais intensamente da juventude, que no momento da inexperiência natural dos primeiros anos da vida, isso se intensifica. As expectativas com relação ao estudo, à que curso fazer na escola técnica ou na universidade, ao trabalho que vai executar após se formar, se terá um emprego de boa remuneração ou se amargará um desemprego dos sem experiência no mercado de trabalho, e se tudo isso será realizado por vocação. Todas as dúvidas fervilham nos pensamentos ansiosos do jovem que busca um lugar no mundo. E que atualmente, como já descrito neste trabalho, está entrelaçado com opiniões de terceiros nas redes sociais, pois essa discussão transcende o seio familiar e a orientação singular dos pais, o mundo entra neste processo decisório.

Além disso, o mercado de trabalho é o campo em que se exercem mais diretamente as coerções materiais e simbólicas da competição. Examinando os “modos de gestão de si”, pudemos constatar que para numerosos jovens, a experiência ou inexperiência do mercado de trabalho constitui momento decisivo da sua redefinição identitária. (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 76).

A transição para a vida adulta, a criação de sua própria identidade, e a expectativa de uma formação que lhe trará sucesso profissional, de preferência o mais rápido possível, para que tenha condições de realizar os sonhos e expectativas traçadas, faz parte do cotidiano e é o estimulante para as novas experiências a serem vividas, uma verdadeira competição para uma colocação de sucesso na sociedade.

Somando-se a esse caldo de coisas que moldam o caráter do jovem atual, nessa era globalizada, quando as fronteiras físicas são tão permeáveis que parecem não mais existir, e que quando tratamos dos caminhos virtuais da comunicação isso se torna mais verdadeiro, apresentam-se ainda as ideologias diversas, o multiculturalismo e a diversidade social.

A expressão multiculturalismo designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades «modernas». Rapidamente, contudo, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais num contexto transnacional e global. (SANTOS; NUNES, 2003, p. 3).

O multiculturalismo, aliado ao progressismo, é um desafio para o entendimento do jovem brasileiro que inicia seu aprendizado sobre o mundo, na quase totalidade dos casos de forma virtual, e sobre forte carga propagandística midiática com reivindicações das chamadas minorias, tais como: negros, índios, mulheres, homossexuais, entre diversas outras.

Esse entendimento de sociedade surge como um desafio, quando contrastado com a ética militar, mais conservadora, porém aceitando as diferenças e diversidades, contudo pregando a meritocracia e a igualdade no tratamento entre as pessoas, sem normatizar nos intramuros qualquer tipo de cota ou benefício relacionado à raça, religião, sexo, classe social ou outro gênero interligado à identificação cultural.

Dessa forma, a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo em uma determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade concretiza-se com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e, também, das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (MELLO; SILVA, 2008, p. 68).

Com estas novas configurações familiares, a escola moldando a personalidade da criança e do adolescente, o relacionamento social dos jovens integrados nas redes, a expectativa de um futuro profissional de sucesso e o multiculturalismo, se torna desafiador o papel de transformar este indivíduo, no momento de maior modificação de sua vida, em um militar, com todas as características inerentes e necessárias ao desenvolvimento das atividades da profissão militar e o ensino da ética e valores militares.

6 O SISTEMA DE ENSINO NAVAL

Na MB a Missão tem como objetivo principal relatar as tarefas da organização, aditivada dos propósitos para a consecução da proposta ou desafio a ser alcançado. A Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) registra em sua página na *internet*¹² diversas informações institucionais e, portanto, é possível observar que tem o propósito de superintender o recrutamento e a seleção de pessoal para o ingresso voluntário na MB e a capacitação do pessoal da MB para o desempenho, na paz e na guerra, das atividades necessárias ao serviço naval e previstas em sua Organização. Para a consecução de seu propósito, cabe à DEnsM as seguintes tarefas:

I - Desempenhar as atribuições de Órgão Central do Sistema de Ensino Naval (SEN), nos termos da legislação pertinente;

II - Prover, sem prejuízo da subordinação prevista na estrutura da Marinha, a orientação normativa, a supervisão funcional e a fiscalização específica das organizações de execução do Ensino Naval;

III - Planejar, executar e coordenar as atividades de recrutamento necessárias à captação de pessoas para o ingresso voluntário na Marinha, como Órgão Central do Sistema de Recrutamento da Marinha;

IV - Exercer as atividades de sua competência na execução dos processos seletivos para o ingresso na Marinha e acesso na carreira; e

V - Propor a alocação de recursos financeiros para as Organizações Militares (OM) executantes do Ensino Naval.

A DEnsM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, foi criada pelo Decreto nº 20.734-A, de 27 de novembro de 1931, com a denominação de Diretoria de Ensino Naval. Com o passar dos anos teve sua denominação, atividades e organização regidas por diversos Regulamentos e Regimentos Internos, e atualmente tem seu Regulamento atualizado e aprovado pela Portaria nº 95 de 14 de setembro de 2017, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha.

O Sistema de Ensino Naval (SEN) é regido pelas seguintes Leis e Decreto: Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Ensino na Marinha, e foi alterada pelas Leis nº 12.704/2012 e nº 14.296/2022. O Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009, regulamenta a Lei no 11.279.

¹² Fonte das informações institucionais: <https://www.marinha.mil.br/ensino/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

6.1 Evolução Histórica do Ensino Naval

A história do Ensino Naval brasileiro remonta ao século XVIII, com as raízes fincadas em Portugal, com início propriamente registrado na criação da Academia Real de Guardas-Marinha, criada em 1782, em Lisboa, Portugal, por Carta Régia da Rainha D. Maria I¹³, o que veio dar condições de realizar um ensino acadêmico e profissional naval aos futuros Oficiais da Armada Portuguesa. Com a vinda da Família Real para o Brasil, a Academia desembarcou no Rio de Janeiro em 1808, trazida a bordo da nau "Conde D. Henrique".

Após a Independência, e em face aos diversos conflitos internos e guerras externas, no Período Regencial, a Marinha sente a necessidade de organizar seu recrutamento e a formação de seu pessoal. Por meio do Decreto Legislativo nº 49 do Governo Imperial¹⁴, de 22 de outubro de 1836, foi criado o Quartel de Marinheiros no Rio de Janeiro e as Companhias Fixas de Marinheiros, evoluindo para Companhias de Aprendizes-Marinheiros, embrião das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM), espalhadas pelo Brasil, onde jovens recebiam as primeiras instruções da arte naval.

Pela Lei nº 2670, de 20 de outubro de 1871, foi autorizada a criação do Colégio Naval (CN)¹⁵, primeiro colégio militar de nível médio do Brasil, efetivada pelo Decreto nº 6440, de 28 de dezembro de 1876, assinado pela Princesa Isabel, que servia, e serve até hoje, de preparatório para o ingresso na Escola Naval, instituição de ensino originária da Academia Real de Guardas-Marinha, e que passou por várias sedes e denominações, e atualmente se encontra na Ilha de Villegagnon. Portanto, a Escola Naval (EN) é a mais antiga instituição de ensino de nível superior do Brasil.

No início do século XX, com o desenvolvimento tecnológico impulsionado pela Revolução Industrial na Europa, o País e a Marinha de Guerra tinham a necessidade em desenvolver, mais especificamente, no período que vai de 1902 a 1912, com uma visão política que implicava na necessidade do País, não só voltar a

¹³ Maria I foi a primeira rainha portuguesa, a mais velha das cinco filhas de D. José I com Mariana Vitória da Espanha e nasceu em 17 de dezembro de 1734, em Lisboa, quando recebeu o título de "Princesa da Beira". Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança ficou para a história como a "Rainha Louca", reinou durante 38 anos entre 1777 e 1815. Foi mãe do Príncipe Regente D. João VI. Morreu, em 1815, na cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: <https://www.infoescola.com/biografias/maria-i-de-portugal/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁴Fonte: Collecção das Leis do Imperio do Brasil parte II, 1836, p. 215-216.
https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18465/collecao_leis_1836_parte2.pdf?sequence=2&isAllowed=y/. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁵ Fonte das informações históricas: <https://www.marinha.mil.br/cn/historico>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ser a potência naval dominante no Prata, mas, ainda, a desenvolver uma esquadra oceânica. Porém para isso era necessário realizar o aperfeiçoamento da qualificação do pessoal da força naval da época. Assim, a Administração Naval não apenas instituiu novos cursos técnico-profissionais, mas também criou escolas e centros de formação. Além disso, fazia-se premente e necessário acompanhar a evolução do Ensino Naval que ocorria em outros países, pois várias Marinhas já haviam criado e instituído as Diretorias Especializadas no Ensino, de forma autônoma, e que tratavam de áreas tecnológicas distintas e supervisionavam os cursos técnicos e de formação naval de suas escolas de formação de pessoal.

Sempre ao encontro de soluções de vanguarda e em busca do aperfeiçoamento, a Marinha de Guerra já vislumbrava a necessidade de nova organização para o Setor do Ensino, pois as escolas existentes se encontravam no Rio de Janeiro, a bordo de navios, e dispersas geograficamente pelo Brasil. Todavia, tornou-se imprescindível, à época, a nomeação de um Oficial de alta patente para coordenar e supervisionar o ensino na Marinha.

Com esse panorama, foi criado pelo Decreto nº 20.734-A¹⁶, de 27 de novembro de 1931, a Diretoria do Ensino Naval, cujo Diretor Geral do Ensino Naval seria um dos membros do Almirantado. A Diretoria era um órgão da Administração Naval, com o fito de orientação, direção, fiscalização e regulamentação do ensino elementar, técnico e profissional, bem como à educação física do pessoal da Marinha de Guerra¹⁷, e com isso destinado a coordenar os respectivos programas, orientar os trabalhos, fiscalizar as atividades de alta relevância para a eficiência da Marinha, descentralizando providencias acumuladas no Gabinete do Ministro dos Negócios da Marinha de Guerra e na Diretoria do Pessoal, e assim possibilitar acompanhar com atenção a evolução da técnica referente ao ensino naval. Somente não ficariam subordinadas ao novo órgão a Escola de Guerra Naval e a Escola Naval¹⁸.

¹⁶ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20734-a-27-novembro-1931-560831-publicacaooriginal-84037-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁷ Art. 1º, do Regulamento para a Diretoria do Ensino Naval, aprovado pelo decreto 20.893, de 31 de dezembro de 1931.

¹⁸ A Escola Naval passou à subordinação da Diretoria de Ensino Naval somente no dia 15 de setembro de 1932.

À época, o Contra-Almirante Tancredo de Gomensoro¹⁹ foi nomeado como Diretor-Geral do Ensino Naval e elaborou o primeiro Regulamento da Nova Diretoria, que foi aprovado em 31 de dezembro de 1931, pelo Decreto nº 20.893²⁰, assinado pelo Contra-Almirante Protógenes Pereira Guimarães²¹, Ministro dos Negócios da Marinha.

Administrativamente, a nova Diretoria do Ensino Naval foi dividida em quatro divisões: a primeira, responsável de todas as escolas, cursos e estágios de Oficiais; a segunda, de todas as escolas, cursos e estágios de Suboficiais e Inferiores; a terceira, de todas as escolas, cursos e estágios de Praças e Operários; e a quarta, do expediente, fichas, arquivos e biblioteca²²; além dos navios Vital de Oliveira e Cavalheiros da Graça, para fins de viagens de instrução de aspirantes e guardas-marinha. Esta divisão abarcou todos os setores da área do Ensino da Marinha, e para a época foi um grande avanço para os negócios do Ensino Naval.

Dada a nova alteração na organização administrativa do Ministério da Marinha, a Diretoria do Ensino Naval foi extinta em 4 de agosto de 1952, quando suas atividades passaram novamente à responsabilidade da Diretoria do Pessoal da Marinha. Contudo, em 18 de junho de 1968, de acordo com a nova reformulação na organização do Ministério da Marinha, o órgão para gerenciar o Setor do Ensino, agora denominada Diretoria de Ensino da Marinha foi recriada, com a denominação que se mantém até os dias atuais.

¹⁹ O Almirante Tancredo de Gomensoro, filho de José Segundino de Gomensoro e Leopoldina Duque-Estrada de Gomensoro, nasceu em 28 de dezembro de 1875 no Rio de Janeiro. Faleceu em 06 de julho de 1945 no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/gomensoro-tancredo>. Acesso em: 10 jul. 2022.

²⁰ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20893-31-dezembro-1931-524494-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

²¹ Protógenes Pereira Guimarães nasceu na ilha do Desterro, atual Florianópolis, em 8 de maio de 1876. Durante sua gestão à frente do Ministério da Marinha, o almirante Protógenes criou os distritos navais e os corpos de aviação e de contadores navais. Mandou construir o navio-escola Almirante Saldanha e os edifícios do Ministério da Marinha e da Escola Naval, no Rio de Janeiro, além do Hospital Naval, em Nova Friburgo - RJ, e remodelou os encouraçados São Paulo e Minas Gerais. Renovou os quadros de oficiais da Armada, ordenou o prosseguimento das obras de construção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e criou o Instituto Naval de Biologia e o Tribunal Marítimo Administrativo. Em 12 de novembro de 1935 foi eleito governador do Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1938.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/protogenes-pereira-guimaraes>. Acesso em: 10 jul. 2022.

²² Art. 9º e 10, do Regulamento para a Diretoria do Ensino Naval, aprovado pelo decreto 20.893, de 31 de dezembro de 1931.

Foi aprovada, no início do ano de 1970, uma inovação à missão da Diretoria de Ensino da Marinha, sob o Decreto nº 66.069²³, de 14 de janeiro de 1970, que registrou: além das atribuições de promover a formação e a instrução; elaborar e controlar os planos; elaborar e revisar os currículos; planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relacionadas à formação, especialização e aperfeiçoamento do pessoal militar; também passou à sua responsabilidade a seleção de pessoal quanto a requisitos intelectuais e psicotécnicos, do pessoal civil e militar, para o ingresso e o acesso na carreira naval; e também, realizar o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal civil, de acordo com a legislação em vigor, e os princípios estabelecidos pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

Suas atividades e organização administrativa, com o passar dos anos teve sua denominação, atividades e organização regidas por diversos Regulamentos e Regimentos Internos, e atualmente tem seu Regulamento atualizado e aprovado pela Portaria nº 95 de 14 de setembro de 2017, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha.

Tecnicamente, a DEnsM orienta vinte e duas Organizações Militares do Sistema de Ensino Naval, sendo quatro delas suas subordinadas diretas: Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Alexandrino, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Colégio Naval. Além destas, subordina-se ainda à DEnsM o Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha, Organização Militar responsável pelos processos seletivos para o ingresso na Força Naval e condução das diversas avaliações psicológicas para a carreira de Oficiais e Praças da MB.

Sua sede atual localiza-se no 5º andar do prédio histórico do antigo Ministério da Marinha, hoje sob o nome de Edifício Almirante Tamandaré, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, mesmo local onde esteve anteriormente instalada até a extinção de 1952. (CHAGAS, 2021, p .8).

A Diretoria de Ensino da Marinha tem mais de 90 anos de história na condução técnica e administrativa do Sistema de Ensino Naval. Sob o lema “Selecionar e capacitar o nosso maior patrimônio”.

6.2 Itinerário Formativo das Praças da Marinha do Brasil

O novo itinerário formativo nasceu no SEN como uma estratégia para viabilizar a implementação de um ensino, a ser conduzido de forma contínua e

²³ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66069-14-janeiro-1970-407566-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

progressiva, se entrelaçando, paralelamente, com a progressão natural da carreira militar naval, estabelecida com as graduações alcançadas pelas Praças da MB. Justamente, mitigando a distância existente entre a teoria e a prática na formação, praticando um tipo de instrução que proporcione uma qualificação profissional cada vez mais necessária e esperada nos meios operativos e OM administrativas da MB.

Nesse contexto, é possível destacar que a modernização dos diversos equipamentos, sistemas e meios navais operativos e administrativos também é continuada, e que evoluem numa velocidade desafiadora para os militares da Força Naval e seus gestores, onde cada vez mais se exigem o entendimento pleno das tecnologias reinantes no século XXI.

Desta feita, foi necessário que o SEN, com criatividade e uma estratégia bem estabelecida, encontrasse um roteiro que contribuísse para reduzir a distância entre a teoria e a prática no ato de ensinar, com a manutenção da qualificação entre os períodos da formação, e a implementação de novas disciplinas em todos os níveis, de modo que os desafios da modernidade fossem superados.

Entretanto, para a utilização deste modelo curricular foi necessário usufruir de ações realizadas pelo Setor do Pessoal da MB, como a gestão de pessoas por competência, e ainda, compreender e implementar a pedagogia das competências, que, verdadeiramente, contribuíram para a implementação do novo itinerário formativo para as Praças da MB.

6.2.1 Gestão de Pessoas por Competência

O processo estratégico de conhecimento das competências do pessoal é fórmula de sucesso em qualquer instituição, pois remete ao exercício eficaz das tarefas a serem executadas. Neste sentido, não se pode associar competência somente como capacidades individuais, e com isto medir o tamanho e qualidades dos recursos humanos à disposição do gestor, mas sim o modo como esses indivíduos e suas capacidades são distribuídos dentro de um ambiente. Gestão de pessoas é abordar um planejamento estruturado nas capacidades individuais do colaborador, e fazê-lo ir de encontro com a necessidade da instituição, da forma mais rentável e eficaz, trazendo benefícios concretos e resultados cada vez melhores. No entanto a organização também deve colaborar com a capacitação de seu pessoal, tornando assim seu patrimônio humano mais valoroso e desenvolvido.

Nesta quadra de desenvolvimento constante, em que novas características técnicas e profissionais apresentam demasiada importância nas corporações privadas e públicas, faz-se impiedoso o estabelecimento de vetores bem direcionados, para cada vez mais conduzir a gestão de pessoas, e suas capacidades, de forma a atender às necessidades da instituição.

Como descreve Lana e Ferreira (2007, p. 5):

Cada pessoa deve perceber que sua missão no trabalho não é apenas desempenhar as tarefas que lhe são atribuídas ou cumprir normas e rotinas estabelecidas. O que importa, de fato, é a capacidade que a pessoa possui para atender às necessidades de seus clientes internos e externos. Essa percepção reforça, portanto, a importância de que as competências a serem desenvolvidas não podem ser pré-determinadas com base simplesmente em definições de cargos e responsabilidades.

Portanto, a percepção que o indivíduo faz de sua importância dentro da organização, e a busca individual contínua em proveito de seu aperfeiçoamento, contribui para um melhor encaixe dentro das engrenagens e estratégias da instituição onde está lotado.

A gestão de pessoas por competências está inserida no planejamento estratégico de uma organização, pois este nada mais é que um processo dinâmico no qual são definidas as direções estratégicas que a instituição deve seguir, antecipando cenários, prospectando oportunidades, a fim de construir sua visão de futuro. Portanto é fator de sucesso manter o desenvolvimento pessoal dos indivíduos em alto nível, e buscar sua posição correta dentro do sistema, de tal modo a extrair, com qualidade, tudo que o indivíduo pode dar.

No País o principal marco regulatório no setor público que registra a gestão de pessoas por competência é o Decreto nº 9.991/2019²⁴, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 8.112/1990. Este decreto estabelece que antes da elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), preferencialmente, deverá ser realizado um diagnóstico de competências, considerando conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício de cargo ou função pública.

²⁴ Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

A Marinha do Brasil como qualquer outra organização que possui uma missão, visão de futuro e objetivos estratégicos bem estabelecidos, prioriza a capacitação de seus integrantes e mantém-se alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, usando-a como referência para a realização das ações na gestão de pessoas por competências, ordenando a capacitação de seus militares por meio da Política de Ensino da Marinha (PoEnsM)²⁵, que tem como propósito estabelecer os Objetivos do Ensino Naval, assim como apresentar as diretrizes a serem seguidas por todas as OM, que fazem parte do SEN. Tendo o tema da capacitação registrado no Objetivo do Ensino Naval número três: “Favorecer as condições essenciais ao desenvolvimento de competências, do pensamento criativo e do espírito crítico do aluno, considerando-o como figura principal do processo ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 2009).

Desta forma a gestão de pessoas por competência²⁶ foi estabelecida na MB, e desde 2014 é realizado um trabalho de constante reorganização nas suas Tabelas Mestras de Força de Trabalho (TMFT)²⁷ baseado em competências, com o apoio das Diretorias Especializadas (DE) e das Organizações Militares Orientadoras Técnicas (OMOT), e pode ser constatado que as evoluções foram significativas, colhendo como consequência o amadurecimento institucional das OM. Todavia deve ser mantida regularmente as análises na avaliação de seus regulamentos e regimentos internos, e de suas missões e respectivas tarefas, assim como na execução de seus mapeamentos de processos e de suas gestões de conhecimento e de pessoas por competência.

O militar da MB ao longo de sua carreira é capacitado por meio de cursos que possibilitam a evolução de suas capacidades técnicas e administrativas, e que viabilizam suas promoções. Porém capacidades e habilidades também são trazidas ou desenvolvidas particularmente pelo militar. A MB deve manter o aproveitamento destas habilidades e conhecimentos, incentivando os militares na execução contínua desses estudos, e determinando atitudes que são necessárias para que os militares e

²⁵ A Portaria Nº 431/MB, de 8 de dezembro de 2009, aprovou a Política de Ensino da Marinha (PoEnsM).

²⁶ Em abril de 2011, a 34ª Reunião do Conselho de Planejamento de Pessoal aprovou o projeto piloto para adoção da gestão de pessoas por competências na MB.

²⁷ O Memorando Nº 4, de 3 de abril de 2018, do Diretor Geral do Pessoal da Marinha, orientou a implementação das TMFT nas OM da MB. Por meio das TMFT a MB realiza o registro e a gestão do pessoal, por OM, registrando o NEO (número do elemento organizacional), corpo, quadro, funções, incumbências e outras características.

civis que compõem a força de trabalho da Força desenvolvam bem seu trabalho. Não obstante, manter continuamente um banco de dados registrando estas capacidades, e após análises e dentro da necessidade do serviço aproveitar esta mão de obra qualificada em prol da missão das diversas OM. Para tanto deve ser mantida a realização da gestão de pessoas por competências com eficiência.

6.2.2 A Pedagogia das Competências

A Diretoria de Ensino da Marinha adotou a Pedagogia das Competências como pressuposto teórico para a elaboração de currículos, seguindo uma tendência nacional da atualidade, e que orienta a formulação das políticas educacionais brasileiras, como a registrada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁸. O conhecimento por competências é aceito pela BNCC que orienta a produção dos currículos de todas as escolas públicas e privadas do País. A Pedagogia das Competências tem por iniciativa e objetivo a valorização das pessoas integrando-as com a educação formativa do pensar e do fazer, potencializando e desenvolvendo as capacidades do homem contemporâneo, com isso contribuindo, teoricamente, para a formação de uma sociedade mais evoluída.

Este tipo pedagógico revela várias possibilidades de aplicação do conceito de competência e dos saberes.

Parece haver um relativo consenso na literatura em torno da articulação de três dimensões para que se configure a competência envolvendo saberes (de diversas ordens como saber-fazer, saber técnico, saber-de-perícia etc.), experiência (envolvendo habilidades e saber-tácito) e saber-ser (envolvendo qualidades pessoais, sócio-comunicativas etc.). As competências são definidas a partir do trio “saberes”, “saber fazer”, “saber-ser”. (ARAUJO, 2004, p. 499).

²⁸ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito! Enquanto os documentos da BNCC referentes às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foram homologados em 2017, o documento da Etapa do Ensino Médio foi reformulado ao longo do ano seguinte, recebeu mais de 44 mil contribuições e foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 4 de dezembro de 2018.

Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 12 jul. 2022.

A publicação normativa da MB “DEnsM-1009”²⁹ instrui e orienta a elaboração e revisão dos currículos, adotados na Força Naval, tanto nas ações da criação dos cursos quanto nas alterações curriculares, incluindo a metodologia das competências, indo de encontro ao aplicado em várias instituições de ensino brasileiras. A DEnsM implementou os currículos por competências, com a aprovação, em 2017, do currículo das Escolas de Aprendizes-Marinheiros e, em 2020, dos Cursos de Especialização de Praças, portanto trazendo para o SEN mais complexidade na confecção do mais importante documento de planejamento de ensino. O novo projeto pedagógico prevê uma formação direcionada ao universo do trabalho, quebrando uma oposição sempre existente no mundo dos discentes, principalmente o técnico, que é a relação entre a teoria e a prática, proporcionando uma aprendizagem completa.

O Manual DEnsM-1009 registra que:

Os Referenciais de Competências (RC) estabelecem as competências profissionais, em termos de desempenho operacional, necessárias ao exercício de uma determinada atividade cujo desenvolvimento deve ser objeto de capacitação em cursos ministrados no âmbito do SEN. (BRASIL, 2021, p. 1-1).

A organização das experiências de aprendizagem em oficinas, laboratórios e simuladores nas escolas associa as competências a serem estimuladas aos objetivos de aprendizagem, devendo se aproximar, ao máximo, com suas características específicas, dos futuros locais de serviço a bordo ou em terra, e este é o diferencial pretendido no novo currículo, buscando a união das áreas de conhecimento. Os espaços selecionados para a formação devem possibilitar ao aluno mergulhar na realidade, para reproduzir as situações a serem aprendidas e gerar conhecimentos práticos, porém sem ignorar os ensinamentos teóricos.

A aproximação da prática profissional proporciona ao estudante a aprendizagem significativa, construção de conhecimentos, habilidades e atitudes, com autonomia e responsabilidade. Tal processo vivido deve ser documentado no portfólio. Esse portfólio ativa o pensamento reflexivo com registros da aprendizagem evidenciada na autorreflexão, indicação de pistas que pedem estratégias de autodirecionamento, de reorientação e de autodesenvolvimento. (PARANHOS; MENDES, 2010)

²⁹ DEnsM-1009 - Manual de Elaboração e Revisão de Currículos e Normas dos Cursos do Sistema de Ensino Naval (SEN) 2021.

A integração do ensino prático e teórico num currículo procura organizar o conteúdo de forma que o aluno compreenda o significado das tarefas, propiciando oportunidade para o desenvolvimento de diversas aptidões, tanto práticas quanto teóricas no campo técnico profissional, assim como as aptidões sociais na relação hierárquica com o docente, e que possam explorar temas e dificuldades além dos limites convencionais das disciplinas e áreas do conhecimento tradicional. As informações presentes no currículo devem priorizar a valorização das ações práticas do que foi assimilado, permitindo a padronização na capacitação dos militares em turmas de alunos distintas, mantendo a unidade doutrinária na formação do pessoal da MB.

Portanto, com a adoção da Pedagogia das Competências o aluno dos centros de instrução e escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento da MB é permanentemente estimulado a refletir sobre a solução de problemas de modo prático, tomar iniciativa para encontrar respostas criativas e válidas no ambiente técnico, e assumir responsabilidade profissional num cenário real, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para executar em bom nível os desafios impostos pelo trabalho diário, no encontro da prática profissional, sem deixar de lado o respeito hierárquico e profissional com aquele que passa o conhecimento.

Neste processo é possível também manter um acompanhamento constante do aluno, possibilitando a avaliação do desempenho durante o decorrer do curso, e se detectada dificuldade de qualquer ordem, a correção poderá ser imediata, contribuindo para o desenvolvimento técnico e das habilidades. Diferentemente das avaliações costumeiras, realizadas ao fim de um ciclo e desconectadas do objetivo final, e somente voltadas para a obtenção de notas ou graus para atingir a aprovação.

É necessário compreender a teoria da Pedagogia das Competências para que seja palatável o entendimento da aplicação do itinerário formativo das Praças da MB.

6.2.3 Implementação e Consolidação do Itinerário Formativo

O desenvolvimento humano, assim como o tecnológico, são frutos de muito estudo nas diversas áreas do conhecimento existentes, portanto o investimento material e de inteligências voltadas para esse objetivo são primordiais para o sucesso das sociedades. E esse desenvolvimento passa pela implementação de um ensino

voltado para a transformação do indivíduo, e para, principalmente, dar foco para esse fenômeno, pois no momento atual em que a informação, de qualquer origem e tipo, parece florescer em todos os instantes e de várias formas, por meio das tecnologias de informação existentes, e que se fazem presentes nas vidas dos novos militares, que são oriundos de uma geração adaptada e conectada com essas novas tecnologias. Portanto é prioritário ter um método eficiente para transportar o conhecimento para as pessoas, com qualidade e objetivo, pois esse é o caminho para o alcance da evolução das organizações dentro das sociedades.

A MB tem que prover a formação do seu pessoal, valorizando as características intrínsecas à atividade militar naval. E para o atingimento deste objetivo, a DEEnsM e o SEN deverão acompanhar a evolução humana, entendendo perfeitamente as características dos homens e mulheres captados atualmente para o ingresso na Força. Da mesma forma, acompanhar e compreender a evolução tecnológica, tudo aquilo que está sendo aplicado nos sistemas que compõe os meios navais e organizações administrativas, e encontrar o melhor modo para cumprir a tarefa de ensinar a atividade técnica com uma base teórica consistente. Cabe ainda, neste processo de transformação pelo aprendizado e do desenvolvimento das habilidades, a apresentação da ética militar naval, e também, da moral existente e dos valores cultuados na instituição, pois essas temáticas formam a essência do militarismo, contribuindo para a sobrevivência da classe militar, e cujas características são indispensáveis para o cumprimento das atividades militares e, conseqüentemente, da missão da MB junto à sociedade brasileira e ao conjunto legal que orienta o País.

O investimento em um itinerário formativo capaz de enfrentar os desafios dos processos de trabalho em evolução ocorreu em paralelo com a adoção da Gestão de Pessoas por Competências (GPC) feita pelo setor do pessoal da MB a partir de 2014. A sinergia e a integração das ações dessas duas frentes resultaram no desenvolvimento e aprovação dessa nova metodologia de elaboração de currículos, bem como do Manual de Elaboração de Referenciais de Competências (RC)³⁰. (DOPCKE, 2021, p .17).

³⁰ DEEnsM-1008 - Manual de Elaboração de Referenciais de Competências Profissionais. Esta publicação tem o propósito de estabelecer as instruções e orientações para o processo de mapeamento das competências profissionais e elaboração dos Referenciais de Competências Profissionais (RC).

A MB, por meio da DEnsM e sua equipe multidisciplinar, baseada em experiências em outras instituições, públicas e privadas, e de diversos arcabouços teóricos encontrados desenvolveu, o que nunca havia feito, o mapeamento de competências e a produção dos Referenciais de Competências Profissionais (RC), que ensejaram a produção da publicação normativa DEnsM-1003³¹. Portanto a MB, ao priorizar o aprendizado por competências, passou a adotar, no SEN, os RC que se tornaram necessários ao exercício de uma determinada atividade e objeto de capacitação em cursos realizados com os currículos por competências. Além dessas mudanças, por diversas vezes, os recursos humanos que se apresentam para o serviço na Força Naval já trazem experiências acadêmicas e profissionais pretéritas, inclusive com qualificações iniciais, e que precisam ser aproveitadas, quiçá potencializadas. Toda essa situação pode estar perfeitamente integrada com as competências profissionais técnicas e/ou comportamentais que passaram a ser solicitadas das Praças.

E de acordo com os preceitos da gestão de pessoas por competência, a MB busca manter o conhecimento das competências de seus militares e traçar estratégias para conseguir o padrão adequado, desenvolvendo e aperfeiçoando seus RC, para que todos possam desempenhar com eficiência seus cargos e funções. Os currículos elaborados para os cursos ministrados no SEN são confeccionados de forma a conseguir, no final do processo de aprendizado, a competência desejada pela Força. Apesar do currículo por competências ser descrito de modo que o conhecimento teórico deva estar intrinsecamente relacionado à experimentação da prática, a aprendizagem deve continuar a ocorrer nos meios operativos e OM administrativas, para o pleno desenvolvimento das competências adquiridas.

O novo itinerário formativo contempla uma série de possibilidades que possuem potencial de serem articuladas no rol dos cursos ofertados pelo SEN. A educação profissional técnica e comportamental programada, a partir de estudos da DEnsM, orienta e configura uma trajetória educacional desafiadora e que tende a durar por muito tempo.

³¹ DEnsM-1003 - Catálogo de Referenciais de Competências Profissionais da Marinha do Brasil. Esta publicação tem o propósito de apresentar, de forma consolidada, os Referenciais de Competências Profissionais (RC) da Marinha do Brasil, além de apresentar os RC de profissões cuja formação é obtida extra-MB.

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, simulações, entre outras situações de trabalho prático e teórico, que os alunos encontram nos cursos e que são complementados no serviço a bordo dos meios e OM da MB, onde se aprofundam nas áreas de conhecimentos específicas. Sendo assim um processo que envolve a participação das OM do SEN e daquelas para onde os militares são designados após a conclusão dos cursos.

Foram várias as mudanças realizadas no itinerário formativo e que serão elencadas neste trabalho, de forma resumida, somente para contextualizar o já descrito:

- a) O aumento do requisito mínimo de escolaridade para o ensino médio, e a inclusão da prova de Inglês no Concurso Público de Admissão às Escolas de Aprendizes-Marinheiros, bem como a possibilidade do candidato optar, por ordem de prioridade, nas áreas em que deseja trabalhar: Apoio, Eletroeletrônica ou Mecânica.
- b) O Curso de Formação de Marinheiros para Ativa (C-FMN), nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM) contempla a antecipação do início da formação técnica, que será concluída com o Curso de Especialização (C-Espc). Assim, já no C-FMN é iniciada a especialização técnica nas três áreas estabelecidas, sendo denominada Especialização Inicial Continuada (EIC), cuja complementação da habilitação técnica, numa das especialidades, se dá por ocasião do C-Espc.
- c) Mantendo a capacitação continuada e progressiva, essência do novo itinerário formativo para Praças, o MN recém-formado é exposto ao Programa de Qualificação em Serviço (PQS)³². O objetivo é integrar os conhecimentos adquiridos no C-FMN às especificidades do meio naval e das futuras atividades a bordo.
- d) A amplificação do conhecimento continuou com a introdução do Programa de Acompanhamento da Especialização Continuada (PAEC)³³, realizado no segundo ano de MN, momento em que participam de um reforço nas disciplinas afetas à área que cursaram no C-FMN, de forma a sedimentar e desenvolver competências básicas requeridas para a especialidade que irão cursar no C-Espc.

³² O PQS objetiva a certificação de que os militares embarcados nos diversos meios de superfície possuam conhecimentos teóricos e experiências operacionais necessários para a adequada execução das tarefas que lhes sejam atribuídas” (DEnsM-1007 Normas para a Gestão do Programa de Qualificação para o Serviço de Oficiais e Praças da Marinha (PQS), 2021, p.1).

³³ Na área de Apoio, as disciplinas são Português, Inglês e Matemática. Em Eletroeletrônica, as disciplinas são Matemática, Inglês e Física/Eletricidade. Para a área de Mecânica, o programa oferece as disciplinas correspondentes para cada futura especialidade a ser realizada no C-Espc.

e) O Curso de Especialização (C-Espc)³⁴ ministra a habilitação técnica desenvolvendo e incentivando as habilidades, as atitudes e conhecimentos, utilizando as experiências práticas e técnicas já adquiridas e as que estão sendo absorvidas durante o curso, utilizando-se de estratégias e recursos de aprendizagem realizados nas escolas. Até os valiosos aspectos relativos às competências comportamentais na formação militar-naval sempre integrados.

Três modalidades de cursos do SEN possuem equivalência no sistema de ensino civil: os cursos de aperfeiçoamento de oficiais a cursos de pós-graduação lato sensu; o Curso de Graduação de Oficiais a bacharelado; e os cursos de especialização para praças a cursos técnicos de nível médio. (DOPCKE, 2021, p .20).

f) O Curso de Formação de Cabos (C-FCB), formulado para os oriundos do meio civil já com habilitação técnica, passou a contemplar o ensino profissional, possibilitando compatibilizar os conhecimentos e habilidades já adquiridos com as especificidades da carreira naval, com um incremento no ensino militar-naval.

g) A DEnsM atualmente iniciou o tratamento dos processos de mapeamento das competências esperadas para os Sargentos Aperfeiçoados, cujos resultados ensejarão propostas para as alterações³⁵ do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento (C-Esp-HabSG) e dos Cursos de Aperfeiçoamento (C-Ap).

h) O Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Praças (C-ApA), em caráter experimental, está sendo testado e avaliado.

i) O Curso Especial de Habilitação para Promoção a Suboficial (C-Esp-HabSO) sofreu alterações na sua estrutura curricular, sofrendo uma evolução e um redimensionamento, mantendo-se como ensino à distância.

j) Foi criado o Curso de Assessoria em Estado-Maior para Suboficiais (C-ASEMSO), introduzindo nas Praças conhecimentos e práticas de atividades de assessoria, estruturado sob um ambiente virtual de aprendizagem.

O itinerário formativo para Praças construído pela DEnsM, baseado em capacidades, e que está sendo executado pelo SEN, está alinhado com as características e capacidades individuais dos homens e mulheres que são admitidos

³⁴ Em 2020, as primeiras turmas do C-Espc, oriundas do novo itinerário formativo, e iniciadas no C-FMN, em 2017, receberam sua certificação técnica.

³⁵ As alterações serão colocadas nos C-Esp-HabSG e C-Ap que serão realizados pelos militares egressos do C-FMN/2017 e do C-Espc/2020.

para servir, e também considera a velocidade da evolução tecnológica reinante nos dias atuais, portanto vem contribuindo para que o Setor do Pessoal da MB mantenha as mais modernas práticas de gestão de recursos humanos, visando à maior eficiência do pessoal quando empregado nas tarefas a bordo dos meios navais e OM da MB. O itinerário cumpre diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, pois leva em conta o adequado preparo da Força Naval, mantendo os militares em elevado estado motivacional e de comprometimento com os objetivos da instituição. Além disso, cumpre a manutenção dos efetivos adequadamente preparados, aliado a busca da valorização da profissão militar, por meio da meritocracia e a formação continuada, ou seja, está sempre visando a capacitação dos nossos militares como uma ação estratégica.

6.3 Ensino das Competências Comportamentais

Considerando a Gestão de Pessoas por Competências e a teoria da Pedagogia das Competências, e apreciando o itinerário formativo para Praças confeccionado pela DEnsM, baseado em capacidades, concebe-se que as competências possuem duas dimensões distintas: competências organizacionais e competências individuais.

As competências organizacionais são aquelas que uma organização necessita para se estruturar e produzir um bom produto, alinhado aos melhores processos e práticas, com um reconhecido desempenho e qualidade. É crucial que a instituição possua pessoas com valores e que sejam qualificadas tecnicamente, pois desta forma será possível alcançar o objetivo principal da organização, que deve ser sempre desenvolver, primeiramente, as tais competências organizacionais.

Contudo, as competências individuais estão, regular e intrinsecamente, ligadas à organização, pois estas, conjuntamente, dão o formato e a alma que a instituição precisa ter para alcançar os objetivos. Na MB, as competências individuais, colocadas com elementos do ensino e do trabalho, são descritas como Competências Profissionais.

Fazendo uma alusão ao conceito de competências, as competências profissionais são o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, manifestadas pelo desempenho profissional contributivo para o alcance dos objetivos da organização. As competências profissionais são conjugadas pelas Competências

Técnicas e Comportamentais, que devem estar alinhadas e se complementarem, a fim de alcançar a competência profissional almejada pela MB. As Técnicas estão relacionadas à profissão exercida na área de atuação específica pelo militar, seus conhecimentos e habilidades aplicados ao seu desenvolvimento. Todavia, as competências comportamentais estão relacionadas à ética, valores, sentimentos, emoções e atitudes e que tendem a influenciar o desempenho do indivíduo, suas iniciativas, e capacidade de planejamento e organização.

As transformações ocorridas na economia mundial e em decorrência, no mundo do trabalho estimularam que novas formas de relações de trabalho pudessem surgir e exigir com isso novas demandas das características pessoais e profissionais dos indivíduos. No mercado altamente competitivo, não basta ter suas competências técnicas e expertises condizentes com o que é exigido pelos postos de comando. Cada vez mais as competências comportamentais têm representado grande diferencial para o sucesso e fracasso de uma carreira e de um negócio próprio. (SOUZA CRUZ; MORAES, 2013, p. 60).

O Setor do Ensino da MB estruturou os Referenciais de Competências Profissionais detalhando as competências profissionais das Praças, definindo o perfil profissional esperado após executado um curso de formação, inclusive as Competências Comportamentais, com detalhamento de seus respectivos indicadores, expressa por meio de um currículo, cujo mapeamento também considera as competências adquiridas no âmbito externo à MB.

Portanto, mesmo para a formação inicial e continuada dos marinheiros que são recém ingressados na MB, por meio das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM) e do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), o desenvolvimento das competências comportamentais já é requisito para a continuidade da capacitação. Tais competências carregam atitudes e valores esperados na composição do comportamento de um futuro Praça no exercício profissional. Para isso, durante a formação, a Praça será estimulada a desenvolver as referidas competências que atravessarão as atividades acadêmicas e toda a carreira do militar.

Na execução das tarefas designadas é esperado que a Praça atinja resultados relevantes, exercendo seu trabalho com comprometimento, e ainda ser fiel ao cumprimento da hierarquia e disciplina com postura militar adequada. Sempre ser verdadeiro ao expor ideias, de forma clara e objetiva, que possam contribuir com a missão da OM e em harmonia com seus pares, pois a manutenção do agir e raciocinar de modo coerente e com controle emocional é atitude adequada perante as

adversidades que a vida militar sempre impõe. Atitudes positivas facilitam o aprendizado e a absorção das competências comportamentais impostas, mantendo a capacidade em desenvolver um comportamento correto e de coragem moral elevada, mesmo diante dos riscos, contudo assumindo ônus ou bônus nas decisões complicadas e em momentos difíceis. A vida militar, principalmente a bordo dos meios navais, implica em se manter disponível e engajado nas tarefas e sempre acessível aos chefes, pares e subordinados, cultivando o espírito de equipe, e de forma colaborativa estimulando a coesão nas relações profissionais, com camaradagem, e em ambiente harmonioso.

Nos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento certas habilidades são estimuladas, principalmente aquelas de alta relevância e, que se bem entendidas, contribuem de forma eficiente para o cumprimento da missão da OM. Por isso o militar deve sempre se manter motivado e com iniciativa adequada nas ações do aprendizado. No entanto ser responsável e, com coerência, assumir seus atos e ações, no cumprimento de seus deveres, mesmo de encontro com as adversidades é cláusula inegociável e demonstra disciplina, característica necessária para instigar o acatamento das leis, regulamentos e normas, e que é basilar na cultura militar.

Outro aspecto inalienável na busca desse preparo ético e moral são as práticas de reforço e desestímulo de comportamentos, que deveriam ser a norma em um ambiente de formação. Estas práticas devem sempre remeter aos princípios e valores das próprias instituições, com o propósito de consolidá-los. Nada é tão nocivo quanto à falta de referências claras e objetivas. As críticas sérias devem se pautar por um quadro de princípios e valores pelos quais possam ser avaliados, e ao referenciá-los acabam por internalizá-los. As características e a essência da profissão militar devem ser enfatizadas com veemência, a fim de estabelecer nitidamente as tarefas e os limites envolvidos em suas execuções. (SILVA, 2012, p. 64).

Nas Escolas e Centros de Formação de Militares, perante o cultivo das competências comportamentais, é transmitida e praticada a ética originária de Aristóteles, que registra que a dignidade ou virtude moral é a condição que se encontra, normalmente, alinhada ao hábito de fazer as coisas corretas. A educação ética contribui com o desenvolvimento de ações e hábitos corretos, com preponderância do exercício prático ao ensino teórico, como preconizado na Pedagogia das Competências.

Ao realizar os cursos de carreira constantes no itinerário formativo, como marinheiro, cabos ou sargentos, as Praças recebem, teoricamente, orientações sobre

a Ética Profissional Militar, com material didático baseado na legislação em vigor e em bibliografias especializadas. Além de conceitos básicos como a Missão Constitucional e as Normas Gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, é apresentado ao aluno as premissas do estudo da ética e dos direitos humanos (com destaque para os direitos e garantias fundamentais; crimes de preconceito de raça ou de cor e injúria; crime de tortura; noções sobre o Pacto de São José da Costa Rica³⁶ e o sistema regional de direitos humanos). Contando com conceitos que viabilizarão a prática do comportamento e da moral castrense, e a compreensão de leis e normas vigentes, além de conhecimentos sobre direitos humanos convencionados no País e Exterior, a partir de tratados, leis e acordos, para que no exercício profissional possa aplicar tais conhecimentos em prática nos diversos ambientes operativos. E em complemento, as Praças também recebem um arcabouço teórico sobre as principais normas internacionais que tratam da ética militar nas mais variadas situações de conflito (Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)³⁷), forçando uma reflexão sobre como deve ser o comportamento, aliado a procedimentos técnicos, durante conflitos armados, conflitos no mar, procedimentos de tribunais e julgamentos dos mais variados crimes de guerra.

Também é objeto de estudo durante a formação as Relações Humanas e os aspectos ligados a personalidade, comportamento e motivação, todos relacionados com a atividade técnica e militar, em conjunto com a Liderança, considerando seus fatores e estilos, na condução de grupos e pequenas frações de militares, calcadas na representação máxima dos valores, a Rosa das Virtudes.

O comportamento social aplicável no trabalho e na vida pessoal é componente essencial no aprendizado das competências comportamentais, com uma

³⁶ A Convenção Americana de Direitos Humanos, popularmente conhecida como Pacto de São José da Costa Rica é um tratado celebrado pelos integrantes da Organização de Estados Americanos (OEA), durante a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e tendo entrado em vigor a 18 de julho de 1978. O documento tem um total de 81 artigos, e tem como objetivo estabelecer os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à dignidade, à integridade pessoal e moral, à educação, entre outros similares. (BRASIL, 2022, p. 2-7)

³⁷ O DICA é um conjunto de normas de origem consuetudinária que remontam às leis da guerra aplicadas nos primórdios das relações entre as comunidades e que foram gradativamente positivadas, constituindo-se hoje em ramo do Direito Internacional Público. Pode-se dizer que o DICA tem duas finalidades básicas que se refletem em suas áreas de atuação: a limitação aos meios e métodos usados nos conflitos armados e a proteção de certas categorias de pessoas: os que não são combatentes, basicamente os civis, e os que deixaram de combater. (GOUVÊA, 2012, p. 1).

abordagem que se estende até à educação financeira, e com o objetivo de aperfeiçoar, ou em alguns casos, apresentar, um código de comportamento necessário para uma vida harmoniosa a bordo dos meios e OM da MB.

... o comportamento militar deverá ser sempre orientado pelas prescrições constantes do Estatuto dos Militares, pelos deveres do pessoal estipulados na Ordenança Geral para o Serviço da Armada, (OGSA), pelo respeito à condição do militar, homem ou mulher, pela dignidade de seu papel na família, pelo seu compromisso profissional, bem como pelas tradições de disciplina, decore e dedicação, características da vida naval. As boas normas aplicadas ao comportamento social estão intimamente relacionadas à conduta ético-militar e são complementares entre si. São procedimentos e atitudes transmitidas pelos ascendentes ou adquiridas pela observação rigorosa do que é moralmente aceito no seio de uma sociedade, na vida familiar e na vida militar. (BRASIL, 2020, p. 1-1).

O ensino prático dos valores comportamentais é executado por meio da Ordem Unida (OU) e das ações em pista de liderança, simuladores de navio, equipamentos esportivos, e demais simuladores de atividades militar naval, não obstante, a execução de atividades realizadas em grupos e, complementarmente, colaborações de caráter extracurricular, estimulando a liderança dos docentes e o exercício da obediência plena, com disciplina, pelos alunos. Contudo, a Ordem Unida é a atividade que concebe a percepção clara do exercício prático da disciplina militar e tem máxima influência na atitude dos militares, e que possui como objetivo preparar os indivíduos e as frações da tropa, ou até mesmo a OM, a desenvolver um deslocamento marcial e com energia, o sentimento de coesão, espírito de corpo, aguçar a obediência e valorizar a prática do saber mandar, ou seja, dar ordens praticando a liderança. Sendo assim, a Ordem Unida é a melhor forma do exercício prático dos valores militares.

Talvez esses sejam os temas e ações mais desafiadoras da formação do militar contemporâneo, pois alcança as dimensões da vida privada e todo o arrasto do que está intrínseco ao ser humano, sempre receptivo às sensações do seu entorno. A transformação e a inserção de valores no indivíduo, de forma a que ele se aproxime do ser ético militar naval ideal para a instituição, necessita de aplicação reta e dedicação máxima dos instrutores e professores, que devem, além do talento, ter uma preparação sólida para lidar com as questões do comportamento e desenvolvimento das pessoas sob sua responsabilidade. Esse é o ensino das Competências Comportamentais.

7 O DOCENTE

Não nos formamos em um único lugar, por meio de uma única instituição. Nossa formação é pela informação visual, textual, comportamental, pelo dito e pelo não dito. Daí a formação ser eminentemente um processo socializador e, como tal, inclui considerar o outro como elemento constitutivo dessa formação. (PINTO, 2010, p. 112).

O mundo atual, globalizado e conectado, influencia diretamente na formação dos professores e docentes. Porém as relações interpessoais não transformam homens comuns em professores, apenas pelo fato de vivermos aprendendo e ensinando, ou estarmos numa comunidade em que os conhecimentos e informações fluem em alta velocidade e que dá a impressão que legitima ensinamentos e aprendizados. Ninguém é naturalmente professor, pois este é um indivíduo formador e para isso necessita de preparo profissional, e não somente encarar como missão ou vocação.

A Norma DGPM-103, item 1.2.1, descreve que “o Corpo Docente corresponde ao pessoal militar e civil da Marinha que tem como atribuição a condução de aulas, presenciais ou a distância, ministradas nos diferentes estabelecimentos de ensino da MB.”

O docente do Sistema de Ensino Naval (SEN) precisa transferir o conhecimento objetivando formar militares técnicos e éticos que exercerão atividades que exigirão deles o máximo de suas capacidades. Ensinar valores, comportamentos e princípios éticos exigem um comprometimento com o aperfeiçoamento contínuo e foco na missão da instituição. Para isso o instrutor deve conhecer e cumprir normas éticas, ao exercer a docência, cumprindo padrões estabelecidos pela instituição e, de certa forma, já internalizados pela experiência na vida militar, e por se tratar de valores cultivados nas Forças Armadas, e com isso exigindo continuamente uma autorreflexão diante de ações no exercício da função. Para o cumprimento das principais tarefas da docência na MB, o SEN orienta por meio de Normas³⁸ e cursos preparatórios, incentiva os docentes, professores e instrutores, a buscar também o crescimento pelos investimentos nos estudos de forma individual, assim como reconhece a atividade com prêmios.

³⁸ DGPM-103 – Normas para o Corpo Docente da Marinha.
DEnsM 2002 - Orientações sobre ética militar naval para docentes do Sistema de Ensino Naval.

O docente na MB deve exercer sua atividade com ética, ter coerência nas atitudes desenvolvidas e cultivar um respeito mútuo junto aos discentes, portanto, deve ser um indivíduo que possua um padrão exemplar na sua conduta, pois servirá de exemplo para outros militares, que naquele momento serão alunos e suscetíveis a tudo aquilo que ouvirem. Mas isso parece um contrassenso, pois o militar, independentemente de ser docente, deve ser sempre um ser ético, portanto transformar um militar em docente não deveria ser algo complexo, e na verdade não é. Se consiste apenas na transferência de conteúdos com métodos que facilitem essa transformação, e faça com que o militar seja um docente que possa exercer esta tarefa com eficiência. Essa transformação também passa pela prática da liderança, da capacidade de orientar eticamente os alunos, e possuir atitudes positivas na transmissão de valores morais. A Norma DEEnsM – 2002 cita que o docente militar deve possuir as seguintes qualidades pessoais inatas ou adquiridas, que concorrem para o enriquecimento da atuação docente: Prudência, compreensão, humildade, imparcialidade e otimismo. Esta mesma Norma (vide anexo A) estabelece orientações gerais quanto aos deveres profissionais atinentes à atuação dos docentes do SEN. E complementarmente, registra-se as competências que devem ser exploradas e desenvolvidas pelo Corpo Docente³⁹ do SEN, de acordo com a Norma DGPM-103: Metodologia, relacionamento, dedicação profissional, expressão oral escrita, liderança, ética profissional, iniciativa e aparência.

O educador militar deve cultivar o respeito e a confiança de seus alunos, assim como daqueles que fazem parte da administração da OM de Ensino a que pertence. A eterna vigilância e cumprimento constante dos princípios éticos, da moral e dos valores militares por todos os docentes, e que quando espreado para os discentes, no convívio diário nas Escolas, Centros de Instrução, Adestramentos e de Formação, empodera atitudes positivas e agregadoras, contribuindo para motivar um espírito de corpo com coesão e robustez, dando melhores condições a todos no enfrentamento dos desafios que a MB possui nesta complexa sociedade em que vivemos no século XXI.

³⁹ O Corpo Docente Integrado do SEN corresponde ao conjunto de docentes que ministram aulas em um determinado estabelecimento de ensino, sendo composto por professores do Magistério Civil da Marinha, militares da reserva exercendo a instrutoria por Tarefa por Tempo Certo (TTC), instrutores da ativa, instrutores do magistério militar temporário (RM2) e assessorias técnicas (prestadas por instituições de ensino e por profissionais). O Corpo Docente da Marinha possui características próprias, especialmente pelo fato de seus integrantes serem oriundos de diferentes áreas de formação e de atuação. (BRASIL, 2017, p. 1-1).

7.1 Capacitação e Qualificação de Docentes

O SEN orienta que os estabelecimentos de Ensino da MB confeccionem o Plano de Capacitação e Qualificação de Docentes (PCQD), cuja finalidade básica é orientar e definir o conjunto de ações a serem adotadas visando ao aprimoramento técnico e pedagógico dos docentes, com periodicidade anual e aprovado pelo Diretor ou Comandante da OM.

Regularmente a habilitação para a função de instrutor é obtida por meio de cursos previstos no próprio SEN, como o Curso Expedito de Técnica de Ensino⁴⁰ e do Curso Especial de Metodologia Didática a Distância⁴¹, ou ainda, de Cursos extra MB, a exemplo dos Cursos de Técnica de Ensino do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira e de Licenciatura Plena. Os requisitos para indicação de militares para a função de instrutoria são os estabelecidos na Norma DGPM-310⁴².

Essas características serão agrupadas em requisitos técnicos e comportamentais, dentre elas as abaixo relacionadas, alinhadas às exigências dos cursos e ao previsto nas Normas para o Corpo Docente da Marinha, conforme previsto na DGPM-103. Como requisitos técnicos faz-se necessário que os docentes possuam: - titulação mínima compatível ao conteúdo abordado na disciplina, incluindo os cursos específicos relacionados ao conteúdo abordado na disciplina; - Licenciatura, Curso Expedito de Técnica de Ensino e/ou Curso Especial de Metodologia Didática; - domínio de Técnicas de Ensino (TE) atuais e inovadoras que possibilitem estabelecer situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento das competências; - domínio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); - grau hierárquico (posto/graduação) que garanta a experiência profissional necessária à função, no caso de militar; - tempo mínimo de embarque no setor operativo, material ou apoio, quando aplicável; - experiência profissional (habilitação/especialidade), correlata à disciplina que lecionará; - ética profissional; - comunicação eficaz; - trabalho em equipe; - criatividade e inovação; e - liderança. (BRASIL, 2021, p. 1-15)

Os Estabelecimentos de Ensino da MB possuem Superintendências ou Departamentos voltados para executar as tarefas intimamente ligadas à atividade fim

⁴⁰ O Curso Expedito de Técnica de Ensino, destinado a habilitar Oficiais e Praças com os conhecimentos mínimos e indispensáveis para o exercício da função de instrutor, será realizado, para Oficiais, no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), e, para Praças, no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), e demais OM fora do Rio de Janeiro autorizadas por Portaria da DEnsM, em datas estabelecidas no Plano Geral de Instrução (PGI). (BRASIL, 2017, p. 3-2).

⁴¹ O Curso Especial de Metodologia Didática a Distância, destinado a Oficiais, Praças e Civis da MB que exercem a função de Instrutoria (militares) e Professores (civis) em cursos do SEN, é conduzido pela Diretoria de Ensino da Marinha. (BRASIL, 2017, p. 3-2).

⁴² DGPM-310 – Normas para Designação, Nomeação e Afastamentos Temporários do Serviço para o Pessoal Militar da MB.

dessas OM, ou seja, administrar as dimensões que envolvem os docentes, discentes, a organização didático-pedagógico e o da avaliação do conteúdo que está sendo ministrado. Os instrutores sempre receberão acompanhamento do Serviço de Orientação Pedagógica (SOP) da OM de Ensino, o que contribuirá para a dinamização dos objetivos, orientando quanto ao currículo e o funcionamento da OM, incentivando por meio de reuniões de estudos o aperfeiçoamento e a busca dos objetivos do Ensino Militar Naval. O SOP também tem o propósito de assessorar instrutores e professores no planejamento, na execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, estimulando a atualização e capacitação permanente do Corpo Docente, sempre visando o aprimoramento pedagógico.

A capacitação e qualificação de docentes - professores e instrutores – é prática indispensável para a elevação da competência do Corpo Docente, e tem por propósito a obtenção de maior qualidade do ensino e melhor capacitação profissional oferecida pelas OM do SEN. Ao mesmo tempo, essa prática atua como instrumento de valorização de professores e instrutores e, por consequência, da própria OM. (BRASIL, 2017, p. 7-1).

7.2 Avaliação dos Docentes

A Avaliação no SEN é fundamental para a aferição da qualidade da capacitação na MB. A publicação DGPM – 101⁴³ descreve no item 3.2.1:

A Avaliação do SEN contempla um trabalho integrado e planejado de coleta e análise de informações e dados estatísticos, bem como de difusão de resultados, visando a identificar em que grau tem sido atendido o propósito de capacitar o pessoal, militar e civil, para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos, funções e incumbências previstos na organização da Marinha, em conformidade com o disposto na Lei do Ensino na Marinha. (BRASIL, 2021, p. 3-1).

O Ensino na MB, como outras coisas, tem uma categorização por tipos, mas que do ponto de vista do ensino da ética e valores militares, esses tipos se entrelaçam, assim como os docentes, que independente da disciplina que ensinam, estão colaborando para que essas bases comportamentais sejam transmitidas a todos, já que a virtude ética pode ser aprendida pela prática, pois na relação docente x discente em sala de aula, laboratório, oficina ou simulador, sempre existe a possibilidade de passar valores, e que essa oportunidade deve ser aproveitada. Seja

⁴³ DGPM-101 – Normas para o Sistema de Ensino Naval (SEN).

no Ensino Básico necessário ao preparo para a atividade militar e ao desenvolvimento da cultura geral, no Ensino Profissional que habilita o militar ao exercício das funções administrativas, operativas, técnicas e especializadas, e também no Ensino Militar-Naval que cultiva e desenvolve a dimensão psicossocial do militar, envolvendo diretamente o ensino da ética, a moral, e os valores militares tão caros a profissão das armas, e também, a preparação física.

E para que o ensino seja realizado com eficiência, faz parte deste processo a avaliação dos docentes do SEN, que se caracteriza como uma ferramenta que permite uma melhora no ensinar na MB. O importante é que esta avaliação é realizada por discentes, docentes e equipe técnico-administrativa, de forma ampla na OM de Ensino, pois proporciona obter o máximo de dados que possibilite revelar como está a qualidade do trabalho do docente. As OM de Ensino e seus componentes sofrem regularmente avaliações externas e autoavaliações internas permitindo que com profissionalismo o resultado desses atos se transforme em propostas e ações de aprimoramento do ensino.

O efetivo caráter formativo da avaliação, à medida que, após descortinar a realidade, orienta quanto à necessidade de adoção de novas estratégias, capazes de gerar elementos que facilitem a superação das dificuldades detectadas, conduzindo a um processo de permanente aprimoramento, a partir da compreensão de que ensinar, aprender e avaliar devem constituir um processo interativo contínuo. (BIAGIOTTI; FONTES, 2014, p. 7).

A publicação DEnsM – 2001⁴⁴, normatiza a atividade da avaliação na MB, que se realiza por meio de dimensões, categorias e indicadores, com dados agrupados em diferentes níveis e discriminados em específicos Roteiros de Avaliação (RotA), possibilitando conclusões objetivas sobre a qualidade do ensino e a capacitação ao pessoal.

7.3 Valorização da Docência

A valorização do magistério é tema recorrente na sociedade brasileira, principalmente quando trata do professor da educação básica, que na maioria das vezes tem o pleito de ser atendido nas suas necessidades básicas, como melhores salários e condições de trabalho.

⁴⁴ DEnsM-2001 - Manual de Avaliação do Sistema de Ensino Naval.

“A valorização dos profissionais da educação escolar, como formulada no inciso V, do Art. 206, na Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, remete não somente à remuneração segundo a habilitação, como dispôs a Lei nº 5.692/1971, mas inclui as condições “[...] na forma de planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos [...]”. Alargase, dessa forma, a concepção de valorização da docência mediante a articulação orgânica entre formação, condições de trabalho e remuneração compatível com o seu reconhecimento social, ...” (WEBER, 2015, p. 500).

Diferentemente do sistema educacional brasileiro a valorização do magistério na MB percorre outras derrotas.

O Setor do Pessoal da MB busca valorizar todos os militares que executam com destaque e eficiência à docência. Para tanto, desde a seleção, existe a busca dos mais qualificados para essa tarefa, com algum prejuízo para as OM de Ensino localizadas fora da cidade do Rio de Janeiro, pois outros critérios para a movimentação de pessoal podem priorizar a seleção dos instrutores.

Durante o exercício da instrutoria a avaliação incide sobre as atividades diretamente relacionadas ao exercício do magistério, e obedece a critérios estabelecidos na Metodologia de Avaliação do SEN, e estas avaliações estão intrinsecamente ligadas e contribuem para o processo de valorização e escolha dos militares instrutores destaques. Como preconizado na Norma DGPM-103, o SEN realiza a concessão de prêmios destinados a destacar o professor e o instrutor que, durante o ano letivo, houver se destacado no desempenho da atividade de ensino, em cada OM de Ensino. Os prêmios instituídos são: “Professor-Padrão”⁴⁵, “Instrutor-Padrão”⁴⁶ e “Professor-Destaque”⁴⁷. Além disso, no sentido de valorizar, principalmente as Praças Instrutoras, outros arranjos meritocráticos foram criados, como a seleção para servir em navios que realizam viagens para o exterior, prioridade no atendimento nas movimentações para servir em localidade de sua escolha, indicação para a realização de cursos em instituições extra-MB, e a participação em conclaves e intercâmbios, inclusive no exterior.

⁴⁵ Serão concedidos dois prêmios, um para o Professor do Magistério Superior, outro para o do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/Professor do Ensino Básico Federal.

⁴⁶ Serão concedidos cinco prêmios, dois para Oficiais e dois para Praças da ativa e da reserva, respectivamente, e um para instrutor do Magistério Militar Temporário - RM2.

⁴⁷ Será concedido um prêmio para o Professor prestador de Assessoria Técnica.

8 O RELATO DOS COMANDANTES E CHEFES

A publicação DEnsM-2001 Manual de Avaliação do SEN destaca que: “O processo de avaliação é concebido como um juízo de valor, a partir de padrões ou especificações ou requisitos previamente definidos, a fim de que se possa determinar o grau em que a qualidade do produto satisfaz a necessidade do usuário.” Desta feita, compreende-se que o papel das OM que recebem o entregável do SEN, ou seja, o militar formado por uma OM de Ensino após um curso, é essencial, pois, por meio de seu *feedback* é possível realizar os ajustes necessários para a atualização de currículos e melhorar a capacitação do SEN.

A principal ferramenta utilizada, baseada neste *feedback*, é o Relatório de Avaliação Pós-Escolar (RAPE). Avaliação Pós-Escolar esta, que faz parte de um conjunto de cinco dimensões que compõe o Roteiro de Avaliação (RotA), preconizado no Manual de Avaliação do SEN. O RAPE⁴⁸ é o documento que resulta das observações e das avaliações do desempenho dos egressos dos diversos cursos do SEN. Este relatório é confeccionado mediante o preenchimento online, por meio do Sistema de Avaliação Pós-Escolar (SisAPE), realizado pela OM do militar (chefe do militar) e por uma autoavaliação do próprio militar. Portanto, parte importante do relatório é composto pelo juízo de valor que comandantes e chefes dos militares oriundos dos cursos do SEN fazem.

8.1 A Avaliação Pós-Escolar

Para responder um dos Objetivos Intermediários deste trabalho, que consiste em “analisar os relatos dos Comandantes ou Chefes dos militares, pós formação, sob a ótica do aprendizado e entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais”, é necessário realizar uma análise de uma amostra de informações geradas pela

⁴⁸ De acordo com a publicação DEnsM-2001 Manual de Avaliação do SEN a Avaliação Pós-Escolar permite verificar:

- a) o grau de alcance dos objetivos estabelecidos nos currículos dos cursos;
- b) a adequação dos currículos ao perfil profissional desejado de Oficiais e Praças; e
- c) o grau de atendimento dos currículos dos cursos e da capacitação oferecida às necessidades da MB, para o desempenho de cargos e o exercício de funções previstas nas distintas OM.

aplicação da Sistemática de Avaliação do SEN, por algumas OM, em um determinado período.

A pesquisa para a realização da análise foi composta de informações relativas às disciplinas que tratam de competências comportamentais, e extraídas de Relatórios de Avaliação Pós-Escolar (RAPE) do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) e da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC).

8.1.1 A Análise dos RAPE da EAMSC

A MB possui quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EAM), localizadas nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Santa Catarina, e tem como missão formar Marinheiros para o Corpo de Praças da Armada. Não há diferença na formação entre as Escolas, ambas cumprem o mesmo itinerário formativo, inclusive com as provas avaliativas regulares do curso sendo idênticas e realizadas na mesma data e horário nas Escolas, para garantir isonomia na formação, e ainda, contribuir e valorizar a meritocracia dos alunos referente à classificação final do curso. Portanto a análise realizada, baseada nos RAPE da EAMSC, se aproxima da realidade das demais Escolas, se tornando válida em virtude da igualdade na aplicação curricular e na condução do curso entre as Escolas.

A análise considerou as disciplinas referente às competências comportamentais, do Curso de Formação de Marinheiros para a Ativa (C-FMN), que possui duração de um ano, descritas nos RAPE enviados para a DEEnsM, por meio de Ofícios⁴⁹ da EAMSC, e cujas análises pormenorizadas constam dos apêndices A ao F deste trabalho.

A EAMSC recebeu as avaliações de seus ex-alunos, das turmas que cursaram em 2015 e 2016, fundamentadas e computadas por meio do desempenho Militar-Naval de Aptidão para a Carreira (resultado da Escala de Avaliação de

⁴⁹ a) Ofício nº 449/2017 EAMSC - Relatório Pós-Escolar referente à Turma H curso no ano 2015;
b) Ofício nº 490/2018 EAMSC - Relatório-pós-Escolar referente à Turma I curso no ano 2016;
c) Ofício nº 437/2019 EAMSC - Relatório-pós-Escolar referente à Turma J curso no ano 2017;
d) Ofício nº 757/2019 EAMSC - Relatório-pós-Escolar referente à Turma K curso no ano 2018;
e) Ofício nº 806/2020 EAMSC - Relatório-pós-Escolar referente à Turma L curso no ano 2019; e
f) Ofício nº 941/2021 EAMSC - Relatório-pós-Escolar referente à Turma M curso no ano 2020.

Desempenho – EAD), e da observação do desempenho dos militares de acordo com a Relação das Tarefas Técnico-Profissionais do Marinheiro do Quadro de Praças da Armada – RTTP, analisadas por bancas examinadoras dos Navios e OM, formalmente constituídas, referente aos conteúdos curriculares. Esses critérios eram utilizados antes da alteração da sistemática de avaliação dos militares da MB, e da implementação do currículo por competências.

Para as turmas que cursaram entre 2017 e 2020, a avaliação do desempenho militar-naval resulta da avaliação realizada por meio da Aptidão para a Carreira (AC), cumprindo a nova sistemática de avaliação de Praças da MB. E para a avaliação no desempenho curricular, por competências, foi utilizado o novo, à época, Sistema de Avaliação Pós-Escolar (SisAPE).

Os resultados dessas avaliações foram ratificados, e aditivados de juízo de valor pelos respectivos Comandantes das OM para onde os formandos dos cursos foram designados. Não foi possível a EAMSC receber as avaliações de 100% dos Navios e OM, por problemas de várias ordens.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e do desempenho baseado no conhecimento adquirido pela assimilação das disciplinas na dimensão Ética e Militar-Naval e pelo comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC, no período, estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar.

Independente se o RAPE apresentado contemplava o antigo ou o novo Itinerário Formativo com o ensino por competências, foi verificado que foi necessário realizar ajustes curriculares, de forma contínua, anualmente, visando a melhoria do ensino de uma forma geral, e não somente atentando para as disciplinas de competência comportamental, mas também as de competência técnica. Revisões curriculares, formalizadas pela Comissão de Avaliação Curricular (CoAC), envolvendo as quatro EAM, foram executadas com a finalidade de aprimorar o ensino ministrado no C-FMN, acatando sugestão dos RAPE apresentados.

Dentre as principais ações a serem empreendidas com relação às melhorias advindas do CoAC, destacaram-se para todas as disciplinas: a padronização dos Roteiros de Avaliação prática; os recursos instrucionais mínimos para a execução das atividades descritas nas recomendações pedagógicas dos Planos de Disciplinas (PlaDis); remanejamento de cargas horárias dentro de cada disciplina; elevação do nível de dificuldade dos conteúdos e abordagens nos Objetivos

de Aprendizagem. Com relação às disciplinas cujas avaliações foram negativas, o CoAC debateu as cabíveis mudanças, que deveriam ser contempladas no Currículo. Além disso, todos os coordenadores envolvidos foram orientados a trabalhar com suas equipes e apontar ações de melhoria a serem adotadas.

Contudo, percebeu-se que as disciplinas de competência comportamental do Ensino Militar-Naval relativas à qualificação profissional, extremamente associadas à prática, obteve melhores resultados nas avaliações. Diversos fatores poderiam ter influenciado nesse desempenho: a afinidade com a área de atuação; a aplicabilidade dos conteúdos desenvolvidos; os recursos instrucionais que enriqueceram às aulas; a metodologia didática empregada pelos docentes; a infraestrutura propícia para a vivência dessas habilidades e competências desde a formação; dentre outros aspectos que se mostraram eficientes para o alcance da excelência.

Num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

8.1.2 A Análise dos RAPE do CIAA

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) tem como Missão⁵⁰ “Capacitar Praças da Marinha do Brasil” e com as tarefas de “Ministrar Cursos de Formação, Especialização, Aperfeiçoamento, Especiais, Expeditos e Extraordinários”. Com a Visão de constituir-se em um Centro de Excelência, Referência e Difusão com ensino militar naval atualizado, ensino de liderança, valores morais, virtudes, tradição e respeito aos pilares da hierarquia e disciplina.

Mediante esses conceitos é inconteste que o Centro de Instrução vem cumprindo sua Missão e seu papel no SEN, pois ministra efetivamente os cursos com seus currículos, de forma integral, como aprovados pela DEnsM. E faz parte desse processo a execução de avaliações do ensino ministrado, nas dimensões dos docentes, discentes, da estrutura didático-pedagógica aplicada e da avaliação pós-escolar. Na avaliação pós-escolar, o papel das OM de destino dos militares que se formam é avaliar se aquilo que foi ensinado está, efetivamente, sendo aplicado pelos ex-alunos nas OM, com qualidade, e em proveito do cumprimento da sua Missão. A

⁵⁰ Fonte: <https://www.marinha.mil.br/ciaa/ciaa/ciaa/ciaa/missao>. Acesso em: 26 jul. 2022.

importância dessa avaliação, que utiliza métodos e parâmetros estabelecidos pelas normas, torna possível a consecução de uma proposta de melhoramento do ensino.

O CIAA produziu os RAPE, com avaliações oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB, e cujo objeto deste trabalho está relatado de forma resumida nos apêndices G ao J, e que abarca o período de 2017 a 2020. Os RAPE resultam das observações e avaliações do desempenho dos egressos dos cursos C-Ap, C-Espc e C-FCB, por meio da Avaliação Pós-Escolar das OM, e oferece subsídios para avaliar a qualidade do ensino ministrado no espectro das disciplinas técnico profissionais. Já como informação para possibilitar uma análise referente aos aspectos comportamentais, foi considerado neste trabalho apenas a Aptidão para a Carreira (AC) do Curso de Formação de Cabos (C-FCB), pois somente este curso envolveu Praças na formação inicial.

Não houve registro dos juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacando aspectos comportamentais. Porém foi destacado no relatório que a formação no CIAA considera a importância dos aspectos morais e éticos que atravessam sempre a atividade militar, coadunando assim uma sólida formação profissional com a indispensável formação militar, que identifica e distingue o Centro de Instrução de outras escolas e colégios.

Diante dos poucos aspectos levantados nos RAPE, no campo comportamental, e a partir das avaliações recebidas e analisadas, no campo técnico profissional, pode-se observar que os alunos formados no CIAA, no período, estavam aptos a exercerem a profissão e a vida militar, e que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Porém, para uma melhor avaliação do ensino no campo da ética, valores militares e comportamentos, segue como sugestão deste trabalho, a realização de um estudo para o aperfeiçoamento dos parâmetros que compõem a avaliação pós-escolar nesta área, ou até mesmo melhorar a interpretação dos dados que são transmitidos pelos Comandantes das OM, ou ainda, não restringir aos cursos de formação a análise da avaliação pós-escolar do ensino das competências comportamentais no CIAA.

8.2 Pesquisa direta nas Escolas, Navios e OM

Em complementação a análise das Avaliações Pós-Escolares formalmente realizadas pelo SEN, este trabalho apresentou três questionários, descritos nos apêndices K ao M, no período de 11 a 26 de julho de 2022, para os seguintes públicos-alvo: Docentes das quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros, Docentes do CIAA e Comandantes e Chefes, Oficiais e Praças, dos militares egressos dos cursos do SEN, dos Navios e OM. O intuito foi ouvir diretamente, sob vários olhares, os militares e civis, da ativa e da reserva que labutam diretamente na docência, e ter o sentimento do pessoal, dos Navios e OM, sob a qualidade da formação ética e comportamental do produto humano que estão recebendo em suas fileiras para o serviço naval.

Foi informado a todos os possíveis respondentes que o questionário serviria para apoiar este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do CAEPE da ESG e que deveria ser respondido de forma voluntária e de livre consentimento. Também descrevia que o propósito, após receber as respostas, era de realizar a análise dos relatos dos docentes, instrutores, e Comandantes de Companhias (ComCias), sob a ótica de autoavaliação no exercício da docência e instrutoria, e a percepção sobre os discentes e alunos e seus comportamentos. Por fim, observar as opiniões dos Comandantes ou Chefes dos militares pós formação, sob a ótica do aprendizado e entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais.

Foi uma pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados foram tratados de forma qualitativa.

8.2.1 A Análise das Respostas dos Docentes das EAM.

Ao analisar as respostas que os 143 militares das quatro EAM produziram, e cuja instrução priorizava para que fossem docentes, foi possível extrair que:

- Os respondentes eram qualificados e possuíam experiência na carreira com antiguidade compatível à função de instrutoria, na sua maioria Oficiais, Suboficiais e Primeiros-Sargentos, sendo a maior parte militares da ativa, contudo, também colaboraram militares exercendo tarefa por tempo certo (militares na reserva) e professores civis. Esses dados demonstram que as tripulações das EAM são formadas por militares com perfil para a instrutoria, considerando que 44,1%

possuem mais de cinco anos nesta tarefa e quando aditivado com aqueles que tem no mínimo dois anos na função, esse número passa para 70,7%, portanto, experiência qualificada para a docência. E em consonância com o previsto na normativa DGPM-103, que registra as exigências para o exercício da instrutoria, 67,8% possuem o Curso de Técnica de Ensino, além do Curso de Liderança e outros que colaboram com a qualificação na atividade, além da maioria possuir uma graduação, inclusive nas áreas específicas que preparam para a atuação na educação. Mesmo os militares que não estão diretamente subordinados aos setores voltados para o ensino, a grande maioria atua na instrutoria do Curso de Formação de Marinheiros para a Ativa (C-FMN).

- A maioria relatou que se interessa pela temática Ética e Valores Militares, sendo que 28,7% trabalham diretamente com o assunto na formação. A percepção de 34,3% dos instrutores é que os jovens ao ingressar na EAM apresentam indisciplina e precisam de atenção especial. No decorrer do curso a percepção dos docentes é que a maioria apresenta, em certos momentos, comportamento questionador, o que pode indicar a relevância e importância do trabalho dos educadores na transformação desses jovens, para serem sujeitos mais éticos e com valores militares.
- A percepção dos instrutores é que 94,5% dos alunos identificam-se com a instituição, se comprometem com a profissão militar e possuem vocação para a atividade, demonstrando que estão prontos a receberem educação militar e conceitos de valores da MB.
- Segundo a pesquisa, a grande maioria traz uma bagagem de educação familiar, o que colabora com o aprendizado de valores. Ao passo que da mesma forma a influência das redes sociais é premente na vida dos jovens aprendizes, à medida que 74,8% dos docentes entendem que deve ser mantida restrição do uso do telefone celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades, em virtude de informações correntes e de relacionamentos nas redes sociais. É importante ressaltar que a maioria dos instrutores considera que problemas de família influenciam mais diretamente no comportamento, que as próprias redes sociais. Fatores estes que podem estar interrelacionados, pois são as mídias sociais que carregam as informações familiares e os problemas nos relacionamentos.

- É unânime entre os docentes que o C-FMN transforma o comportamento dos jovens egressos do meio civil, porém na mesma forma e intensidade, a percepção é que o aumento de carga horária para as disciplinas que aplicam as competências comportamentais contribuiria para que os alunos se formassem mais disciplinados e detentores de maiores níveis de cidadania.

8.2.2 A Análise das Respostas dos Docentes do CIAA

Ao analisar as respostas que os 153 militares do CIAA produziram, e cuja instrução priorizava para que fossem instrutores, foi possível extrair que:

- Os respondentes eram qualificados e possuíam experiência na carreira com antiguidade compatível à função de instrutoria, na sua maioria Oficiais, Suboficiais e Primeiros-Sargentos, e com uma boa quantidade de Segundos e Terceiros-Sargentos também, sendo a maior parte militares da ativa, contudo, também colaboraram militares exercendo tarefa por tempo certo (militares na reserva). Esses dados demonstram que o CIAA possui militares com perfil para a instrutoria, considerando que 39,9% possuem mais de cinco anos nesta tarefa e quando aditivado com aqueles que tem no mínimo dois anos na função, esse número passa para 68,3%, portanto, experiência qualificada para a docência. E em consonância com o previsto na normativa DGPM-103, que registra as exigências para o exercício da instrutoria, 73,9% possuem o Curso de Técnica de Ensino, além do Curso de Liderança e outros que colaboram com a qualificação na atividade, além de pouco mais da metade possuir uma graduação, inclusive nas áreas específicas que preparam para a atuação na educação.
- Todos os militares respondentes da pesquisa estão lotados em algumas das dez Escolas do CIAA, ou seja, voltados exclusivamente para a formação. Sendo que 11,8% estão na Escola de Cursos de Formação, que juntamente com o Comando do Corpo de Alunos (ComCA), 20,9%, são responsáveis pelo ensino das disciplinas das competências comportamentais. Pelo menos, cerca de metade dos demais instrutores fazem instrução na Escola de Cursos de Formação, em apoio aos cursos lá ministrados. Essa Escola é a responsável por conduzir os cursos de carreira com as maiores cargas horárias de disciplinas comportamentais (C-Esp-

Hab/SG, QTPA, C-FCB)⁵¹, além dos demais cursos expeditos como Técnica de Ensino, Liderança, Suboficial Mor e Comandante de Companhia.

- A maioria relatou que se interessa pela temática Ética e Valores Militares, sendo que 36,6% trabalham diretamente com o assunto na formação. A percepção dos instrutores é que os militares (Cabos) ao se apresentarem para o C-Esp-Hab/SG carecem de mais atenção por conta da indisciplina que apresentam, quando comparados com o Curso de Especialização (C-Espc), que possui a turma composta por marinheiros (MN). No decorrer dos cursos C-Esp-Hab/SG e C-Espc a percepção dos docentes é que a maioria apresenta, em certos momentos, comportamento questionador, em grau maior que os cursos QTPA e C-FCB (alunos egressos do meio civil). Os números demonstram que os alunos que já estão na MB a mais tempo são mais críticos. Isso indica a relevância e importância do trabalho dos educadores na sedimentação dos valores nos militares mais experientes, e na transformação dos jovens recém embarcados na Força, para serem sujeitos mais éticos e com valores militares bem estabelecidos.
- A percepção dos instrutores é que 80,4% dos alunos se identificam com a instituição, se comprometem com a profissão militar e possuem vocação para a atividade, demonstrando que estão prontos a receberem educação militar e conceitos de valores da MB.
- Segundo a pesquisa, a grande maioria traz uma bagagem de educação familiar, o que colabora com o aprendizado de valores. Ao passo que da mesma forma a influência das redes sociais é premente na vida dos jovens militares. Porém, pouco menos da metade dos docentes entendem que deve ser mantida restrição do uso do telefone celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades, em virtude de informações correntes e de relacionamentos nas redes sociais. Talvez este número não seja maior, porque no CIAA a proibição do uso é estendida à tripulação e aos docentes. É importante ressaltar que a maioria dos instrutores considera que problemas de família influenciam mais diretamente no comportamento, que as próprias redes sociais. Fatores estes que podem estar interrelacionados, pois são as mídias sociais que carregam as informações familiares e os problemas nos relacionamentos.

⁵¹ Curso Especial de Habilitação para a Promoção a Sargento (C-Esp-Hab/SG); Curso de Formação de Sargentos do Quadro Técnico de Praças da Armada (QTPA); Curso de Formação de Cabos (C-FCB).

- Grande parcela dos docentes acredita que os cursos do CIAA solidificam ou transformam o comportamento dos jovens militares e dos egressos do meio civil, porém na mesma forma e intensidade, a percepção é que o aumento de carga horária para as disciplinas que aplicam as competências comportamentais contribuiria para que os alunos se formassem mais disciplinados e detentores de maiores níveis de cidadania.

8.2.3 A Análise das Respostas dos Chefes nos Navios e OM

Ao analisar as respostas que os 253 militares de diversos Navios e OM produziram, e cuja instrução priorizava para que tivessem antiguidade acima da graduação de Segundo-Sargento, foi possível extrair que:

- Os respondentes eram qualificados e possuíam experiência na carreira, na sua maioria eram Oficiais, Suboficiais, Primeiros e Segundos-Sargentos, sendo 99,2% militares da ativa, e 75,9% embarcados em Navios. Esses dados demonstram que a maioria dos respondentes estão servindo em locais voltados para a atividade fim da MB, meios operativos, onde as tarefas são realizadas, predominantemente, sob um certo nível de estresse, e que exigem dos chefes liderança, para que os subordinados cumpram as tarefas sem muitos questionamentos. E por outro lado exigem que os subordinados possuam entendimento amadurecido sobre disciplina e hierarquia, de modo a não comprometer o cumprimento das tarefas e a Missão do Navio. É destaque que entre os Oficiais, somente 23,8% eram Comandantes, Imediatos e Chefes de Departamento, ou seja, a maioria são Oficiais mais próximos dos subordinados, nas tarefas do dia a dia, dando um testemunho assertivo do que ocorre nos Navios/OM. Sob outra ótica, 62,1% das Praças respondentes são Mestres, Supervisores e outros chefes de grupos, demonstrando conhecimento e proximidade das lideranças formais estabelecidas.
- A maioria relatou que não serviu em OM de Ensino e não possui cursos ou graduações com temática na educação, como os de Técnica de Ensino, Liderança e outros do SEN. Porém se interessam pela temática da Moral, Ética e Valores Militares, o que é natural, pois os chefes necessitam possuir estes conceitos adjetivados em suas vidas, para que possam praticar e difundir nas suas tarefas cotidianas junto aos seus pares e subordinados. Contudo esses conceitos são

cultivados por militares desde seu ingresso na Força, portanto é coerente afirmar que militares experientes e mais antigos tem a ética e valores da profissão entranhados no seu íntimo.

- A percepção de quase a totalidade dos respondentes do questionário é que, independente do curso que realizaram no SEN, todos os jovens militares recém embarcados nos Navio e OM apresentaram comportamento adequado a um ser militar, e que também realizam o cumprimento diligente de ordens e tem o culto afinado com os conceitos de hierarquia e disciplina. Destacam que nos casos de indisciplina, os mesmos ocorrem com os militares de menos antiguidade. No decorrer do convívio diário a percepção dos chefes é que a maioria apresenta, em certos momentos, comportamento questionador, o que pode indicar a relevância e importância de um trabalho contínuo na transformação desses jovens militares, para serem sujeitos mais éticos e com o cultivo mais intenso dos valores militares.
- A percepção dos instrutores é que 86,9% dos recém embarcados, egressos dos cursos, se identificam com a instituição, se comprometem com a profissão militar e possuem vocação para a atividade, demonstrando que estão prontos para se integrarem na Força Naval sem problemas.
- Segundo a pesquisa, a grande maioria traz uma bagagem de educação familiar, o que colabora com o aprendizado e manutenção de valores. Ao passo que da mesma forma a influência das redes sociais é premente na vida dos jovens militares. Porém, a maioria dos chefes entendem que não necessita ser mantida restrição do uso do telefone celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades, em virtude de informações correntes e de relacionamentos nas redes sociais. Talvez este número não seja maior, porque a proibição do uso é estendida a toda tripulação. É importante ressaltar, que a maioria dos chefes considera que problemas de família associados a problemas financeiros influenciam muito mais no comportamento dos militares subordinados, que as próprias redes sociais.
- É unânime, entre os chefes, que os cursos do SEN transformaram o comportamento dos jovens egressos do meio civil, assim como dos militares que se especializaram ou se aperfeiçoaram. Porém na mesma forma e intensidade, a percepção é que um aumento de carga horária para as disciplinas que aplicam as competências comportamentais contribuiria para que os alunos se formassem menos questionadores e detentores de maiores níveis de cidadania.

9 CONCLUSÃO

Estabelecer padrões de comportamento, ditar regras de convivência, imprimir características morais, impor éticas e valores com matizes mais conservadoras, combinado a um estilo de vida que comporta diversos sacrifícios, inclusive pessoais, a jovens indivíduos do século XXI, que povoam um mundo interconectado, globalizado e sem fronteiras, com certeza é um grande desafio para qualquer organização ou instituição. Esse é o desafio imposto ao SEN anualmente, pois suas OM de Ensino têm que ter a capacidade de transformar jovens brasileiros, que vivem neste mundo conturbado, em militares motivados e prontos para executar as atividades meio e fim da Força Naval, com toda a sua complexidade.

Manter a capacitação do pessoal que compõe a MB, valorizando a meritocracia e a formação continuada, sempre com um elevado estado motivacional e com foco no cumprimento dos objetivos, e conseqüentemente na Missão, faz parte de exigências previstas na END. Para tal o ensino militar deve possuir em seus objetivos transformar por meio de exemplos e valores os jovens egressos do meio civil, e ainda, manter o fogo sagrado daqueles militares com pouco tempo na Força, e para tal, deve combinar esforços na instrução das competências técnico profissionais e, principalmente, das competências comportamentais, sendo a ética, a moral e os valores militares, como desenhados na Rosa das Virtudes da MB, os norteadores desta formação.

Esse processo evolutivo e transformador das sociedades que integra os homens e a profissão militar, desde sempre, quando esbarra com a atualidade e suas complexas relações sociais, deve compreender este fenômeno e não deixar de realizar o desenvolvimento das capacidades de ensinar, e, por meio de itinerários formativos baseado em competências, conseguir capacitar os militares para enfrentar os desafios da profissão.

A vida social contemporânea medida em gigabytes, em capacidades de armazenamento, em velocidade de transmissão e conexão das redes sociais, aliado a problemas da natureza humana, como os relacionamentos familiares e amorosos, acrescido das dificuldades financeiras de indivíduos de classes sociais médias e baixas da sociedade brasileira, não podem inviabilizar a profissão militar e suas características éticas e dos valores que emprega. As OM do SEN e, após a formação, a bordo dos Navios e OM, os instrutores e militares mais experientes tem o objetivo

de fomentar nos jovens o culto às tradições e a esses valores tão caros para a sobrevivência da atividade militar naval.

Após a conclusão deste trabalho foi constatado que a docência das disciplinas que carregam as competências comportamentais está mantendo seus propósitos. Pois as instituições de ensino têm feito um grande esforço para manter seus docentes preparados tecnicamente, para numa conjugação de teoria e prática, ensinar com competência e eficiência os jovens militares que se mantem, mesmo com seus questionamentos e críticas, motivados e mostrando vocação para a profissão militar. Observações realizadas por instrutores e professores nas Escolas e Centros de Instrução, e chefes dos militares egressos do SEN, a bordo de Navios e OM, relatam que os jovens militares, recém embarcados na Força Naval, carregam na bagagem a influência do mundo ao seu redor, mas também em certa medida, um incentivo familiar para o exercício da profissão militar. Relatórios avaliativos pós escolar, previstos nas normas e de caráter obrigatório, nos últimos anos, tem comunicado o SEN com informações, que quando trabalhadas, se transformam em propostas de melhoria, num ciclo virtuoso e evolutivo do ensino naval.

É possível afirmar que o objetivo final deste trabalho foi alcançado, pois no decorrer da pesquisa foi constatado que o Itinerário Formativo das Praças da MB, com suas capacidades, referências e currículos, está cumprindo, com certa efetividade, o ensino da ética e dos valores militares, e que os jovens militares, conscientemente, estão cumprindo a hierarquia e disciplina, frente aos valores adquiridos nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Charles D.; GERRAS, Stephen J. Como Desenvolver Pensadores Criativos e Críticos. **Military Review**, edição brasileira, 2010. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20101031_art006POR.pdf. Acesso em: 9 jul. 2022.
- ARAÚJO, Ceres Alves de. **Pais que Educam**: uma aventura inesquecível. São Paulo: Gente, 2005.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. As referências da pedagogia das competências. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 497-524, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9664/8885>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BAJOIT, Guy; FRANSSSEN, Abraham. **O trabalho**: busca de sentido. Brussels: Universidade Católica de Louvain, 1997. Disponível em: http://emdialogo.uff.br/sites/default/files/o_trabalho_busca_de_sentido.pdf. Acesso em: 3 jul. 2022.
- BELCHIOR, Gisele de Almeida Barreto. Marinha do Brasil e a rosa das virtudes: uma ótica constitucional. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 08 fev. 2022. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/58066/marinha-do-brasil-e-a-rosa-das-virtudes-uma-tica-constitucional>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- BIAGIOTTI, Luiz Claudio Medeiros; FONTES, Regina Lúcia Pereira Flores. **Avaliação dos Processos de Capacitação no Sistema de Ensino Naval**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE GOVERNO, 10. 2014, Brasília-DF, 2014. Brasília, DF: [ENAP], 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1448/19/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Processos%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20no%20Sistema%20de%20Ensino%20Naval.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- BOËCHAT, Igor Sidhartha *et al.* As virtudes militares na pós-modernidade. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 64, p. 89-102, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=AS+VIRTUDES+MILITARES+NA+P%C3%93S-MODERNIDADE&btnG=. Acesso em: 9 jul. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 2 jul. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da república, [2016].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF: Presidência da república, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da república, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Brasília, DF: Presidência da república, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Comando da Marinha. **DEnsM-1009 - Manual de Elaboração e Revisão de Currículos e Normas dos Cursos do Sistema de Ensino Naval (SEN)**. Rio de Janeiro: DEnsM, 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. **DGPM-101 – Normas para o Sistema de Ensino Naval (SEN)**. Rio de Janeiro: DGPM, 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. **DGPM-103 – Normas para o Corpo Docente da Marinha**. Rio de Janeiro: DGPM, 2017.

BRASIL. Comando da Marinha. **Guia de Estudo Comportamento Social e Cidadania** - CIAA-112/021 - Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento. Rio de Janeiro: CIAA, 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. **Guia de Estudo Ética Profissional Militar** - CIAA-112/022 - Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento. Rio de Janeiro: CIAA, 2022.

BRASIL. Comando da Marinha. **Missão e Visão de Futuro: valores da Marinha e a Rosa das Virtudes**. Brasília, DF: MB, [2022]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/missao-e-visao-de-futuro-da-marinha>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BRASIL. Comando da Marinha. **Portaria nº 431/MB, de 8 de dezembro de 2009**. Aprova a Política de Ensino da Marinha (PoEnsM). Brasília, DF: MB, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esg/centrais-de-conteudo/publicacoes/politica-nacional-de-defesa-e-estrategia-nacional-de-defesa-2020.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esg/centrais-de-conteudo/publicacoes/livro-branco-de-defesa-2020.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CHAGAS, José Jeferson Silva. DEEnsM: 90 anos de singradura no ensino naval. **Ensino em Revista**, Rio de Janeiro, p. 6-8, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=content/ensino-em-revista>. Acesso em: 9 jul. 2022.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética e vergonha na cara!** Campinas: Papyrus Editora, 2015.

DAMASCENO, Maria Nobre; NOBRE, Esdras Barbosa. **Formação da juventude e valores**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. 140 p.

DOPCKE, Rosa Neira. Novo Itinerário Formativo de Praças: Muito além de um aprimoramento estratégico. **Ensino em Revista**, Rio de Janeiro, p. 16-21, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/?q=content/ensino-em-revista>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual para elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: ESG, 2021.

FARIAS, Cássia de Araújo; CRESTANI, Patrícia. A influência das redes sociais no comportamento social dos adolescentes. **Revista Ciência e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 52-69, 2017.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 58-78, jan. 1991. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9127/10679>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GAVALDON, Luiza Laforgia. **Desnudando a escola**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 1997.

GOUVÊA, Carlos Eduardo Machado. O terrorismo e o Direito Internacional dos Conflitos Armados: novos desafios. **Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares**, n. 25, 2012. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/118/135>. Acesso em: 21 jul. 2022.

IMIOLA, Brian. Articulando a nossa Ética Profissional. **Military Review**, edição brasileira, 2010. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20101231_art007POR.pdf. Acesso em: 9 jul. 2022.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LANA, Manuela Sampaio; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. Gestão por competências: impactos na gestão de pessoas. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, n. 04, 2007. Disponível em: <https://portaladm.estacio.br/media/4355/2-gestao-competencias-impactos-gestao-pessoas.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LIMA, Aline Ferreira de. **Fatores de risco e de proteção em experiências emocionais de adolescentes em redes sociais da internet**. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1306/1/ALINE%20FERREIRA%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MAHONEY, Abigail Alvarenga. Contribuições de H. Wallon para a reflexão sobre questões educacionais. **Psicologia da Educação**, p. 9-28, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/42854>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MELLO, Eliana Müller de; SILVA, Denise Regina Quaresma da. Juventudes: identidade, educação e trabalho. **Revista Prâxis**, v. 2, p. 67-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5255/525552619010.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Valores na escola. **Educação e pesquisa**, v. 28, p. 91-100, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dfBtPFP37VxMLfC4sTMgdGD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2022.

MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. Sobre a evolução do Estado. Do Estado absolutista ao Estado Democrático de Direito. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2833, p. 1-11, 2011. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18831>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano; SANTOS, Alessandro Pereira. Juventude e adolescência: considerações preliminares. **Psico**, v. 42, n. 4, p. 457-464, out./dez., 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/8943>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELOS, Soraia MS Dojas. A Família Contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e novos direitos das crianças: desafios éticos. **Psicologia em Revista**, v. 17, n. 1, p. 161-180, 2011.

NUNES-NETO, Nei.; CONRADO, Dália Melissa. Ensinando ética. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/D53k7Q6Kj5Wcgn9m6gLMcjB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 2 jul. 2022.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em piaget e vigotski: a relevância do social**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PARANHOS, Vania Daniele; MENDES, Maria Manuela Rino. Currículo por competência e metodologia ativa: percepção de estudantes de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, p. 109-115, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/xYM6J5PQNb9KnJ5CmVxMPqf/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes. **Revista Pátio**, Porto Alegre, v. 3, p. 15-19, 1999. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2503.PDF>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PIAGET, J. Os procedimentos de educação moral. *In*: MACEDO, Lino de. (org.) **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oN1rNeb-uWMC&oi=fnd&pg=PR7&dq=+Cinco+estudos+de+educa%C3%A7%C3%A3o+moral.&ots=_mZ2NYsYAe&sig=ee1fnBZKA3dhRC13EsaRX_pQ-Zw#v=onepage&q=Cinco%20estudos%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20moral.&f=false. Acesso em: 3 jul. 2022.

PINTO, Maria das Graças Gonçalves. O lugar da prática pedagógica e dos saberes docentes na formação de professores. **Acta Scientiarum. Education**, v. 32, n. 1, p. 111-117, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9486/9486>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 13-43, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZBTjvN3G4DMmnDXwYGt7JLz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SILVA, Paulo Roberto Ribeiro da. O desenvolvimento ético dos militares: uma responsabilidade de todos os envolvidos no processo de formação. *In*: ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR, 4., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro; Escola Naval, 2012. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLE GAGNON_2012_suplemento.pdf#page=59. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA CRUZ, Myrt Thânia de; MORAES, Isabel Mingotti Machado de. Empreendedorismo e resiliência: mapeamento das competências técnicas e comportamentais exigidas na atualidade. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28,

n. 2, p. 59-76, 2013. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/16430/12352>.

Acesso em: 19 jul. 2022.

TONETTO, Milene Consenso. Sobre a caracterização do conceito de dignidade em

Kant. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 20, n. 33, p. 10, 2013. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5890761>. Acesso em: 3 jul. 2022.

VAZ, Nuno Mira. A profissão militar. Um modelo à procura de sustentação. **Nação e Defesa**, n. 98, p. 49-72, 2001. 2.^a Série. Disponível em:

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1451/1/NeD098_NunoMiraVaz.pdf.

Acesso em: 2 jul. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.

5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WEBER, Silke. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. **Cadernos Cedes**, v. 35, p. 495-515, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/XjFKb8R5jCFPS4j8GCmFQGx/?lang=pt&format=html>.

Acesso em: 24 jul. 2022.

APÊNDICE A – Análise do RAPE da Turma H/2015 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Escala de Avaliação de Desempenho (EAD), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,76 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,26 a 4,75)
- c) Conceito Bom (nota de 3,26 a 4,25)
- d) Conceito Regular (nota de 2,26 a 3,25)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,25)

Foram recebidas 290 avaliações referentes aos 1º e 2º semestre de 2016, em que:

- a) 217 obtiveram conceito Excelente
- b) 50 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 20 obtiveram conceito Bom
- d) 2 obtiveram conceito Regular
- e) 1 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Bom desempenho nas atividades que lhe foram atribuídas.
- Desenvolveu suas tarefas com organização, pontualidade e comprometimento.
- Motivação, interesse, dedicação e iniciativa em aprender.
- Bom desempenho no período do estágio inicial.
- Boa formação militar.

Pontos negativos e sugestões de melhorias apontados pelos Comandantes das OM:

- Reforço na disciplina Legislação Militar.
- Reforço na disciplina Regulamento Disciplinar para a Marinha.
- Reforço na disciplina Organização Geral para o Serviço da Armada e Tradições Navais.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2015 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar. Vale ressaltar as sugestões dos titulares das OM de reforçar as aulas, práticas e teóricas, das disciplinas apontadas. Apesar disso, num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 449/2017 da EAMSC para DEnsM.

APÊNDICE B – Análise do RAPE da Turma I/2016 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Escala de Avaliação de Desempenho (EAD), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 311 avaliações referentes aos 1º e 2º semestre de 2017, em que:

- a) 273 obtiveram conceito Excelente
- b) 37 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 1 obtiveram conceito Bom
- d) 0 obteve conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Boa formação militar.
- Motivação/interesse em aprender/dedicação/ iniciativa.
- Disciplina.
- Desenvolvimento de suas tarefas com organização, pontualidade e comprometimento.
- Espírito de cooperação na execução das tarefas.

- Boa apresentação pessoal.
- Boa adaptação à vida militar.
- Boa formação em liderança.
- Interesse e responsabilidade.

Pontos negativos e sugestões de melhorias apontados pelos Comandantes das OM:

- Reforço na disciplina Legislação Militar.
- Reforço na disciplina Regulamento Disciplinar para a Marinha.
- Reforço na disciplina Organização Geral para o Serviço da Armada e Tradições Navais.
- Reforço em hierarquia e militarismo.
- Trabalhar temas como autoconhecimento e orientação vocacional.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2016 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar. Vale ressaltar as sugestões dos titulares das OM de reforçar as aulas, práticas e teóricas, das disciplinas apontadas, a fim de proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, suprimindo, dessa maneira, as necessidades da Marinha do Brasil, para o desempenho de cargos e o exercício de funções previstas nas distintas OM. Apesar disso, num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 490/2018 da EAMSC para DEnsM.

APÊNDICE C – Análise do RAPE da Turma J/2017 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 245 avaliações referente ao 1º semestre de 2018, em que:

- a) 120 obtiveram conceito Excelente
- b) 118 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 7 obtiveram conceito Bom
- d) 0 obtiveram conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Militarismo
- Motivação
- Profissionalismo
- Dedicção
- Interesse a bordo
- Vontade de aprender
- Elogio a disciplina de LEGMIL

- Militar confiável
- Empenho

Pontos negativos e sugestões de melhorias apontados pelos Comandantes das OM:

- Reforço na disciplina Legislação Militar.
- Reforço na disciplina Ética Militar.
- Reforço na disciplina Ordem Unida.
- Intensificar orientações sobre Finanças e Carreira.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2017 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar.

Este foi o primeiro RAPE realizado com o Novo Itinerário Formativo com o ensino por competências, portanto foi verificado que ajuste curriculares deveriam ser realizados. Revisões curriculares, formalizadas por uma Comissão de Avaliação Curricular (CoAC), envolvendo as quatro EAM, deveriam ser executadas com a finalidade de aprimorar o ensino ministrado no C-FMN. Essa questão foi alvo de discussões na Reunião dos Comandantes das EAM (RECEAM) no ano de 2018, quando foi determinado pelo Diretor de Ensino da Marinha, à época, que fosse feita uma alteração curricular, tornando o ensino mais prático, significativo, operacional e com nível de dificuldade elevado.

Todos os coordenadores das disciplinas não tão bem avaliadas foram ouvidos e propuseram sugestões que poderiam embasar os debates para alterações curriculares no ano de 2019.

Apesar disso, num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 437/2019 da EAMSC para DEEnsM.

APÊNDICE D – Análise do RAPE da Turma K/2018 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 197 avaliações referente ao 1º semestre de 2019, em que:

- a) 91 obtiveram conceito Excelente
- b) 99 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 7 obtiveram conceito Bom
- d) 0 obteve conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Apresenta conduta pautada na ética militar.
- Disciplina de Ética Profissional Militar (EPM).
- Disciplina de Legislação Militar (LEGMIL).
- Interesse pelas atividades atribuídas.
- Dedicção.
- Boa formação militar-naval.
- Proatividade.

- Responsabilidade.
- Iniciativa do militar.

Pontos negativos e sugestões de melhorias apontados pelos Comandantes das OM:

- Reforço na Formação militar-naval.
- Reforço na Disciplina Ética Profissional Militar (EPM).
- Reforço na ação prática no agir com disciplina e responsabilidade empregando conceitos de liderança.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2018 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar.

Este foi o segundo RAPE realizado com o Novo Itinerário Formativo com o ensino por competências, portanto foi verificado que ajustes curriculares ainda deveriam ser realizados, em continuidade ao proposto em 2018, visando a melhoria do ensino. Revisões curriculares, formalizadas por uma Comissão de Avaliação Curricular (CoAC), envolvendo as quatro EAM, foram executadas com a finalidade de aprimorar o ensino ministrado no C-FMN, acatando sugestão do RAPE de 2018.

Foram propostas alterações nas disciplinas do C-FMN por ocasião do CoAC realizado em 2019 entre todas as EAM, oportunidade em que foram sugeridas e debatidas melhorias curriculares. Dentre as principais ações a serem empreendidas com relação às melhorias advindas do CoAC, destacaram-se para todas as disciplinas: a padronização dos Roteiros de Avaliação prática; os recursos instrucionais mínimos para a execução das atividades descritas nas recomendações pedagógicas dos Planos de Disciplinas (PlaDis); remanejamento de cargas horárias dentro de cada disciplina; elevação do nível de dificuldade dos conteúdos e abordagens nos Objetivos de Aprendizagem. Com relação às disciplinas cujas avaliações foram negativas, o CoAC debateu as cabíveis mudanças, que deveriam ser contempladas no Currículo em 2020.

Contudo, percebeu-se que as disciplinas do ensino militar naval relativas à qualificação profissional, extremamente associadas à prática, obteve melhores resultados nas avaliações. Diversos fatores poderiam ter influenciado nesse

desempenho: a afinidade com a área de atuação; a aplicabilidade dos conteúdos desenvolvidos; os recursos instrucionais que enriqueceram às aulas; a metodologia didática empregada pelos docentes; a infraestrutura propícia para a vivência dessas habilidades e competências desde a formação; dentre outros aspectos que se mostraram eficientes para o alcance da excelência.

Num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 757/2019 da EAMSC para DEEnsM.

APÊNDICE E – Análise do RAPE da Turma L/2019 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 201 avaliações referente ao 1º semestre de 2020, em que:

- a) 92 obtiveram conceito Excelente
- b) 82 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 24 obtiveram conceito Bom
- d) 2 obtiveram conceito Regular
- e) 1 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Compreende o papel da MB baseado em sua missão constitucional.
- Executa os comandos de movimentos de ordem unida.
- Disciplina de Liderança Militar (LIDMIL).
- Disciplina de Legislação Militar (LEGMIL).
- Apresenta conduta pautada na ética militar.
- Disciplina de Ética Profissional Militar (EPM).
- Atencioso.

- Interesse pelas atividades atribuídas.
- Dedicção.
- Boa formação militar-naval.
- Proatividade.
- Responsabilidade.
- Valores Militares.
- Entusiasmo com a carreira.

Pontos negativos e sugestões de melhorias apontados pelos Comandantes das OM:

- Reforço na execução posições e movimentos de Ordem Unidas com Armas.
- Reforço na Disciplina Ética Profissional Militar (EPM).

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2019 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar.

Foi verificado que ajustes curriculares ainda deveriam ser realizados, em continuidade ao proposto em 2019, visando a melhoria do ensino. Revisões curriculares, formalizadas por uma Comissão de Avaliação Curricular (CoAC), envolvendo as quatro EAM, foram executadas com a finalidade de aprimorar o ensino ministrado no C-FMN, acatando sugestão do RAPE de 2019.

Foram propostas alterações nas disciplinas do C-FMN por ocasião do CoAC realizado em 2020 entre todas as EAM, oportunidade em que foram sugeridas e debatidas melhorias curriculares.

Com relação a algumas avaliações negativas recorrentes, o CoAC debateu as cabíveis mudanças que seriam contempladas no Currículo em 2021. Além disso, todos os coordenadores envolvidos foram orientados a trabalhar com suas equipes e apontar ações de melhoria a serem adotadas. Nas reuniões do CoAC 2021, seriam sugeridas as ações necessárias para melhorar o desempenho nas disciplinas com competências avaliadas com menor média.

Os assuntos abordados nas reuniões do CoAC em 2021 contemplariam, principalmente, o ajustamento dos Objetivos de Aprendizagem a fim de melhor

atender aos indicadores e, por consequência, às competências exigidas no Catálogo Referencial de Competências; além do remanejamento de cargas horárias dentro de cada disciplina com a intenção de incrementar a parte prática de cada especialidade. Com relação às ações que seriam adotadas em decorrência dos pontos negativos e sugestões, a EAMSC visou proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, buscando suprir, dessa maneira, as necessidades da Marinha do Brasil para o desempenho de cargos e o exercício de funções previstas para esse nível hierárquico em formação.

Num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 806/2020 da EAMSC para DEnsM.

APÊNDICE F – Análise do RAPE da Turma M/2020 - EAMSC

A EAMSC recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

As avaliações do desempenho Militar-Naval mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 170 avaliações referente ao 1º semestre de 2020, em que:

- a) 85 obtiveram conceito Excelente
- b) 68 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 12 obtiveram conceito Bom
- d) 5 obtiveram conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

E de acordo com os juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacam-se as seguintes afirmações, como pontos positivos:

- Compreende o papel da MB baseado em sua missão constitucional.
- Executa os comandos de movimentos de ordem unida.
- Disciplina de Liderança Militar (LIDMIL).
- Disciplina de Ordem Unida.
- Age com disciplina e responsabilidade empregando conceitos de liderança.
- Disciplina de Legislação Militar (LEGMIL).
- Apresenta conduta pautada na ética militar.

- Disciplina de Ética Profissional Militar (EPM).
- Disciplinado
- Interesse pelas atividades atribuídas.
- Dedicção.
- Proatividade.
- Responsabilidade.
- Entusiasmo com a carreira.

Ponto negativo e sugestão de melhoria apontado pelos Comandantes das OM:

- Reforço na execução posições e movimentos de Ordem Unidas com Armas.

Diante dos aspectos levantados a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados na EAMSC em 2019 estavam aptos a exercerem a profissão e à vida militar.

Com relação a algumas avaliações negativas recorrentes, a Comissão de Avaliação Curricular (CoAC) debateu as cabíveis mudanças que seriam contempladas no Currículo em 2022. Além disso, todos os coordenadores envolvidos foram orientados a trabalhar com suas equipes e apontar ações de melhoria a serem adotadas. Nas reuniões do CoAC 2021, foram sugeridas as ações necessárias para melhorar o desempenho nas disciplinas com competências avaliadas com menor média.

Com relação às ações que seriam adotadas em decorrência dos pontos negativos e sugestões, a EAMSC visou proporcionar aos alunos um ensino de qualidade, buscando suprir, dessa maneira, as necessidades da Marinha do Brasil para o desempenho de cargos e o exercício de funções previstas para esse nível hierárquico em formação. Cabe ressaltar que a turma MIKE/2020 foi formada em meio a pandemia, o que inviabilizou a execução de algumas atividades curriculares.

Num aspecto geral, ao C-FMN da EAMSC foi atribuído uma boa qualidade, mostrando que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 941/2021 da EAMSC para DEEnsM.

APÊNDICE G – Análise do RAPE - Cursos - ano 2017 - CIAA

O CIAA recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

O RAPE resulta das observações e avaliações do desempenho dos egressos dos cursos C-Ap, C-Espc e C-FCB, durante o período de Avaliação Pós-Escolar, e oferece subsídios para avaliar a qualidade do ensino ministrado no espectro das disciplinas técnico profissionais, e considerando apenas a Aptidão para a Carreira (AC) do Curso de Formação de Cabos (C-FCB) como informação para possibilitar uma análise referente aos aspectos comportamentais.

O desempenho militar-naval resulta da avaliação da formação militar-naval, realizada por meio da Aptidão para a Carreira (AC), mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 92 avaliações referente ao 1º semestre de 2018, em que:

- a) 68 obtiveram conceito Excelente
- b) 23 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 1 obteve conceito Bom
- d) 0 obteve conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

Não houve registro dos juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacando aspectos comportamentais.

Diante dos poucos aspectos levantados no RAPE e a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados no CIAA em 2017 estavam aptos a exercerem a profissão e a vida militar, e que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 10-78/2019, anexo B, do CIAA para DEEnsM.

APÊNDICE H – Análise do RAPE - Cursos - ano 2018 - CIAA

O CIAA recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

O RAPE resulta das observações e avaliações do desempenho dos egressos dos cursos C-Ap, C-Espc e C-FCB, durante o período de Avaliação Pós-Escolar, e oferece subsídios para avaliar a qualidade do ensino ministrado no espectro das disciplinas técnico profissionais. Nesta oportunidade é necessário considerar apenas a Aptidão para a Carreira (AC) do Curso de Formação de Cabos (C-FCB), pois somente este curso envolve Praças na formação inicial, como informação para possibilitar uma análise referente aos aspectos comportamentais.

O desempenho militar-naval resulta da avaliação da formação militar-naval, realizada por meio da Aptidão para a Carreira (AC), mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 76 avaliações referente ao 1º semestre de 2019, em que:

- a) 55 obtiveram conceito Excelente
- b) 19 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 1 obteve conceito Bom
- d) 1 obteve conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

Não houve registro dos juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacando aspectos comportamentais. Porém foi destacado no relatório que a

formação no CIAA considera a importância dos aspectos morais e éticos que atravessam sempre a atividade militar, coadunando assim uma sólida formação profissional com a indispensável formação militar, que identifica e distingue o Centro de Instrução de outras escolas e colégios.

Diante dos poucos aspectos levantados no RAPE e a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados no CIAA em 2018 estavam aptos a exercerem a profissão e a vida militar, e que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 10-78/2019, anexo A, do CIAA para DEEnsM.

APÊNDICE I – Análise do RAPE - Cursos - ano 2019 - CIAA

O CIAA recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, e da Aptidão para a Carreira (AC), com resultados ratificados e com juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB.

O RAPE resulta das observações e avaliações do desempenho dos egressos dos cursos C-Ap, C-Espc e C-FCB, durante o período de Avaliação Pós-Escolar, e oferece subsídios para avaliar a qualidade do ensino ministrado no espectro das disciplinas técnico profissionais. Nesta oportunidade é necessário considerar apenas a Aptidão para a Carreira (AC) do Curso de Formação de Cabos (C-FCB), pois somente este curso envolve Praças na formação inicial, como informação para possibilitar uma análise referente aos aspectos comportamentais.

O desempenho militar-naval resulta da avaliação da formação militar-naval, realizada por meio da Aptidão para a Carreira (AC), mediante o conhecimento adquirido no curso e o comportamento dos egressos nas atividades diárias a bordo dos navios e OM tiveram o resultado descrito abaixo.

As notas são computadas de acordo com a classificação:

- a) Conceito Excelente (nota 4,78 a 5,0)
- b) Conceito Muito Bom (nota de 4,28 a 4,77)
- c) Conceito Bom (nota de 3,78 a 4,27)
- d) Conceito Regular (nota de 2,78 a 3,77)
- e) Conceito Insuficiente (nota de 0,0 a 2,77)

Foram recebidas 79 avaliações referente ao 1º semestre de 2020, em que:

- a) 48 obtiveram conceito Excelente
- b) 27 obtiveram conceito Muito Bom
- c) 3 obteve conceito Bom
- d) 1 obteve conceito Regular
- e) 0 obteve conceito Insuficiente

Não houve registro dos juízos de valor realizados pelos Comandantes das OM destacando aspectos comportamentais. Porém foi destacado no relatório que a

formação no CIAA considera a importância dos aspectos morais e éticos que atravessam sempre a atividade militar, coadunando assim uma sólida formação profissional com a indispensável formação militar, que identifica e distingue o Centro de Instrução de outras escolas e colégios.

Diante dos poucos aspectos levantados no RAPE e a partir das avaliações recebidas e analisadas, pode-se observar que os alunos formados no CIAA em 2019 estavam aptos a exercerem a profissão e a vida militar, e que o curso vem atendendo às exigências da Marinha do Brasil.

Fonte: Ofício nº 02-238/2020 do CIAA para DEEnsM.

APÊNDICE J – Análise do RAPE - Cursos - ano 2020 - CIAA

O CIAA recebeu as avaliações, oriundas de bancas examinadoras, pelo Sistema de Avaliação Pós-Escolar (SisAPE), mas não registrou no RAPE a Aptidão para a Carreira (AC) dos militares egressos, com resultados ratificados somente das disciplinas de competência técnica, e sem juízo de valor realizados pelos respectivos Comandantes de diversas OM da MB, tanto no espectro comportamental, quanto no técnico profissional.

O RAPE resulta das observações e avaliações do desempenho dos egressos dos cursos C-Ap, C-Espc e C-FCB, durante o período de Avaliação Pós-Escolar, e oferece subsídios para avaliar a qualidade do ensino ministrado no espectro das disciplinas técnico profissionais. Contudo, nesta oportunidade não foi possível considerar a Aptidão para a Carreira (AC) do Curso de Formação de Cabos (C-FCB), pois não constava no RAPE, apesar deste curso envolver Praças na formação inicial. Esta informação é a mínima necessária para possibilitar uma análise referente aos aspectos comportamentais.

Diante da falta de informações das disciplinas ministradas sobre as competências comportamentais no RAPE, não foi possível realizar análise válida.

Fonte: Ofício nº 02-55/2022 do CIAA para DEEnsM.

APÊNDICE K – Questionário Aplicado nas EAM

CMG MADELA

Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

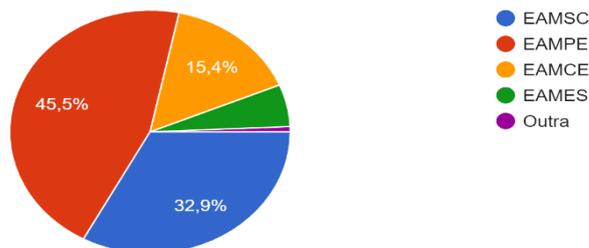
Confeccionei este questionário para apoiar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solicito o apoio do Sr/Sra, de forma voluntária e de livre consentimento, cuja contribuição será muito valerosa para meus estudos.

O propósito do questionário é realizar a análise dos relatos dos docentes/instrutores/ComCias, sob a ótica de autoavaliação no exercício da docência/instrutoria, e a percepção sobre os discentes/alunos e seus comportamentos.

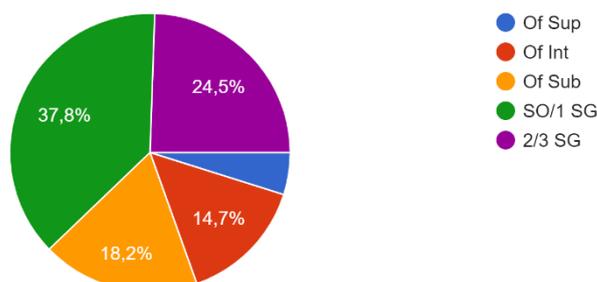
Essa é uma pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados serão tratados de forma qualitativa.

Questionário para militar ou civil que serve em EAM.

Qual sua OM?
143 respostas

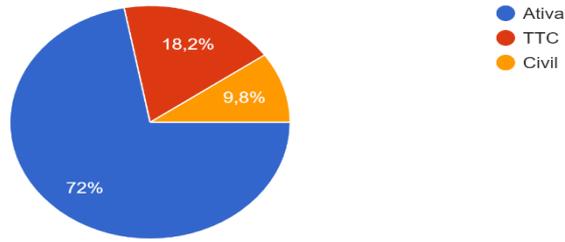


Qual seu Posto/Graduação?
143 respostas



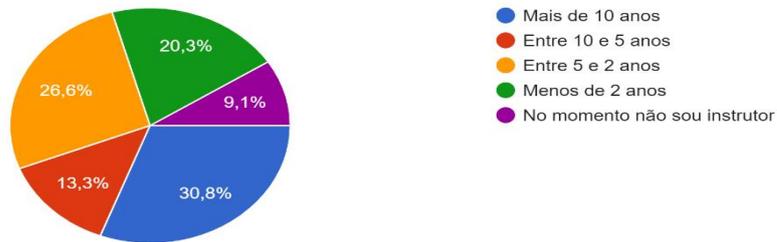
Situação no SAM?

143 respostas



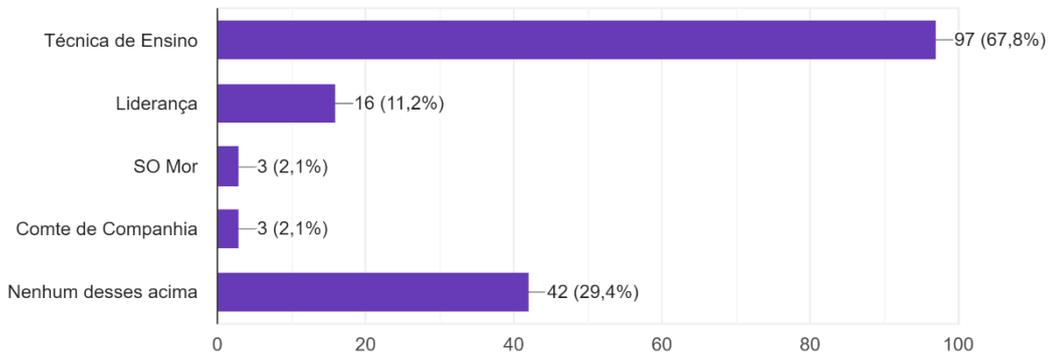
Quanto tempo atua como instrutor?

143 respostas



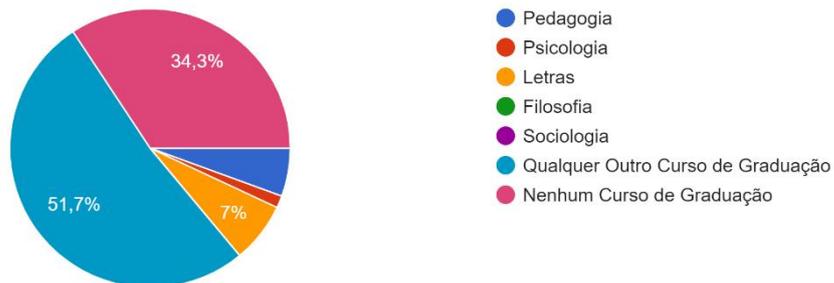
Possui os seguintes cursos Especiais/Expeditos?

143 respostas



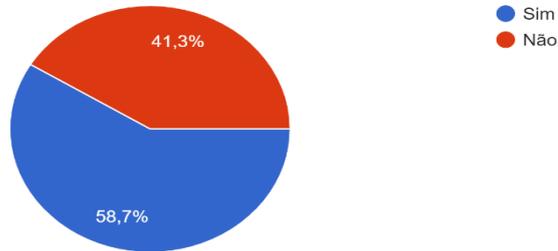
Possui Curso de Graduação?

143 respostas



O Sr/Sra se interessa, realiza leituras especializadas, ou estuda Ética e Valores militares por conta própria, em horário livre?

143 respostas



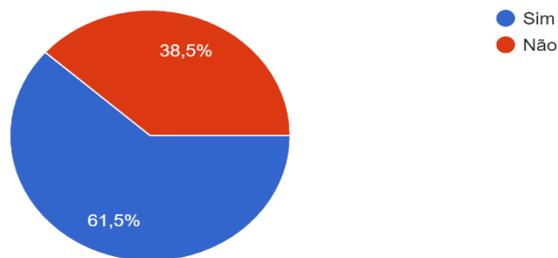
É lotado no:

143 respostas



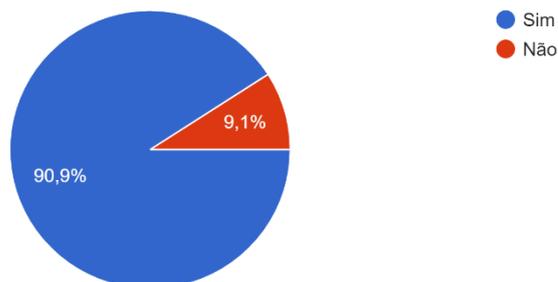
Se o Sr/Sra não for lotado no Setor de Ensino, ComCa ou Núcleo de Formação de Reservistas Navais de EAM, já destacou ou foi sedido para m...ulas/instrução aos Alunos do C-FMN e/ou MN-RC?

143 respostas



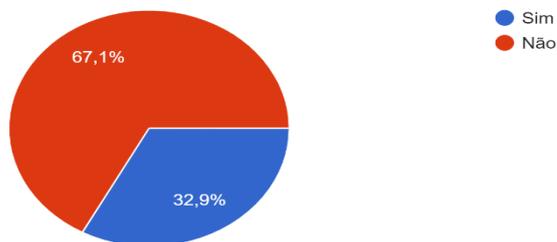
Ministrou aulas ou instrução na EAM para o C-FMN?

143 respostas



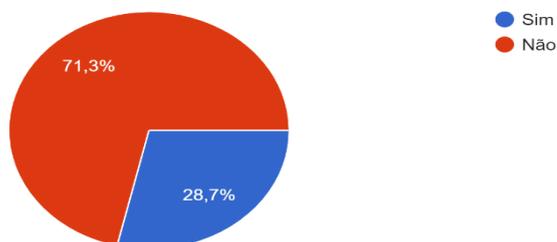
Ministrou aulas ou instrução no NFRN da EAM?

143 respostas



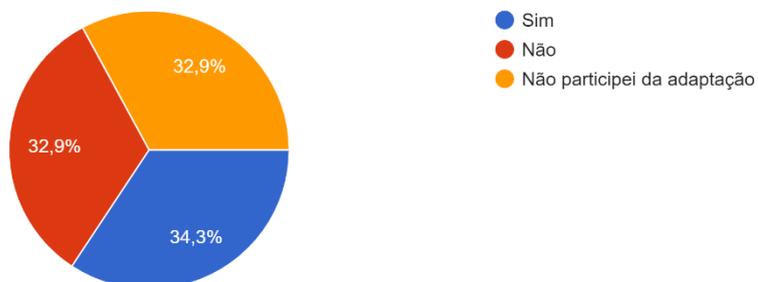
Ministrou aulas ou instrução sobre Ética ou Valores Militares?

143 respostas



Na percepção do Sr/Sra, no início do período de adaptação, os alunos chegam indisciplinados?

143 respostas



Os alunos do C-FMN da EAM questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

143 respostas



Os alunos dos cursos do NFRM de EAM questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

143 respostas



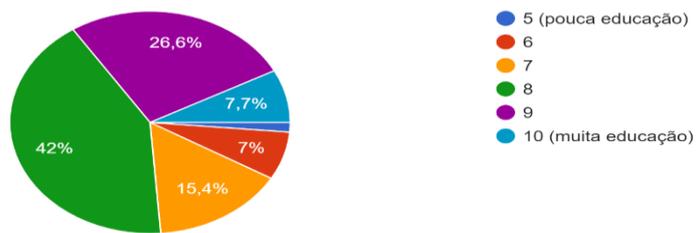
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos do C-FMN no quesito comprometimento com a Instituição e com a Profissão Militar?

143 respostas



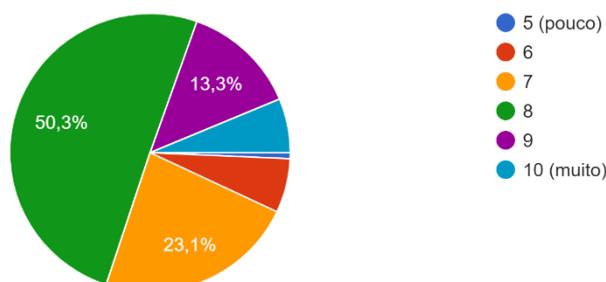
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos do C-FMN no quesito educação familiar (aquela que o aluno trás de casa, influência dos pais, avós etc)?

143 respostas



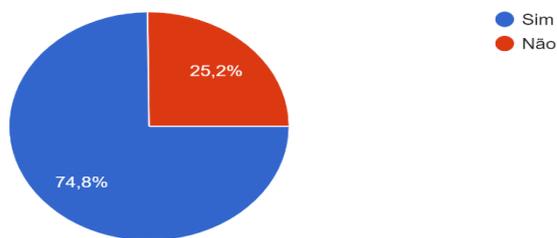
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos do C-FMN no quesito talento ou vocação para a carreira militar?

143 respostas



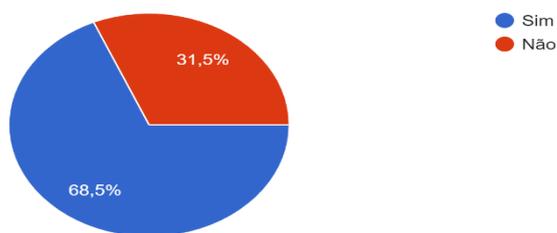
É necessário manter a restrição a bordo do uso de celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades?

143 respostas



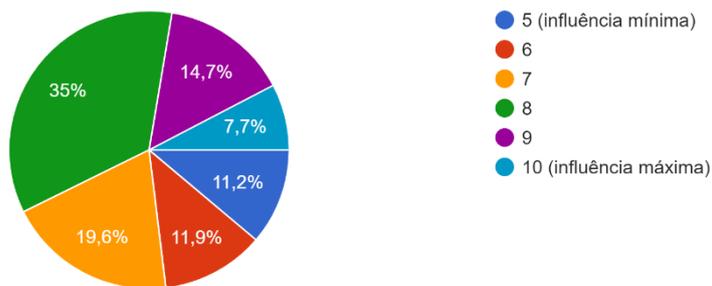
Na percepção do Sr/Sra, as mídias sociais (instagram, tik tok, facebook etc) que os alunos do C-FMN participam influenciam no comportamento e disciplina deles?

143 respostas



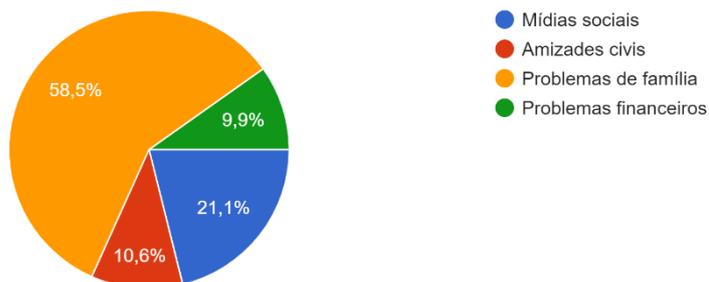
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos do C-FMN no quesito influência no comportamento/disciplina por causa das mídias sociais?

143 respostas



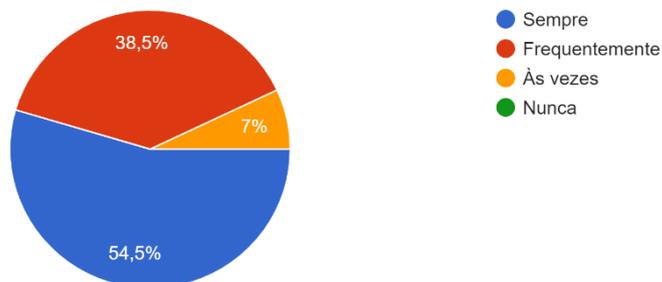
Na percepção do Sr/Sra, qual fator mais influencia no comportamento dos alunos do C-FMN?

142 respostas



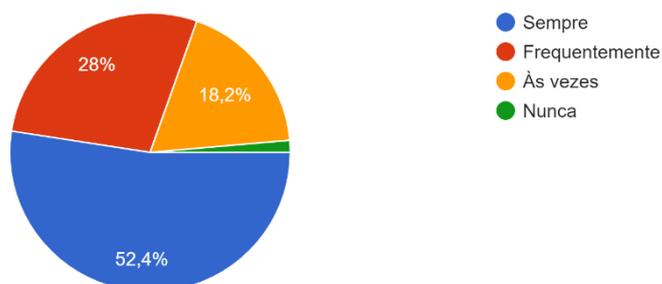
Na percepção do Sr/Sra, o curso ministrado consegue transformar o comportamento dos alunos do C-FMN (se formam mais disciplinados, mais militarizados)?

143 respostas



Na percepção do Sr/Sra, se os alunos tivessem mais aulas de Ética, Valores Militares, Ordem Unida e Liderança, eles se formariam mais disciplinados e detentores de maiores níveis de cidadania?

143 respostas



APÊNDICE L – Questionário Aplicado no CIAA

CMG MADELA

Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

Confeccionei este questionário para apoiar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solicito o apoio do Sr/Sra, de forma voluntária e de livre consentimento, cuja contribuição será muito valerosa para meus estudos.

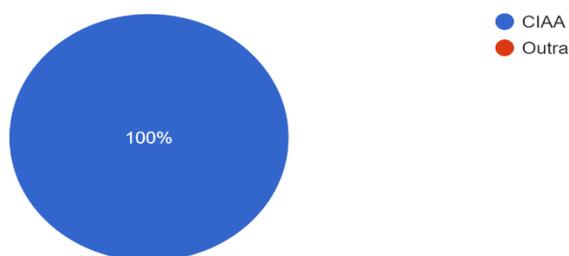
O propósito do questionário é realizar a análise dos relatos dos docentes/instrutores/comcias, sob a ótica de autoavaliação no exercício da docência/instrutoria, e a percepção sobre os discentes/alunos e seus comportamentos.

Essa é uma pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados serão tratados de forma qualitativa.

Questionário para militar ou civil que serve no CIAA.

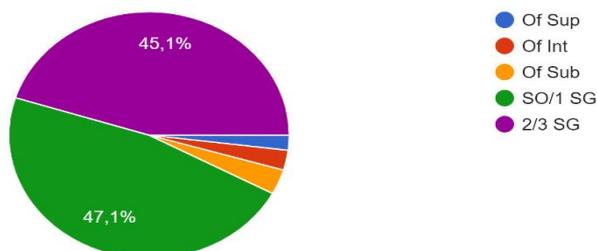
Qual sua OM?

153 respostas



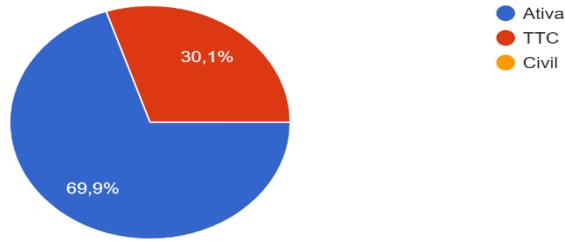
Qual seu Posto/Graduação?

153 respostas



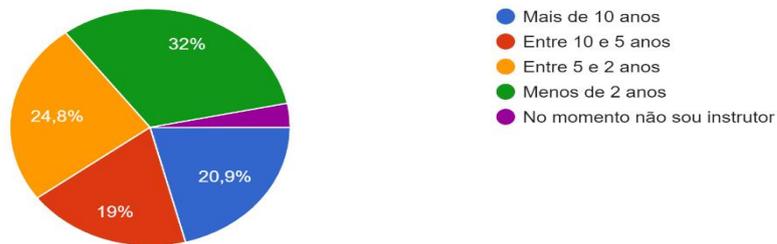
Situação no SAM?

153 respostas



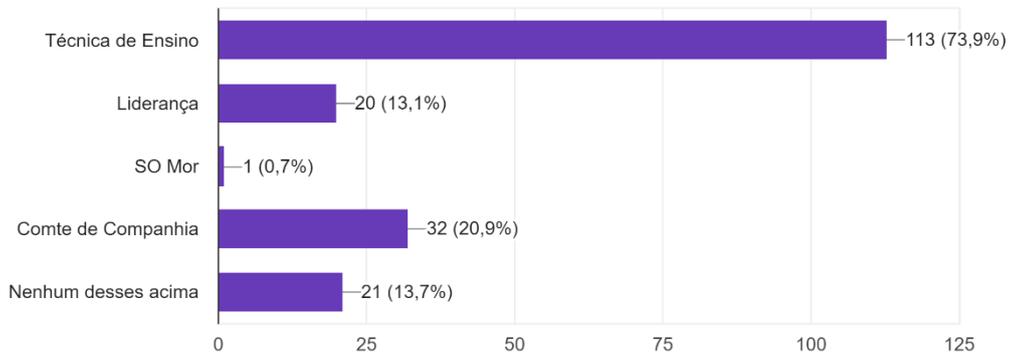
Quanto tempo atua como instrutor?

153 respostas



Possui os seguintes cursos Especiais/Expeditos?

153 respostas



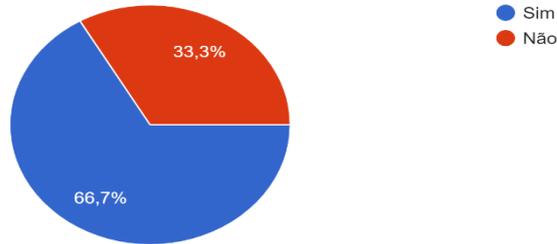
Possui Curso de Graduação?

153 respostas



O Sr/Sra se interessa, realiza leituras especializadas, ou estuda Ética e Valores militares por conta própria, em horário livre?

153 respostas



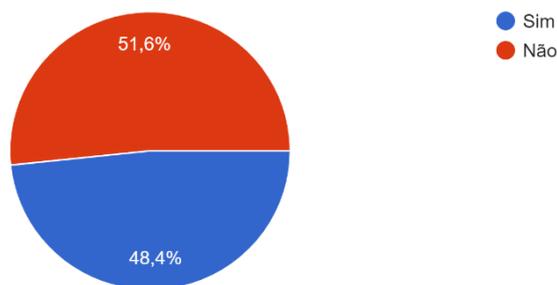
É lotado na:

153 respostas



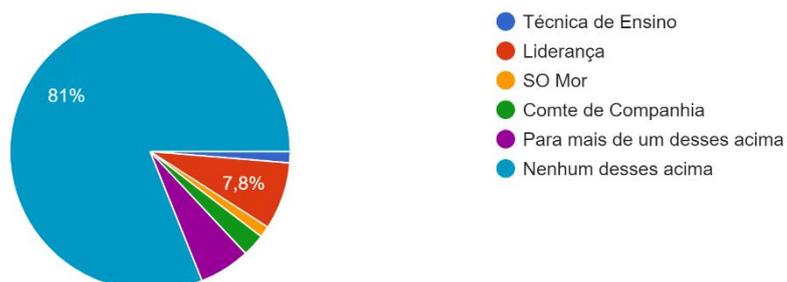
Se o Sr/Sra não for lotado na Escola de Cursos de Formação do CIAA, já destacou ou foi sedido para ministrar aulas naquela Escola?

153 respostas



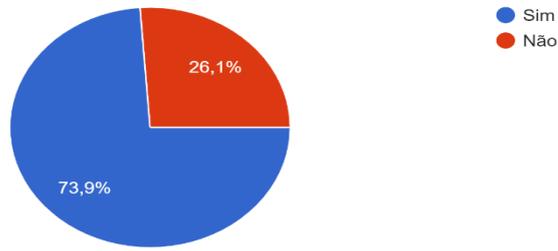
Ministrou aulas na Escola de Cursos de Formação do CIAA para o Curso de:

153 respostas



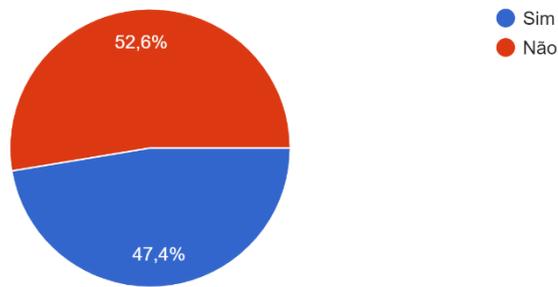
Ministrou aulas ou instrução no CIAA para o C-Esp-Hab/SG?

153 respostas



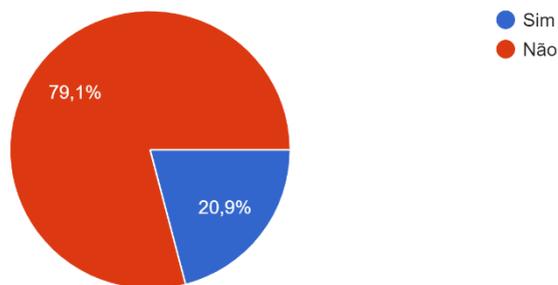
Ministrou aulas ou instrução no CIAA para o C-Espc?

152 respostas



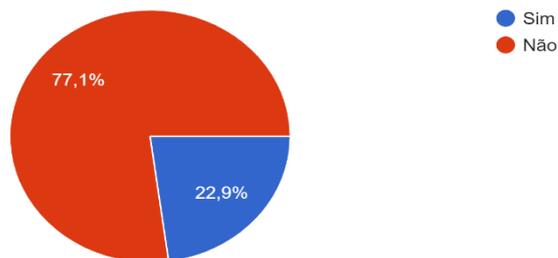
Ministrou aulas ou instrução no CIAA para o QTPA?

153 respostas



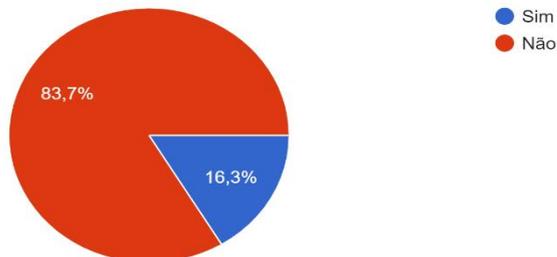
Ministrou aulas ou instrução no CIAA para o CAP?

153 respostas



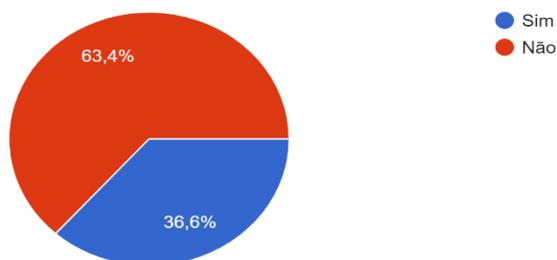
Ministrou aulas ou instrução no QM do CIAA?

153 respostas



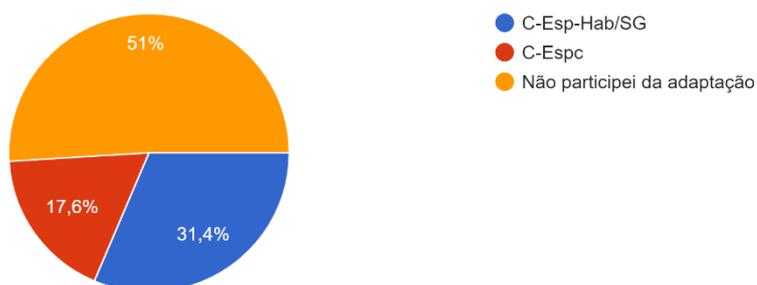
Ministrou aulas ou instrução sobre Ética ou Valores Militares?

153 respostas



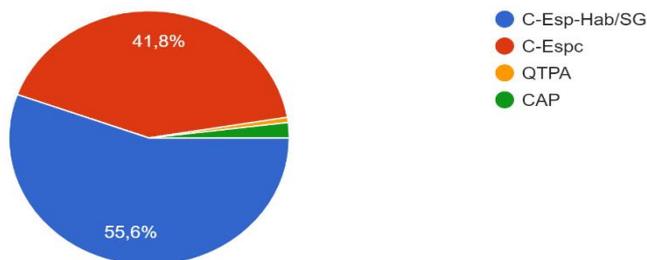
Na percepção do Sr/Sra, no início do período de adaptação de qual curso do CIAA os alunos chegam mais indisciplinados (rebarbados)?

153 respostas



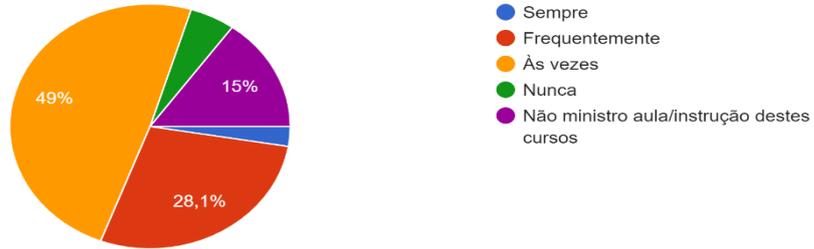
Na percepção do Sr/Sra, qual curso do CIAA os alunos causam mais problemas disciplinares?

153 respostas



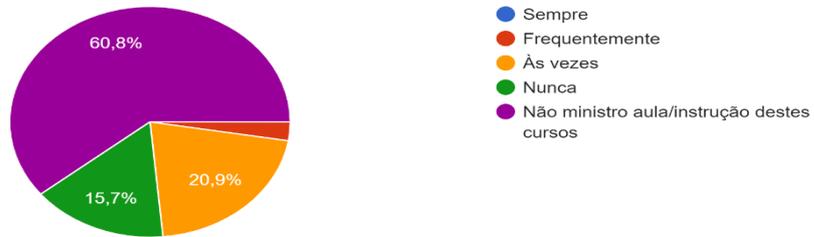
Os alunos dos cursos C-Esp-Hab/SG e C-Espc do CIAA questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

153 respostas



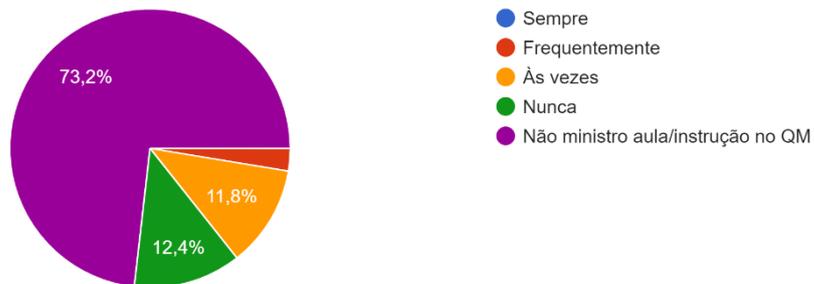
Os alunos dos cursos QTPA e CAP do CIAA questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

153 respostas



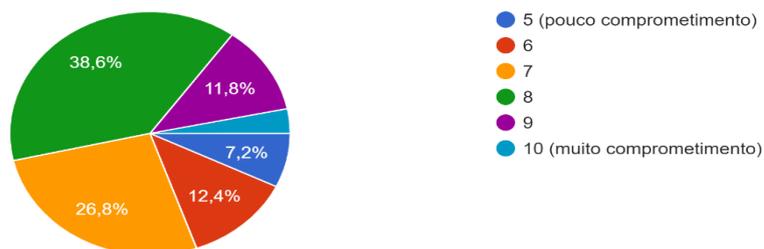
Os alunos dos cursos do QM questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

153 respostas



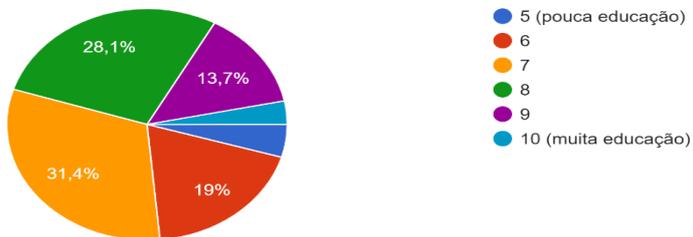
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos no quesito comprometimento com a Instituição e com a Profissão Militar?

153 respostas



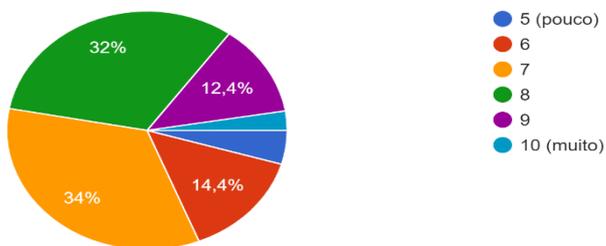
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos no quesito educação familiar (aquela que o aluno trás de casa, influência dos pais, avós etc)?

153 respostas



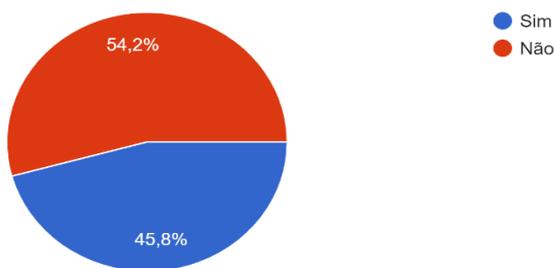
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos no quesito talento ou vocação para a carreira militar?

153 respostas



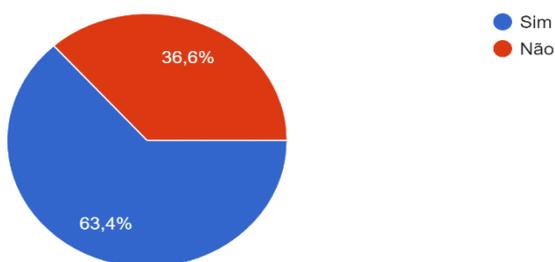
É necessário manter a restrição a bordo do uso de celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades?

153 respostas



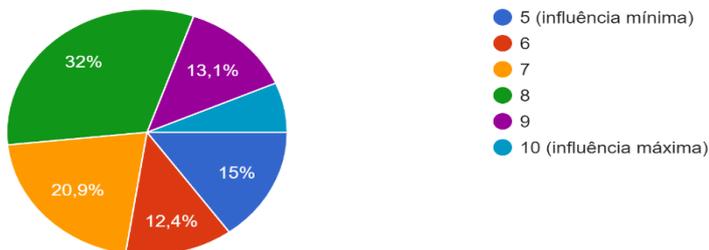
Na percepção do Sr/Sra, as mídias sociais (instagram, tik tok, facebook etc) que os alunos participam influenciam no comportamento e disciplina deles?

153 respostas



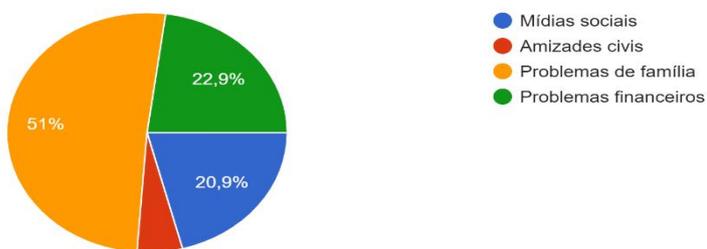
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos alunos no quesito influência no comportamento/disciplina por causa das mídias sociais?

153 respostas



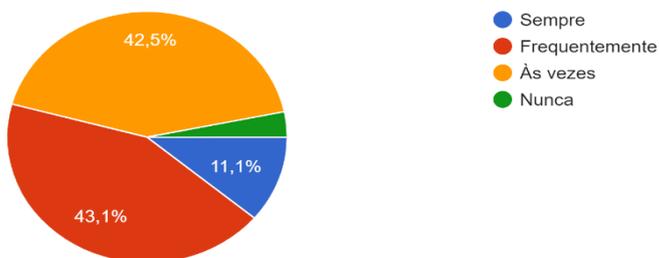
Na percepção do Sr/Sra, qual fator mais influencia no comportamento dos alunos?

153 respostas



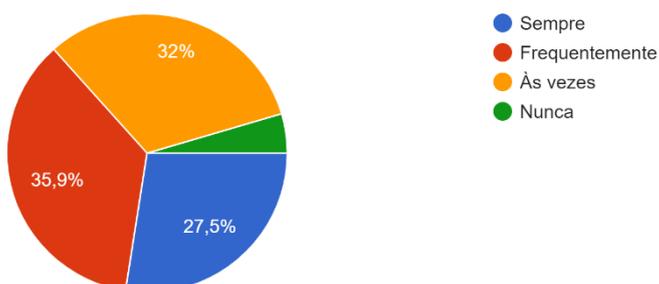
Na percepção do Sr/Sra, o curso ministrado consegue transformar o comportamento dos alunos (se formam mais disciplinados, mais militarizados)?

153 respostas



Na percepção do Sr/Sra, se os alunos tivessem mais aulas de Ética, Valores Militares, Ordem Unida e Liderança, eles se formariam mais disciplinados e detentores de maiores níveis de cidadania?

153 respostas



APÊNDICE M – Questionário Aplicado nos Navios/OM

CMG MADELA

Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).

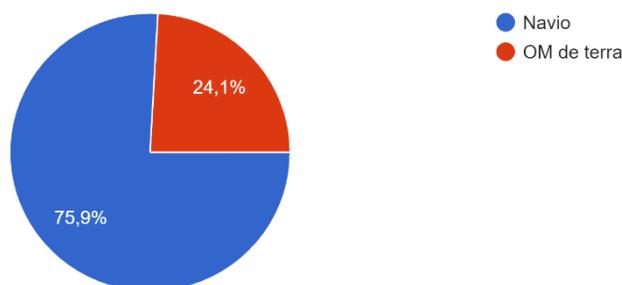
Confeccionei este questionário para apoiar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solicito o apoio do Sr/Sra, de forma voluntária e de livre consentimento, cuja contribuição será muito valerosa para meus estudos.

O propósito do questionário é realizar a análise dos Comandantes ou Chefes dos militares, pós formação, sob a ótica do aprendizado e entendimento pleno da hierarquia e disciplina e no cumprimento diligente de ordens em ambientes administrativos e operacionais.

Essa é uma pesquisa de campo com coleta de dados em questionário fechado estruturado, onde os dados serão tratados de forma qualitativa.

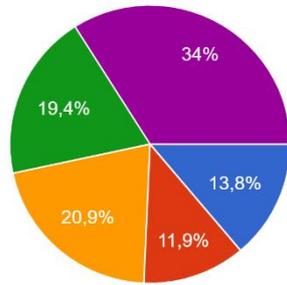
Questionário para Comandantes ou Chefes dos militares recém embarcados.

Qual sua OM?
253 respostas



Qual seu Posto/Gradação?

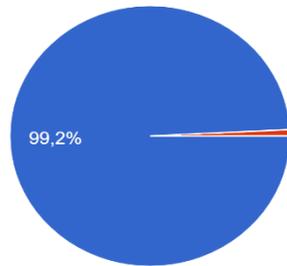
253 respostas



- Of Sup
- Of Int
- Of Sub
- SO/1 SG
- 2/3 SG

Situação no SAM?

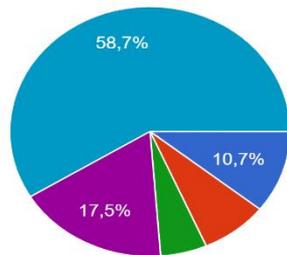
253 respostas



- Ativa
- TTC
- Civil

Cargo ou Função a bordo (Oficial)?

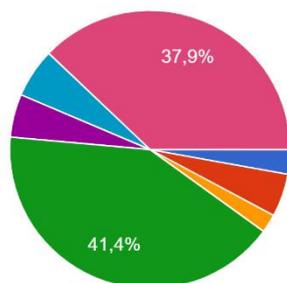
206 respostas



- Comandante / Diretor
- Imediato / CEM / Vice-Diretor / Ajudante de OM
- Superintendente
- Chefe de Departamento
- Encarregado de Divisão
- Outra

Função a bordo (Praça)?

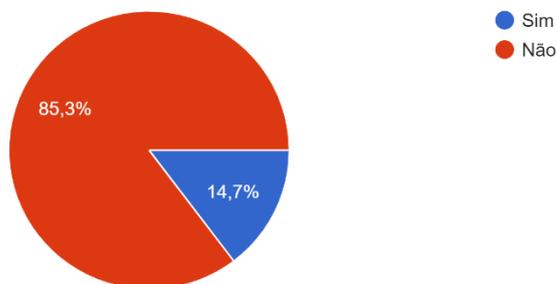
140 respostas



- SO Mor
- Mestre
- Contramestre
- Supervisor
- Sargenteante Geral
- Sargenteante
- Outra

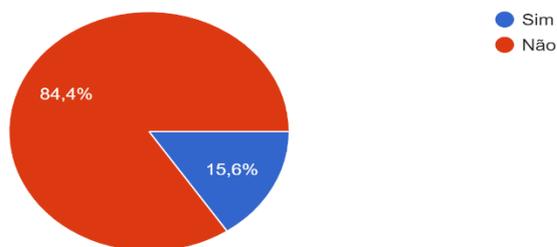
Possui algum curso Especial/Expedido (Oficial) nas áreas de Técnica de Ensino ou Liderança?

218 respostas



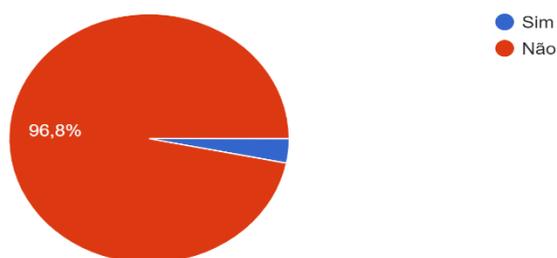
Possui algum curso Especial/Expedido (Praça) nas áreas de Técnica de Ensino, Liderança, SO Mor ou Comte de Companhia?

173 respostas



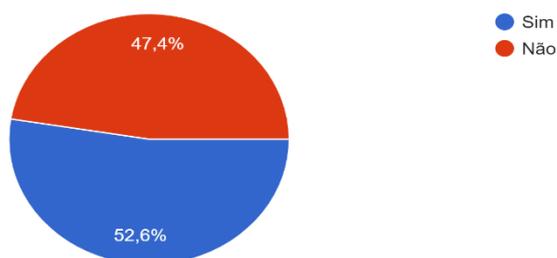
Possui Curso de Graduação em algumas das áreas: Pedagogia, Sociologia, Filosofia, Psicologia ou Letras?

253 respostas



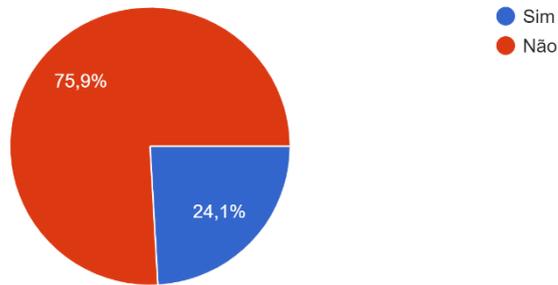
O Sr/Sra se interessa, realiza leituras especializadas, ou estuda Ética e Valores militares por conta própria, em horário livre?

253 respostas



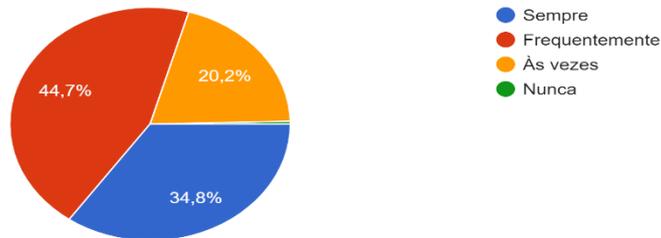
O Sr/Sra já serviu em OM de Ensino?

253 respostas



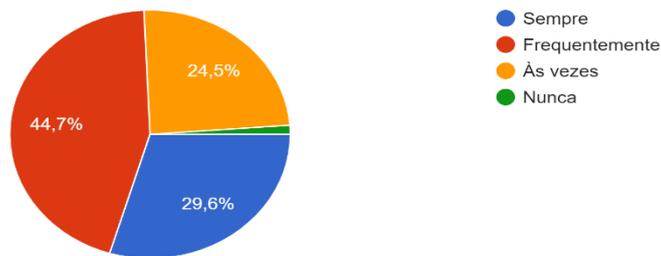
Na percepção do Sr/Sra, os militares recém embarcados (3SG ou CB), oriundos do CIAA, possuem entendimento da hierarquia e disciplina?

253 respostas



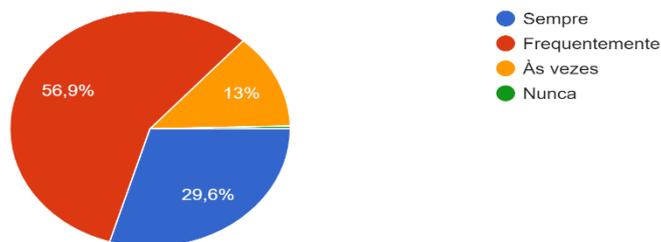
Na percepção do Sr/Sra, os militares recém embarcados (MN), oriundos da EAM, possuem entendimento da hierarquia e disciplina?

253 respostas



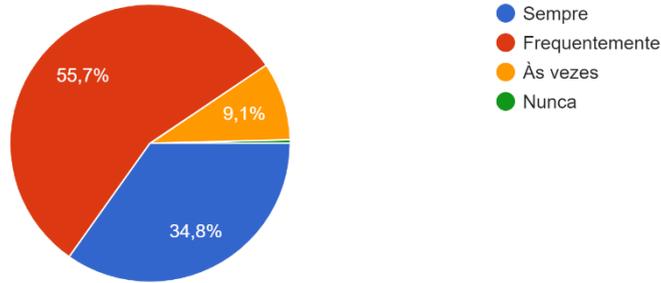
Na percepção do Sr/Sra, os militares recém embarcados (3SG ou CB), oriundos do CIAA, realizam o cumprimento diligente de ordens?

253 respostas



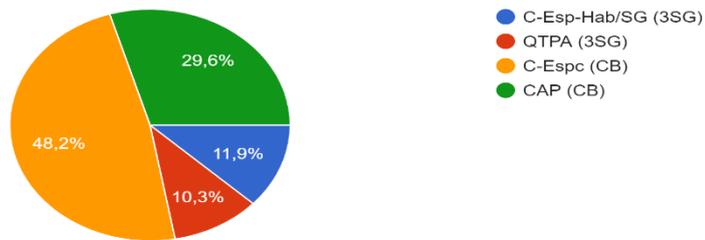
Na percepção do Sr/Sra, os militares recém embarcados (MN), oriundos da EAM, realizam o cumprimento diligente de ordens?

253 respostas



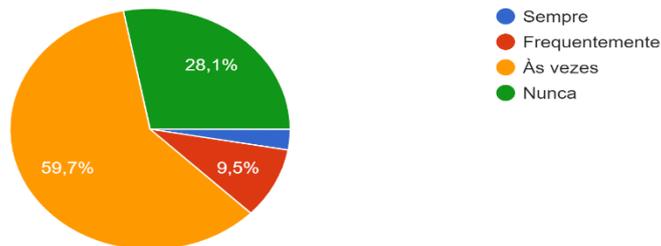
Na percepção do Sr/Sra, qual curso do CIAA os militares recém embarcados causam mais problemas disciplinares?

253 respostas



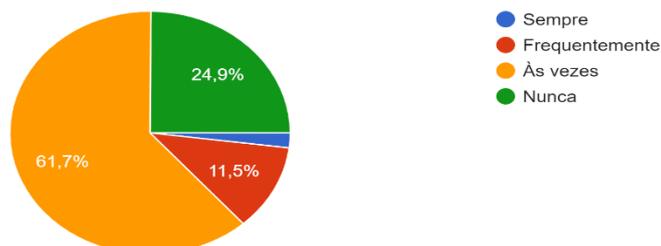
Os militares recém embarcados oriundos dos C-Esp-Hab/SG (3 SG) do CIAA questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

253 respostas



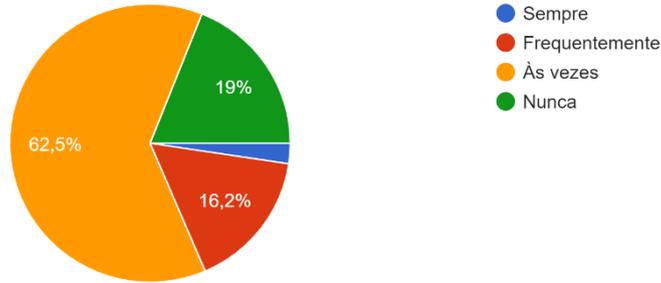
Os militares recém embarcados oriundos dos C-Espc (CB) do CIAA questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

253 respostas



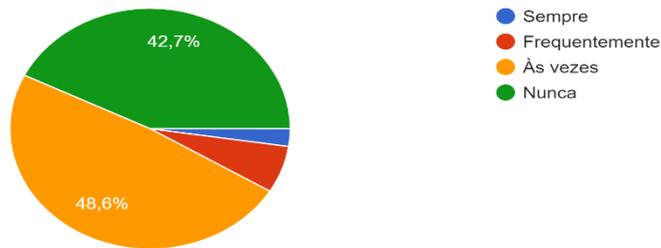
Os militares recém embarcados oriundos dos cursos QTPA (3 SG) e CAP (CB) do CIAA questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

253 respostas



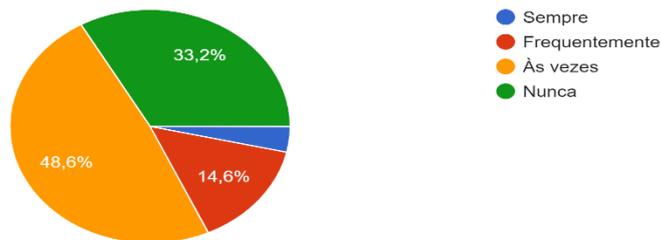
Os militares recém embarcados oriundos dos cursos da EAM (MN) questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

253 respostas



Os militares recém embarcados oriundos dos cursos de formação de MN-RC questionam ordens (perguntam muito o porquê daquilo, rebarbam)?

253 respostas

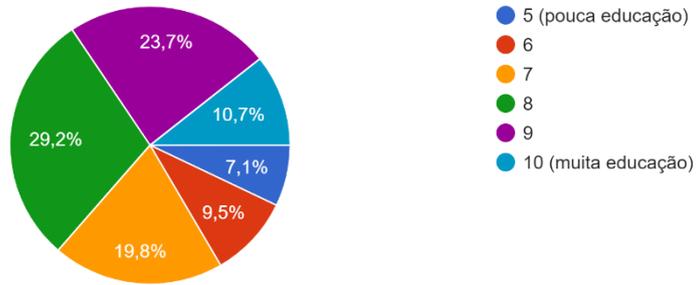


Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos militares recém embarcados no quesito comprometimento com a Instituição e com a Profissão Militar?

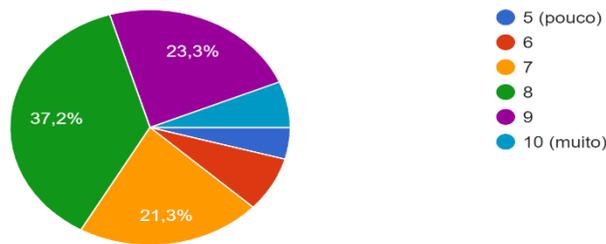
253 respostas



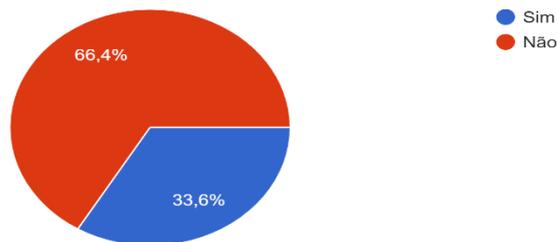
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos militares recém embarcados no quesito educação familiar (aquela que os militares recém embarcados trazem de casa, influência dos pais, avós etc)?
253 respostas



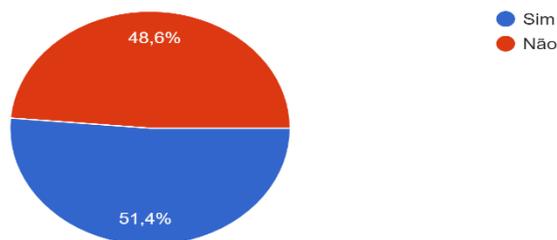
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos militares recém embarcados no quesito talento ou vocação para a carreira militar?
253 respostas



É necessário manter a restrição de uso a bordo do uso de celular para manter a disciplina e a atenção nas atividades?
253 respostas

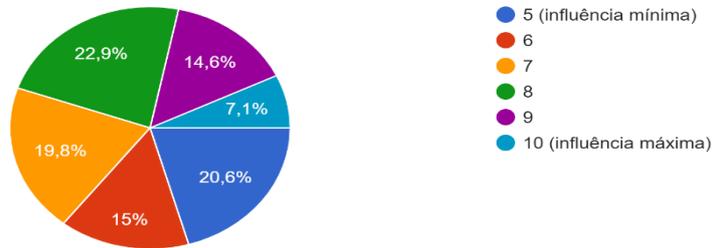


Na percepção do Sr/Sra, as mídias sociais (instagram, tik tok, facebook etc) que os militares recém embarcados participam influenciam no comportamento e disciplina deles?
253 respostas



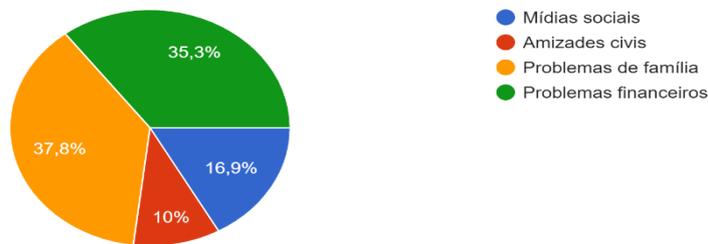
Na percepção do Sr/Sra, qual grau daria aos militares recém embarcados no quesito influência no comportamento/disciplina por causa das mídias sociais?

253 respostas



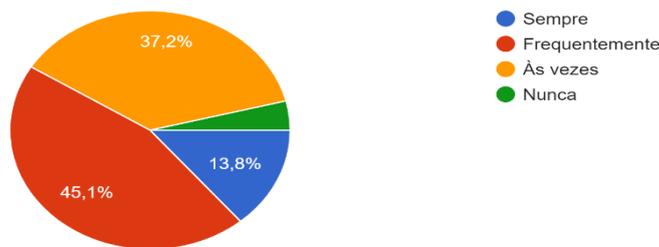
Na percepção do Sr/Sra, qual fator mais influencia no comportamento dos militares recém embarcados?

249 respostas



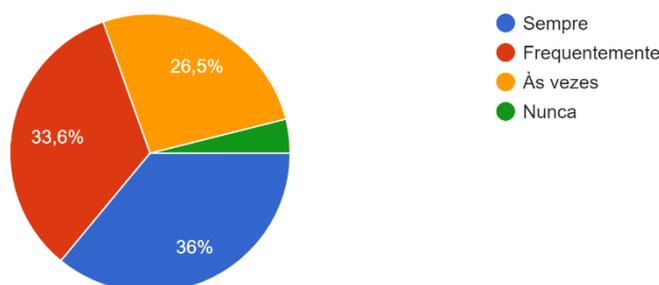
Na percepção do Sr/Sra, o curso ministrado consegue transformar o comportamento dos militares recém embarcados (se formam mais disciplinados, mais militarizados)?

253 respostas



Na percepção do Sr/Sra, se os militares recém embarcados tivessem mais aulas de Ética, Valores Militares, Ordem Unida e Liderança, eles se forma...ados e detentores de maiores níveis de cidadania?

253 respostas



ANEXO A – Cópia do Capítulo 2 da Norma DEnsM-2002

DEnsM- 2002 - ORIENTAÇÕES SOBRE ÉTICA MILITAR NAVAL PARA DOCENTES DO SISTEMA DE ENSINO NAVAL.

DEVERES E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

2.1 – PROPÓSITO

Estabelecer orientações gerais quanto aos deveres profissionais atinentes à atuação dos docentes do SEN.

2.2 – ORIENTAÇÕES GERAIS

- 2.2.1 - Cumprir as políticas, leis, normas, regulamentos e demais preceitos legais em vigor.
- 2.2.2 - Exercer suas obrigações profissionais com apego e respeito às considerações éticas e valores morais individuais e sociais.
- 2.2.3 - Exercer suas atribuições com diligência e profissionalismo, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, integridade e imparcialidade.
- 2.2.4 - Contribuir para melhorar a qualidade acadêmica, buscando sempre o aperfeiçoamento da sua ação docente, por meio de cursos, conclaves e outros eventos de interesse na área da educação.
- 2.2.5 - Manter-se atualizado na sua área profissional, contribuindo pessoalmente para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino em sua OM e para os discentes.
- 2.2.6 - Zelar pelo desempenho ético e o bom conceito do corpo docente da MB, preservando a liberdade profissional e garantindo a eficácia e a correção de seu trabalho.
- 2.2.7 - Observar os prazos estabelecidos nos calendários escolar e administrativo e as normas e datas estipuladas.
- 2.2.8 - Apontar para os setores competentes da instituição de ensino em que trabalha, os itens de regulamentos ou normas em que identifique potencial necessidade de melhoria, sugerindo forma de aperfeiçoá-los.

- 2.2.9 - Atuar com isenção, nos limites de sua competência e adotar critério justo e honesto em suas atividades.
- 2.2.10 - Ser pontual e assíduo, cumprindo o planejamento de aulas e atividades programadas, bem como o regime de trabalho estabelecido nas Normas em vigor.
- 2.2.11 - Desenvolver as suas atividades de ensino, considerando as condições do discente e os objetivos do curso, de forma a atingir, com qualidade, o nível desejado de capacitação dos discentes.
- 2.2.12 - Exercer o ensino sem interferência de divergências pessoais ou discriminações de qualquer natureza.
- 2.2.13 - Responsabilizar-se pelos bens e valores que estejam sob sua cautela.
- 2.2.14 - Adotar boa conduta pessoal nos campos moral, intelectual e físico, tendo em vista servir de exemplo para os discentes, em prol do cumprimento da missão da instituição de ensino.
- 2.2.15 - Não ser conivente com erros, faltas éticas, crimes ou contravenções praticadas pelos discentes ou por outros docentes.